



ISSN 1667-1885

PADECIME

Destaques da edição

- A NOVA DOUTRINA MILITAR TERRESTRE
- ARTE OPERACIONAL
- GEOPOLÍTICA
- GUERRA HÍBRIDA E CONTRAINSURGÊNCIA

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

v. 8 n. 17 02/2016

PADEC E CEME

02/2016
Rio de Janeiro



ISSN 1677-1885

A PADEC EME é uma publicação semestral da Divisão de Doutrina da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), de natureza acadêmica, sem fins lucrativos, baseada na política de acesso livre à informação.

Endereço e Contato

Praça General Tibúrcio, 125, Praia Vermelha, Rio de Janeiro/RJ, Brasil. - CEP: 22290-270.
Tel: (21) 3873-3825 / Fax: (21) 2275-5895
e-mail: padecemeonline@eeme.ensino.eb.br

Os textos publicados não refletem, necessariamente, a opinião da ECEME ou do Exército Brasileiro.

Comandante da ECEME

Gen Div **ELIAS RODRIGUES MARTINS FILHO**

Editor

Ten Cel Art **JORGE RICARDO DE PAULA LAMELLAS**

Comissão Editorial

Cel Art **RODRIGO FERREIRA DE CARVALHO**

Cel Art **JOSE MARIA DA MOTA FERREIRA**

Cel Art **REINALDO NONATO DE OLIVEIRA LIMA**

Cel Art **CARLOS EDUARDO DE MOURA NEVES**

Ten Cel Cav **ALESSANDRO PAIVA DE PINHO**

Ten Cel Cav **TÚLIO ENDRES DA SILVA GOMES**

Diagramação, editoração e design gráfico da capa

Divisão de Doutrina da ECEME.

Propriedade Intelectual

Todo o conteúdo do periódico, exceto onde está identificado, está licenciado sob uma Licença Creative Commons do tipo atribuição BY-NC-SA 4.0.

Impressão

Seção de Editoração Eletrônica - SEDEL.

Foto da capa

Ucrânia protesta Kiev; fonte internet <http://manuelmera.blogaliza.org/files/2014/02/ucraina-protesta-kiev.jpg>

Tiragem

400 exemplares (Distribuição Grátis)

Disponível também em:<[www.eeme.ensino.eb.br](http://padecemeonline@eeme.ensino.eb.br)>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP):

P123 PADEC EME. — N. 01- . — Rio de Janeiro: ECEME,
2002- . v. : il.; 23 cm.

Semestral

Publicada dos n.1-14 com o título PADEC EME entre os anos de 2002 e 2007, volta a ser publicada com o mesmo título em 2015, dando sequência a sua numeração.
ISSN : 1677-1885

1.DOUTRINA MILITAR. 2. DEFESA. I. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Brasil).

Editorial

PREZADOS LEITORES,

ESTA EDIÇÃO DO PADECENE incontraria o CICLO 2016 E SE FAZ FIEL AO PROPÓSITO ORIGINAL DA REVISTA, QUAL SEJA: ATUALIZAR OS DIPLOMADOS PELA ECENE NO QUE TANGE À EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO MILITAR, DAS CIÊNCIAS MILITARES E DA DOUTRINA, PARTICULARMENTE.

A PARTIR DA LEITURA DE SEUS ARTIGOS, OS SENHORES E SENHORAS TERÃO A OPORTUNIDADE DE CONHECER COMO A NOSSA ESCOLA ESTÁ SE PREPARANDO PARA OS DESAFIOS DO AMBIENTE OPERACIONAL, ATUAL E FUTURO, BEM COMO OS NOVOS, E AINDA NÃO BEM ENTENDIDOS, CONCEITOS DA ARTE OPERACIONAL E DA DOUTRINA ADOTADA PELO EXÉRCITO BRASILEIRO A PARTIR DE 2013.

NESSE SENTIDO, ESTÃO TAMBÉM DISPONIBILIZADOS ARTIGOS SOBRE QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS E DESAFIADORAS COMO OS CONFLITOS DA UCRÂNIA E DA SÍRIA; O IMPACTO DO EXTREMISMO ISLÂMICO SOBRE A ORDEM MUNDIAL; O FENÔMENO DA GUERRA HÍBRIDA; AS OPERAÇÕES CONTRA A INSURGÊNCIA; E, AINDA, O EMPREGO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL NA MOBILIZAÇÃO NACIONAL.

SÃO TEMAS VARIADOS, ATUAIS, QUE CERTAMENTE PRODUZIRÃO REFLEXÕES A PARTIR DO CONHECIMENTO E DA EXPERIÊNCIA DE SEUS AUTORES. É COM ESSE SENTIMENTO QUE CUMPRIMENTO A TODOS OS NOSSOS COLABORADORES QUE, A PARTIR DE UM TRABALHO DENSO, COMPARTILHAM CONOSCO SUAS EXPERIÊNCIAS, CONHECIMENTOS E EXPERTISES.

QUE ESTA EDIÇÃO SIRVA AO MESMO TEMPO DE INSTRUMENTO DE ATUALIZAÇÃO E APROFUNDAMENTO DO CONHECIMENTO SOBRE OS TEMAS DA GUERRA, COMO TAMBÉM DE ESTÍMULO PARA UMA LEITURA CRÍTICA DOS ARTIGOS DISPONIBILIZADOS.

POR FIM, UMA BOA E INSTRUTIVA LEITURA A TODOS.

GENERAL-DE-DIVISÃO ELIAS RODRIGUES MARTINS FILHO
COMANDANTE DA ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Para manter-se atualizado sobre os assuntos relativos a Doutrina Militar acesse o seguinte endereço na internet:

<http://www.cdoutex.eb.mil.br/>

The screenshot shows the homepage of the Centro de Doutrina do Exército (COTER) website. The header is green with white text. It features the COTER logo (a shield with a sword and checkered pattern), the text "Centro de Doutrina do Exército", and the tagline "AQUI RESIDE A DOCTRINA MILITAR TERRESTRE!". Navigation links include "Ir para o conteúdo", "Ir para o menu", "Ir para a busca", "Ir para o rodapé", "ACESSIBILIDADE", "ALTO CONTRASTE", and "MAPA DO SITE". Below the header, there's a search bar and social media links. The main content area has tabs for "EM DESTAQUE", "ORIENTAÇÕES INSTITUCIONAIS", "REVISTA", "LIÇÕES APRENDIDAS", and "FÓRUM". On the left, a sidebar lists "INSTITUCIONAL", "PRODUTOS", "SOBRE OS FÓRUMS", and "VIDE奧ULAS". The central part of the page features a large graphic of a pyramid divided into four colored sections: green (Fundamentos), yellow (Concepções), blue (Tática), and grey (Normas e Procedimentos). The pyramid is labeled with the number "II". At the bottom, it says "Publicações Doutrinárias".

SUMÁRIO

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército: preparando-se para o futuro	6-14
Gen Divy ELIAS RODRIGUES MARTINS FILHO	
A Arte Operacional: breve apresentação	15-27
TC Cav FÁBIO ALEXANDRO DOCKHORN DE OLIVEIRA	
A Nova Doutrina Militar Terrestre	28-44
Divisão de Doutrina da ECEME	
Comparação do conflito da Ucrânia com o conflito da Síria, segundo, o enfoque geopolítico e geoestratégico, observan- do como tem sido utilizado o poder	45-59
Artigo desenvolvido por grupo de trabalho no contexto do XV Ciclo de Estudos Estratégicos da ECEME	
O Extremismo Islâmico e a Ordem Mundial	60-69
Artigo desenvolvido por grupo de trabalho no contexto do XV Ciclo de Estudos Estratégicos da ECEME	
A Guerra Híbrida e os Reflexos para o Exército Brasileiro	71-83
TC CAV ALESSANDRO PAIVA DE PINHO	
Consideraciones sobre las Operaciones contra la Insur- gencia	84-89
TC JESÚS PADÍN	
A Comunicação Social na Mobilização Nacional: uma proposta de ações	90-107
TC Cav FÁBIO ALEXANDRO DOCKHORN DE OLIVEIRA	

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO: PREPARANDO-SE PARA O FUTURO

GENERAL-DE-DIVISÃO ELIAS RODRIGUES MARTINS FILHO¹

Considerações Iniciais

“Para melhor cumprir esse desideratum, estarei sempre prompto a colher, estudar e aceitar todas as todas as idéas e informações...” (Gen Girard, 1905)

Com essas palavras, o primeiro Comandante da então Escola de Estado-Maior – General de Brigada Miguel Maria Girard - estabelecia, em 1905, o que passaria a ser um mote desse centenário Estabelecimento de Ensino Superior Militar, qual seja, desapegar-se de paradigmas, estimular as ideias novas, ser pioneira, inovar....

Sucessivos comandantes incorporaram esse espírito, ousando na dinâmica da mudança e da transformação, forjando espíritos entusiasmados e destemidos cada vez melhor preparados para o entendimento da conjuntura, da política e da estratégia, bem como para o planejamento e a condução de operações militares.

Alguns, todavia, pela oportunidade do momento ou pela genialidade, sobressaíram-se como bastiões da evolução do pensamento militar brasileiro. A Escola mantinha-se assim na vanguarda das grandes transformações pelas quais tem passado a Força Terrestre.

A ECEME nasceu sob influência alemã, particularmente por intermédio dos jovens turcos; após a I Guerra Mundial, a influência francesa ficou concretizada pela cooperação da Missão Militar Francesa; com o advento da II Guerra Mundial, a doutrina americana, vitoriosa no conflito, produziu profundas transformações no pensamento militar brasileiro. Muitos desafios tiveram que ser superados, mas foi por intermédio das mudanças na ECEME que germinaram as importantes sementes da transformação e a consequente evolução do Exército Brasileiro.

“Ao Chefe não cabe ter medo das ideias, nem mesmo as ideias novas. É preciso, isto sim, não perder tempo, implantá-las e realiza-las até o fim.” (Castello Branco)

Castello Branco viveu e vivenciou intensamente esses dois últimos momentos da Escola. Servia na ECEME em 1944, como Chefe da Divisão de Ensino, quando foi designado para o cargo de Oficial de Operações da Força Expedicionária Brasileira (FEB) no Teatro de Operações na Itália. Ao retornar à

¹ O comandante da ECEME no biênio 2015-2016.

Escola após o conflito, e principalmente mais tarde, em 1956, já como Comandante, avocou para si a difícil tarefa de realizar a transformação da ECEME nos pouco mais de 16 meses em que desempenhou a nobre comissão. Em 1964, era eleito Presidente da República.

Em 2005, no contexto das comemorações do centenário, o antigo comandante foi escolhido Patrono da ECEME, que passava a ser conhecida como Escola Marechal Castello Branco. Castello personaliza o espírito da Escola, e tem servido de inspiração a todos os comandantes e instrutores que lhe sucederam. É a partir dessa inspiração que o texto a seguir discorre sobre como a ECEME se organizou, a partir de 2016, para prosseguir evoluindo, a fim de fazer melhor o que sempre fez muito bem.

ECEME: Escola de Líderes

A ECEME, a “Casa do Método”, o “Templo do Saber”... Essas formas de se referir à Escola fazem justiça ao importante papel que desempenha no seio da Força Terrestre, das Forças Armadas e do Brasil. A ECEME é, todavia, uma “Escola de Líderes” que tem por objetivo maior formar aqueles que terão por missão conduzir os destinos do Exército Brasileiro e, por conseguinte, contribuir com os do País.

Em uma observação mais profunda, entre os oficiais que hoje integram o Corpo Discente da Escola estarão certamente os que integrarão o Alto Comando do Exército da década de 2030. Desse grupo, sairá o Comandante da Força e, por que não, outras autoridades do 1º escalão do Governo. A formação do oficial de estado-maior e do assessor de alto nível são passos imediatos, intermediários e necessários à relevante missão de forjar na Escola os que conduzirão os destinos do Exército em um futuro já pródigo em incertezas, capacidades desconhecidas e ferramentas que ainda estão por serem descobertas.

Daí resulta a necessidade de, mais do que trabalhar modelos de solução, educar seus discentes priorizando os processos para a solução dos complexos, diversificados e incertos problemas e situações com os quais depararão. O foco dessa educação não será a solução, mas o processo que conduz até ela, capacitando dessa forma o futuro assessor e líder à resolução de problemas multifacetados e inéditos.

Nesse diapason, a formação do futuro líder e assessor fundamentar-se-á na quadra: conhecimento, visão estratégica, pensamento crítico e inovação. No que tange ao conhecimento, o mundo contemporâneo e o futuro exigirão três atitudes em particular. A primeira, conhecer a conjuntura e o ambiente operacional, que apresentam problemas com grande visibilidade e penetração na sociedade, tendo normalmente a opinião pública como centro de gravidade estratégico. A segunda, discernimento sobre quais informações são relevantes e contribuirão para a solução de um problema ou crise específicos, e quais deverão ser desconsideradas para os estudos e reflexões decorrentes. A terceira, conhecer com profundidade o tema de que se está tratando – ou saber utilizar-se de quem o conhece – e o processo para a solução de problemas, militares ou não.

O líder que se deseja formar na ECEME deve ter visão estratégica. Mas o que isso significa? São muitos os conceitos, as noções que conformam o significado

de “visão estratégica”. Em termos bastante simples, pode-se afirmar que visão estratégica significa antever o resultado da aplicação do poder, da adoção de uma política ou estratégia, seja a partir de uma tendência ou de uma sequência de ações. Pode-se ainda afirmar que é ver além da colina, ou construir uma solução estratégica futura. Enfim, o líder e o oficial de estado-maior, para serem eficientes e efetivos, precisam dispor dessa capacidade e, assim, estar nas melhores condições para produzirem as melhores políticas, estratégias, planejamentos e decisões.

Na construção do conhecimento e da visão estratégica é fundamental dispor de pensamento crítico, aqui entendido como a capacidade de identificar as ideias-força, exercer o questionamento e produzir a argumentação. Será ele uma ferramenta importante para se ir além do que se vê ou ouve, identificando o que embasa um ponto de vista ou um argumento, suas razões e efeitos. Criam-se, dessa forma, as melhores condições para a formulação de decisões e assessoramentos apropriados.

O quarto vértice é o que trata da inovação e que, na verdade, não pode ser dissociado dos anteriores. Na cultura militar, a diferença entre inovar e inventar está em que a primeira é fundamentada em profundo conhecimento do que se está tratando; que é fruto de reflexões críticas em torno do tema, doutrina, problema ou crise; e que, para ser eficaz, deve estar calcada na visão estratégica do líder. Ser inovador, portanto, é ser eficiente, otimizar resultados aplicando uma metodologia, pensamento ou meio, de forma diferente e eficaz, a partir do conhecimento profundo dos aspectos que a regem, doutrinários ou não, e de soluções anteriores em casos semelhantes.

Nesses aspectos, reside o esforço da ECEME para a formação dos futuros líderes do Exército Brasileiro, em sintonia com o ambiente operacional e com as demandas presentes e futuras que se visualizam para a Força e seus integrantes.

A Reestruturação em 2016

Como observado nas considerações iniciais, a Escola se caracteriza por seu dinamismo e pela necessidade de atualizar-se e servir de motor para a evolução da Força Terrestre.

Nesse contexto, não há dúvidas de que a ECEME – fiel ao seu Patrono e aos princípios que a regem – deve manter-se à frente de seu tempo, atualizar-se, colocar-se em sintonia com o mundo, entender a conjuntura e o ambiente operacional, analisá-los e educar seus alunos segundo o pensamento mais elevado e atual, devendo dispor das melhores e mais modernas ferramentas disponíveis a despeito de quaisquer limitações.

Ainda em 2015, os estudos realizados visando à reestruturação da ECEME constataram oportunidades de melhoria em processos, metodologias, currículos e na própria estrutura escolar. A Nova Doutrina e o “Ensino por Competências” foram opções adotadas pelos escalões superiores que impulsionaram este processo; outro fator motivador foi a confirmação de que havia espaço para adequar a formação do futuro líder segundo os parâmetros discutidos anteriormente – profundidade de conhecimento, visão estratégica, pensamento crítico e inovação. Por fim, uma análise crítica das estruturas escolares – organizacional e física – conduziu à conclusão

de que a excessiva compartimentação não contribuía para o desenvolvimento da “cátedra”, tão essencial ao aprofundamento das discussões desenvolvidas na Escola.

A partir desse diagnóstico, aqui exposto tão sumariamente, foram tomadas algumas decisões que transformaram a forma de ensinar e o quê ensinar, estabelecendo novos currículos, novas metodologias de ensino e avaliação, novos temas escolares e a definição do “core” da formação do oficial de estado-maior, do assessor de alto nível e do líder estratégico. Identificou-se, após intensas reflexões e discussões com especialistas, que o perfil profissiográfico de cada curso possibilitava eliminar excessos e aprofundar os níveis de conhecimento.

Assim, verificou-se que a estrutura organizacional deveria ser alterada de modo a se atingirem aqueles objetivos. Os estudos apontaram para a necessidade de se organizar a Escola em sintonia com as novas ameaças e com a evolução em outros campos do conhecimento, atendendo de modo mais efetivo às diretrizes do Comando do Exército, do Departamento de Educação e Cultura e da Diretoria de Educação Superior Militar.

Fazia-se necessário conhecer profundamente as áreas do conhecimento que integram o “core” da formação do futuro líder ou assessor. Cabe lembrar que conhecimento não tem idade, nem posto, nem graduação... Quanto mais cedo puder ser auferido, melhor. Assim é que, desde os Cursos de Altos Estudos Militares, frequentados por jovens maiores e tenentes-coronéis, as disciplinas Política, Estratégia, Relações Internacionais, Geopolítica e Prospectiva tiveram seus conteúdos atualizados e ampliados. Em outra vertente da formação, a Gestão – de pessoas, de material, financeira e ambiental – teve o mesmo tratamento, preparando melhor o futuro gestor. Transversalmente, Liderança, História Militar e Ética Militar passaram a percorrer com intensidade os currículos escolares de todos os cursos da ECEME.

O processo para a solução de problemas – inéditos, complexos, militares ou não – passou a ser o cerne do ensino profissional militar. A Doutrina vigente demanda considerar o amplo espectro dos conflitos; o ambiente operacional atual passou a incluir situações diversas, exigindo do planejador flexibilidade e capacidade de reação ao inesperado. A nova estrutura alterou o ensino por áreas específicas de atitudes ou operações (ofensiva, defensiva, operações conjuntas, não-guerra etc) para abordar o problema militar ou a crise holisticamente, segundo os preceitos dos conflitos no amplo espectro e as realidades dos conflitos atuais. Segundo esse novo paradigma, na área de emprego das forças, situações tipicamente civis podem ocorrer simultaneamente às puramente militares; diferentes tipos de operações podem coexistir no mesmo ambiente; as operações serão eminentemente conjuntas ou mesmo interagências, contando com a participação de órgão de segurança pública e agências civis, governamentais ou não. Tais constatações exigiam repensar a Escola, sua organização, seus currículos e suas metodologias.

Dessa forma, a organização anterior por cursos, válida até 2015, foi alterada para outra, por seções de ensino estruturadas de maneira a permitir que seus integrantes se especializem em suas áreas de responsabilidade, elevando o nível das discussões, aprofundando o conhecimento, estimulando a visão estratégica, o pensamento crítico e a inovação, considerando ainda as peculiaridades dos conflitos atuais. Assim, foram criadas três seções de ensino que passariam a atuar em todos os cursos da Escola, criando melhores condições para o desenvolvimento da “cátedra” e eliminando por vez a indesejável compartimentação.

Em 2016, sob a coordenação da Divisão de Ensino, funcionaram a Seção de Política e Estratégia (SPE), a Seção de Emprego da Força Terrestre (SEFT) e a Seção de Ciências Gerais (SCG). À SPE coube conduzir e coordenar o ensino das áreas de Política, Estratégia, Geopolítica, Relações Internacionais e Prospectiva. Como se pode depreender, essas disciplinas são correlatas e contribuem mutuamente para o conhecimento que se busca e para a obtenção das competências que as integram, quais sejam, as pertinentes à elaboração de políticas e diretrizes estratégicas.

A Seção de Emprego da Força Terrestre (SEFT) trata da formação do Chefe Militar e de sua capacitação técnica no que tange ao planejamento e condução das operações militares. Organizada em três subseções, Alfa, Bravo e Charlie, desligou-se da antiga estrutura (Ofensiva, Defensiva, Logística, Não-Guerra e Conjuntas) de modo a adequar-se às necessidades impostas pelo combate moderno e à Doutrina adotada pelo Exército Brasileiro desde 2013. Assim, põe-se o ensino em sintonia com a realidade dos conflitos, atuais e futuros, exigindo do futuro planejador, desde os bancos escolares, considerar a flexibilidade, adaptabilidade, modularidade, elasticidade e sustentabilidade. Essa estrutura exigirá mais coordenação e conhecimento integrado do instrutor, mas oferecerá melhores condições à obtenção das competências delineadas para o futuro oficial de estado-maior e comandante em operações.

Na Seção de Ciências Gerais (SCG), estão reunidos os conteúdos atinentes à Liderança, História Militar, Direito Internacional e Militar, Gestão, Economia, Comunicação Social e Idiomas. Importante salientar que a SCG navega por todos os cursos da Escola com significativa inserção de seus conteúdos, com expressiva carga horária de Gestão e de Idiomas. A inserção dá-se, também, pela transversalidade de disciplinas como Direito, História Militar e Liderança.

Uma Escola, vários cursos. Esta é a premissa da nova organização, permitindo melhor integração entre as estruturas escolares; melhor coordenação por parte da Divisão de Ensino, repercutindo em otimização e racionalização no emprego de meios e recursos; melhor aproveitamento das capacidades; e, ainda, mais flexibilidade, particularmente no tocante ao emprego do corpo docente e à criação de novas estruturas e cursos. É importante destacar que a coordenação dos cursos cabe à Divisão de Ensino e que, embora tenha ficado mais complexa por envolver várias seções de ensino, essa organização possibilita melhor controle das atividades de ensino, em particular dos Pedidos de Cooperação de Instrução.

Para o atingimento das metas dispostas, foram elaborados novos Regulamento, Quadro de Cargos, Regimento da Escola e Planos de Disciplinas; atualizadas todas as normas de ensino e avaliação; e, não menos importante, elaborados temas escolares para a adequação doutrinária que se fazia necessária.

A Divisão de Doutrina trabalha em perfeita sintonia com o Centro de Doutrina do Exército e em estreita ligação com o Estado-Maior do Exército (EME) na realização de trabalhos e pareceres que contribuem para a evolução doutrinária da Força Terrestre. Além de seu protagonismo nessa área, participa, sempre que possível, de eventos nacionais e internacionais que tenham por objeto a discussão doutrinária. No âmbito do DECEEx, a Assessoria de Doutrina é o órgão interlocutor nesse importante campo de atividades.

Na ECEx, sua participação ficou ainda mais intensa, seja na elaboração dos novos temas; seja por sua presença nas salas de aula; seja por sua participação na elaboração dos Projetos Interdisciplinares, normalmente com foco na Doutrina;

seja, ainda, na colaboração com a condução de jogos de guerra, importante situação integradora de todos os conhecimentos operativos auferidos durante o Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM). Para tanto, a Divisão de Doutrina conta com a participação de oficiais instrutores experientes, nacionais e de nações amigas.

Na vertente da Pesquisa, a Escola obteve o coroamento de mais de 15 (quinze) anos de esforços junto ao Ministério da Educação no que diz respeito ao ensino stricto sensu, particularmente. Com esse objetivo, foi criado em 2012 o Instituto Meira Mattos (IMM), que vem se expandindo em suas atribuições e metas, e aumentando exponencialmente a interação com o meio acadêmico.

Já em 2013, a Escola teve reconhecido, pelo Ministério da Educação, o Curso de Mestrado Acadêmico e, neste 2016, obteve da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a recomendação para o reconhecimento do Doutorado em Ciências Militares na área de concentração de Defesa Nacional. Atualmente, militares e civis integram o Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares (PPGCM), que conta com a fundamental participação de um corpo de professores civis, todos com pós-graduação nível Doutorado, perfeitamente integrados à Escola e aos seus projetos de pesquisa.

Importante destacar o Centro de Estudos Políticos e Estratégicos (CEPE) que, composto por um grupo de analistas (militares da ativa e da reserva), conta com a expertise de todos os integrantes da Escola, corpo docente, professores civis e alunos. Do CEPE, têm sido demandados estudos, pesquisas, pareceres e trabalhos sobre os mais variados temas. Tais demandas, que atualmente têm origens no Estado-Maior do Exército (EME), no Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEEx) e em escolas congêneres, nacionais ou não, tendem a aumentar a partir da visibilidade que passará a ser incrementada como resultado de Acordos de Cooperação e Protocolos de Entendimento Acadêmico com Universidades e Institutos de Estudos Estratégicos, nacionais e de nações amigas, já realizados ou em processo de negociação.

Nesse particular, cabe lembrar que a Concepção Estratégica do Exército trata de um Sistema de Estudos Estratégicos interconectado e trabalhando também sob a coordenação do EME. As capacidades à disposição da ECENE a colocam em posição de destaque quando se trata de produzir o conhecimento. O chamado “conhecimento novo”, que no caso escolar é o que ainda não consta dos currículos, será produzido por trabalhos capitaneados ou coordenados pelo CEPE, o que muito contribuirá com a relevante missão de evidenciar o trabalho realizado na Escola Marechal Castello Branco.

A ponte construída entre o “conhecimento novo” e o curricular está concretizada nas “eletivas”, um conjunto de disciplinas eleitas para se constituírem em cursos semestrais e, assim, agregarem valor aos já ricos currículos dos cursos regulares. Para ministrar essas eletivas, a Escola conta com a colaboração de um corpo variado de profissionais altamente qualificados, que podem ou não integrar a ECENE. São militares, da ativa e da reserva, e civis, professores ou personalidades de notório saber.

Instalada desde 1940 em seu atual edifício na Praia Vermelha, Rio de Janeiro, é natural que encontremos na estrutura física da ECENE inúmeros problemas e desafios para colocá-la nos patamares correspondentes à “Escola de mais alto nível do Exército”. Esse fato fica particularmente evidente ao considerarmos a grande visibilidade que a Escola tem, interna e externamente.

A ECEME ainda requer vigor na recuperação de sua estrutura física de modo a adequar-se à importância de sua missão e à tradição que construiu em mais de cem anos de história. Em 2016, a Escola passou a funcionar com nova estrutura física, seja em função da nova estrutura organizacional, seja por obras realizadas em suas instalações, prioritariamente as ligadas ao ensino. Muito está em processo, muito mais ainda far-se-á necessário. Ganha importância, a reestruturação e remodelagem realizada em toda a rede de Tecnologia da Informação colocando a Escola em condições de utilizar-se de outras capacidades e equipamentos que agreguem tecnologia e qualidade às atividades escolares.

ECEME: Visão de Futuro 2035

O Exército Brasileiro desenvolve um Projeto de Futuro que se propõe à difícil missão de “desenhar” a Força para o ano de 2035. É um estudo prospectivo de elevada dificuldade, sujeito a riscos, mas que se faz necessário a partir do entendimento de que “o futuro pode ser construído”. Segundo esse entendimento, os estudos e, principalmente, as ações de hoje são essenciais para a construção do futuro que se deseja.

Assim, qual seria a ECEME necessária à Força em 2035? Fica claro que não se dispõe de todas as variáveis, mas também é patente que o conhecimento da Escola de hoje, das modernas tecnologias e das visões prospectivas providas por especialistas renomados, entre outros, indica um caminho a seguir e sugere proatividade.

No que diz respeito à Visão de Futuro da ECEME, destacam-se a seguir os principais elementos que lhe são constitutivos. Em termos gerais, a ECEME deverá:

“Ser, até 2035, um centro de excelência do pensamento militar brasileiro confirmando-se como referência, nacional e internacional, nos estudos de Defesa e das Ciências Militares de modo a proporcionar a formação de líderes, chefes militares e assessores de alto nível, estabelecendo estreito relacionamento com escolas congêneres e universidades – nacionais e estrangeiras -, e interação crescente com a sociedade brasileira”.
(ECEME, 2016)

Importante se faz que, a partir dessa Visão, sejam estabelecidos os objetivos e as metas para torná-la concreta. Assim, a ECEME deverá proporcionar visão estratégica e conhecimentos na área de Defesa e das Ciências Militares, devendo dispor de recursos humanos capacitados ao desenvolvimento das competências necessárias ao futuro líder estratégico, comandante militar e assessor de alto nível.

Dentre esses objetivos e metas, destacam-se:

- o “ensino por competências” estará consolidado, mas em constante evolução, de modo a manter-se em sintonia com as demandas presentes e futuras, com o foco no processo de solução de problemas inéditos e complexos;
- a ECEME continuará contribuindo para a evolução doutrinária;
- o Programa de Pós-Graduação de Escola, lato e stricto sensu, estará consolidado e reconhecido no meio acadêmico por sua qualidade e pioneirismo na

área de Defesa e Ciências Militares;

- o Centro de Estudos Políticos e Estratégicos (CEPE) será reconhecido como centro de excelência no tocante a análises de temas de interesse geopolítico, estratégico, de conjuntura (nacional e internacional) e de Defesa, e integrará o Sistema de Estudos Estratégicos do Exército (S3E);

- a ECEME será importante vetor na consolidação de uma “mentalidade de defesa” na sociedade brasileira;

- a ECEME disporá de instalações adequadas ao Estabelecimento de Ensino Superior de mais alto nível do Exército Brasileiro, a partir da conclusão do Projeto de Ampliação e da reforma e modernização de suas instalações;

- os cursos da ECEME serão trilíngues, com atividades, palestras e (ou) temas – total ou parcialmente – nos idiomas português, inglês e (ou) espanhol;

- a ECEME estará dotada de meios tecnológicos avançados como suporte no processo de ensino, preparando o futuro comandante e assessor para a utilização de recursos que lhe ampliem as capacidades;

- a ECEME estará dotada de um Centro de Simulação de forma a contribuir com o processo ensino-aprendizagem com utilização frequente e diligente desse recurso;

- a Escola implementará o Módulo de Operações Conjuntas com efetiva participação da Marinha do Brasil e da Aeronáutica, compondo Estado-Maior Conjunto, realizando atividades e trabalhos escolares de forma conjunta, capacitando os oficiais-alunos do CCEM à elaboração do Plano Estratégico de Emprego Conjunto das Forças Armadas (PEECFA) e, ainda, realizando o SIRIUS e AZUVER (exercícios de simulação conjuntos da ECEME, EGN e ECEMAR) com recursos modernos e avançados tecnologicamente;

- a ECEME será referência em Geopolítica, incrementando esse conteúdo nos currículos, realizando cursos e participando de eventos sobre o tema; e

- a Escola será referência em Liderança Estratégica, tanto a partir dos currículos de seus cursos regulares, quanto na realização de Cursos de Liderança Estratégica (extracurriculares) e, ainda, na participação de eventos – civis e (ou) militares – que tratem do tema.

A partir da Visão acima, foram estabelecidas metas e desencadeadas ações, estratégicas ou não, de modo a dar concretude aos passos que se fazem necessários para a consecução da Visão de Futuro da Escola Marechal Castello Branco. Pode-se dizer que fatores intervenientes e inesperados podem surgir neste horizonte temporal e comprometer definitivamente esse planejamento. Todavia, com os pés nas realidades do presente e os olhos no futuro, pode-se afirmar que a ECEME que se constrói a partir dessa Visão de Futuro é possível e coerente com as diretrizes e recomendações emanadas pela literatura de Defesa Nacional e pelos mais altos escalões da Força Terrestre, e com as visões prospectivas de analistas especializados no tema.

Considerações Finais

A ECEME floresceu com o fermento das novas ideias e da dinâmica da mudança que impõe o estudo e a evolução. Contribui para tanto o fato de que o Exército Brasileiro, em suas diretrizes de sempre, tem conferido prioridade

ao ensino e à formação de seus quadros como o pilar de uma Força que tem na dimensão humana o seu maior patrimônio.

Ao longo de mais de 111 (cento e onze) anos, sucessivos comandantes, instrutores e agentes da administração dispenderam seus melhores talentos e energia para não apenas cumprir sua missão, mas cumpri-la da melhor forma, desafiando paradigmas e renovando o entusiasmo em seus alunos.

Nesse sentido, o período atual alinha-se com outros importantes momentos da história da Escola e honra o legado intangível deixado por aqueles que pensaram e fizeram da ECEME uma referência em ensino, pesquisa e doutrina.

As alterações estruturais, a mudança nos currículos, os novos temas, o ensino por competências, o foco no processo para a solução de problemas, entre outros, têm por objetivo fazer ainda melhor o que sempre foi muito bem feito: forjar líderes e assessores para o Exército Brasileiro e, por conseguinte, para o Brasil.

* * *

ARTE OPERACIONAL: BREVE APRESENTAÇÃO

TENENTE-CORONEL FÁBIO ALEXANDRO DOCKHORN DE OLIVEIRA¹

INTRODUÇÃO

Sin el Arte Operacional, la guerra sería una serie de combates desconectados con una atrición relativa como única medida de éxito o fracaso. El Arte Operacional, requiere de una visión amplia, la habilidad de anticiparse y la efectiva cooperación conjunta o combinada.

Milán Vego.

O presente artigo tem por finalidade apresentar os conceitos necessários ao entendimento da “Arte Operacional”, conforme regulado no manual do Ministério da Defesa, da República Federativa do Brasil.

Este assunto tem motivado debates nos fóruns militares realizados no Brasil e no exterior. Vários países, em particular os membros da OTAN, já inseriram tal assunto nas suas matrizes doutrinárias. No Brasil, tanto a Marinha, quanto a Força Aérea – e o próprio Ministério da Defesa – têm debatido esse tema e produzido conhecimento, conforme se verifica no MD30-M-01 (1^a Edição/2011) Doutrina de Operações Conjuntas.

A Arte Operacional , é o processo que traduz a estratégia em ação mediante o planejamento de uma campanha. Sua essência se materializa na definição de objetivos operacionais que contribuam para atingir o objetivo estratégico e a determinação das operações necessárias para alcançá-los, e assim, atingir a situação final desejada². Cabe observar que tais conceitos não constituem novidades ou “modismos”. Trata-se de um acervo de requisitos necessários para a elaboração dos planejamentos operacionais e táticos orientados à obtenção dos efeitos desejados durante as análises estratégicas³.

Para o melhor entendimento dos conceitos que serão reportados, se conjugará o delineado no manual MD30-M-01 (volume 1) com a análise da Segunda Guerra do Líbano, produzida por Locatelli (2011)⁴.

BREVE HISTÓRICO

“... a condução da guerra no mar, em terra e no ar, de forma separada, está definitivamente acabada. Se novamente, tenhamos que nos envolver numa guerra, nós lutaremos em todos os elementos, com todas as forças armadas, na forma de um único esforço concentrado.”

General Eisenhower

¹ O autor é instrutor da ECEME.

² ESPANHA, 2009.

³ Conforme o manual MD30-M-01, volume 1, p. 19.

⁴ LOCATELLI, Omar Alberto. *El arte operacional de Clausewitz en la Segunda Guerra del Líbano*. Escuela Superior de Guerra Conjunta de las Fuerzas Armadas de La Republica Argentina. *Visión Conjunta*, año 3, n° 3, 2011.

O surgimento da Arte Operacional é esboçado por Pinto (2006)⁵, que será exposto em apertada síntese, a seguir.

Ao se percorrer as páginas dos livros, verifica-se que a história da humanidade está ligada aos conflitos e às guerras. Creveld (2006)⁶ destaca que a guerra é um fenômeno cujas origens antecedem em muito a invenção da escrita. Para a sua compreensão, é necessário também compreender o momento no qual ocorreram e as tecnologias vigentes à época.

Segundo Leitão (2012)⁷:

O que distinguiu Napoleão de outros líderes foi o facto de as suas estratégias estarem “em sintonia com as possibilidades da sua época, e de as ter conseguido explorar plenamente durante alguns anos” (PARET, op. cit.: 141). Conseguiu igualmente tirar partido da tecnologia que tinha à sua disposição, fazendo pleno uso da mobilidade da artilharia e de maior capacidade de fogo (WEIGLEY, 1973: 79).

Em um primeiro momento, a guerra estava ligada ao preparo e à condução dos combates. Sob o olhar moderno, seria o que é compreendido por nível tático, que conforme o Glossário das Forças Armadas⁸, é entendido como o “nível responsável pelo emprego de frações de forças militares, organizadas, segundo características e capacidades próprias, para conquistar objetivos operacionais ou para cumprir missões específicas”.

Durante longo tempo, a direção política e militar confundiram-se no mesmo ente, o que levava os objetivos políticos a serem atingidos diretamente pela expressão militar, haja vista o governante exercer o comando direto das tropas. Pinto (2006) destaca que tal fato ainda ocorreu em época recente, como na Batalha de Austerlitz⁹, em 1805, ocasião em que Napoleão Bonaparte, imperador francês, exerceu o comando das tropas em campanha.

Com o evoluir das técnicas e táticas militares e da própria classe política, a cisão foi um passo natural. No final do século XVIII começam a surgir pensadores que passam a distinguir a “tática” da “grande tática”, futuramente conhecida como Estratégia – para referir-se à condução das operações militares como um todo e que possuía um caráter predominantemente “intuitivo”, conforme assevera Pinto (2006). A esse momento, cita-se Joly de Maizeroy¹⁰ e o Conde de Guidert, a quem

⁵ PINTO, José Carlos. Introdução à Arte Operacional. *Revista Escola de Guerra Naval*. Rio de Janeiro, n. 8, p. 47-62. 2006.

⁶ CREVELD, Martin Van. *The Art of War – War and Military Thought*. Londres: Cassel & Co, 2000. Apud Pinto (2006).

⁷ LEITÃO, Fernando. "Arte operacional: de Napoleão Bonaparte a John Warden". Notas e Reflexões, JANUS.NET e-journal of International Relations, Vol. 3, N.º 1, 2012.

⁸ Glossário das Forças Armadas, MD35-G-01 (5ª Edição/2015).

⁹ A Batalha de Austerlitz, também conhecida como a Batalha dos Três Imperadores, foi uma batalha que resultou numa das maiores vitórias de Napoleão Bonaparte, onde o Império Francês derrotou a Terceira Coligação. No dia 2 de dezembro de 1805, um exército francês, sob o comando de Napoleão, derrotou um exército austro-russo, liderado pelo czar Alexandre I da Rússia e pelo imperador Francisco II, após uma difícil luta de cerca de nove horas. A batalha teve lugar perto de Austerlitz (Slavkov u Brna), a cerca de 10 km a sudeste de Brno na Morávia, na altura uma região do Império Austríaco (atualmente República Checa). A batalha é vista como uma obra-prima em termos táticos. (Fonte: Wikipédia)

¹⁰ Paul-Gédéon Joly Maizeroy foi oficial francês e teórico militar do século XVIII.-aos 15 anos de idade, participou no campo Bohemian e Flanders com o Conde da Saxônia e brilhantemente levou o cerco de Namur e batalhas Raucoux e Lawfeld. Ele então fez a Guerra dos Sete Anos, com a patente de tenente-coronel. Foi

é atribuído, por alguns autores, a criação da palavra estratégia.

Conforme Pinto descreve em seu trabalho, Clausewitz, no século XIX, advogava que a guerra se desenvolvia em dois níveis: o *operativ*¹¹ e o tático. O tático corresponderia ao planejamento e execução das forças armadas no engajamento, enquanto o operativ ao uso ou coordenação dos engajamentos para a consecução dos objetivos da guerra Pinto (2006) ainda destaca que a maioria dos autores preferiu traduzir o *operativ* de Clausewitz como estratégia. Cita, também, a afirmação: “a guerra é simplesmente a continuação da política por outros meios”. Clausewitz, que além de indicar a subordinação da guerra à política, aponta, para a existência de um nível político ou político estratégico, referente ao mais elevado nível decisório do Estado. Tais considerações importam na medida em que indicam o refinamento dos processos de planejamentos militares.

O século XIX e início do século XX são marcados por profundas mudanças em decorrência da Revolução Industrial, que alterou a potência e a distância de alcance das armas, introduziu meios de transporte mais eficazes para as tropas, suprimentos e desenvolveu veículos de combate. O vapor revolucionou os transportes, alterando as noções de distância e tempo de deslocamento e, consequentemente, a própria dinâmica da guerra.

O Almirante Caminha (1980)¹² evidencia a alteração da concepção de estratégia de um conceito militar para novos entendimentos, como:

A Estratégia deixou de definir meramente a arte do comando militar em alto escalão. Tornou-se, também, instrumento permanente do estadista, para o preparo e emprego dos recursos da nação na busca de objetivos suscetíveis de provocar antagonismos. Decorreram daí conceitos mais amplos para a estratégia.

Uma vez que a estratégia passou a ser tratada no mais alto nível da Nação, Beaufre insere um nível intermediário denominado “estratégico-operacional” entre a tática e a estratégia. Recentemente, este nível passou a corresponder ao Comandante Operacional, o responsável pelo pelas forças no teatro de operações, conforme Pertusio (2000)¹³.

Embásado em John Dziak (1984)¹⁴ e Bruce Menning (1998)¹⁵, Pinto (2006, p. 52) afirma que:

Na realidade, a primazia pela identificação de nível intermediário entre a estratégia e tática não coube nem a Beaufre nem à OTAN. Em 1907, autores russos empregavam o termo *operatika* para designar o antigo conceito atribuído à estratégia. Na década de 20, estudiosos do exército soviético, tomando

nomeado brigadeiro do Exército antes de sua morte. (Fonte: Wikipédia)

¹¹ Segundo Bruce Menning, *apud* Pinto (2006, p.50), a palavra “operação”, que possui o mesmo radical de *operativ*, já era empregada desde o final do século XVII para descrever o que os exércitos europeus faziam no campo de batalha.

¹² CAMINHA, João Carlos Gonçalves. Delineamentos de Estratégia. 1980.

¹³ *Apud* Pinto (2006, p.51).

¹⁴ DZIAK, John D. *Soviet Perceptions of Military Doctrine Power : The Interaction of Theory and Practice*. New York: Crane, Russak & Company Inc., 1984.

¹⁵ MENNING, Bruce. *Operational Art's Origins in "Military Review"*, 2o quarter, 1998.

como base as experiências da Primeira Guerra Mundial e da Guerra Civil Russa, começaram a dar corpo àquilo que vieram a chamar por *operativnoye iskusstvo* ou “arte operacional”. Essa teoria estava voltada para problemas relacionados a questões inseridas no âmbito do teatro de operações e tinha seu ponto de aplicação justamente nesse espaço surgido entre os níveis estratégico e tático.

Após a Segunda Guerra Mundial o conceito de operação conjunta ganhou força no pensamento militar norte-americano, porém, com a produção e uso da bomba atômica e a implementação da dissuasão por meio do desenvolvimento de capacidade nuclear, após o conflito, o desenvolvimento conceitual das operações conjuntas, conforme Mcfarland (2003)¹⁶, somente sendo retomado com o advento da Lei *Goldwater-Nichols*¹⁷, em 1986.

Mcfarland (2003) afirma que a concepção conjunta de se lutar a guerra foi relegada à estagnação por tantos anos devido a ansiedade norte-americana em tratar o bombardeio nuclear estratégico como a palavra final, a estratégia para deter ou, se necessário, vencer as futuras guerras convencionais ou nucleares. Que ao término da 2^a Guerra Mundial, os esforços na área da defesa passaram ser direcionados à recém-criada Força Aérea e à sua capacidade estratégica de bombardeio e que havia um sentimento de caráter genérico de que a Força Aérea teria se tornado a primeira linha de defesa americana, sendo esta postura crítica para o desenvolvimento da arte operacional conjunta.

A experiência norte-americana na Guerra do Vietnã, na qual as vitórias táticas americanas não puderam ser transformadas em conquistas estratégicas, contribuiu para a aceitação da arte operacional no meio militar estadunidense, uma vez que importa em associar as ações táticas à consecução dos objetivos estratégicos.

Em 1982, a publicação FM 1005, do *US Army*, passou a reconhecer a existência do nível operacional. Em sua versão de 1986, fez menção explícita à arte operacional, definindo-a como “o emprego das forças militares para alcançar objetivos estratégicos, em um teatro de guerra ou teatro de operações, por meio da concepção, organização e condução de campanhas e operações de grande porte”. O Ato *Goldwater-Nichols*, desse mesmo ano, que reorganizou o Departamento de Defesa americano pondo ênfase nas operações combinadas (Joint Operations), provocou a propagação desse corpo teórico para as demais forças (*US Navy*, *US Marine Corps*, *US Air Force* e *US Coast Guard*). (PINTO, 2006, p. 53)

Atualmente, a “arte ou estratégia operacional” é adotada por vários países entre eles: membros da OTAN, ex-membros do Pacto de Varsóvia e alguns países da América Latina.

¹⁶ MCFARLAND, David M. PERRY, Monty Ray. MILES, Steven R. A ARTE OPERACIONAL CONJUNTA ESTÁ VIVA. out. 2003. Trad. Eduardo Hartz Oliveira, EGN – CEPE. ago. 2004.

¹⁷ A lei *Goldwater-Nichols*, de 1986, estrutura a organização das forças armadas dos EUA, assim como suas relações com o poder político.



Figura 1 - Evolução da percepção teórica da existência de níveis da guerra

Fonte - PINTO, José Carlos. Introdução à Arte Operacional

A década de 1990¹⁸ detém grande relevância para o desenvolvimento da arte operacional nas forças armadas brasileiras, sendo o Exército Brasileiro precursor ao adotar o conceito de estratégia operacional nos manuais C100-5 Operações, em 1997, e posteriormente, o C124-1 Estratégia, em 2001. A Força Aérea Brasileira incorporou o nível operacional a sua doutrina em 1997 e com o manual DCA 1-1 Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira, cita os seguintes níveis de decisão da guerra: político, estratégico, operacional e tático. O Ministério da Defesa, em 2001, com o manual MD33-M-05 Manual de Planejamento de Comando para Operações Combinadas, elencou os níveis de planejamento estratégico, operacional e tático.

A Marinha do Brasil, na revisão de 2014 do manual EMA 305 Doutrina Básica da Marinha, elencou os níveis político, estratégico, operacional e tático, mantendo o já previsto na edição de 2004. A Força Aérea Brasileira, nas revisões de 2005 e 2012 do manual DCA 1-1, manteve como níveis de decisão da guerra: político, estratégico, operacional e tático. O Exército Brasileiro, por intermédio da revisão doutrinária realizada a contar do ano de 2013, promoveu profunda reformulação doutrinária, ampliando o estudo e a sistematização dos planejamentos, incorporando os conceitos da arte operacional, nos manuais EB20-MF-10.102 Doutrina Militar Terrestre, EB20-MF-10.103 Operações, EB20-MC-10.211 Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres, todos de 2014.

A ARTE OPERACIONAL

O Ministério da Defesa, com a aprovação do manual de Doutrina de Operações Conjuntas – MD30-M-01 / Volumes 1, 2, e 3 (1^a Edição/2011), que revogou o manual MD33-M-05, de 2001, implementou significativa revisão na doutrina de operações conjuntas, e adotou, efetivamente, os conceitos da Arte Operacional.

Cabe salientar que a Arte Operacional não substitui o Processo de

¹⁸ Segundo Pinto (2006, p. 53).

Planejamento Conjunto (PPC), que deve ser aplicado como ferramenta para a solução da situação problema. Ela auxilia a compreender e visualizar a referida solução problema. O emprego da Arte Operacional é geralmente da competência do Comandante Operacional (Cmt Op) e reflete um conhecimento intuitivo do ambiente operacional e a abordagem necessária para estabelecer as condições de sucesso¹⁹.

Inicialmente, é importante apresentar algumas conceituações:

- no âmbito do Ministério da Defesa, em se tratando de um planejamento a ser elaborado por um Estado-Maior Conjunto (EMCj), no nível operacional ou no tático, esse processo é denominado “Processo de Planejamento Conjunto – PPC”²⁰; e

- a Arte Operacional constitui um conjunto de conceitos que contribuirão para uma melhor concepção do emprego de meios militares e não militares em um teatro ou área de operações, para a realização de uma campanha ou, simplesmente, uma operação militar. A Arte Operacional é voltada tanto para os aspectos teóricos quanto para os aspectos práticos da guerra, possuindo aplicação em todos os níveis de planejamento ou decisão. No entanto, é no nível operacional que os seus conceitos são empregados em sua plenitude²¹. A essência da Arte Operacional é identificar previamente o que será decisivo e moldar as operações necessárias para o sucesso; na sua expressão mais simples, determinar quando, aonde e com que finalidade as forças conduzirão as operações²².

A Arte Operacional ocupa uma posição indispensável entre a estratégia, por um lado, e a tática por outro, constituindo-se, portanto, em interface entre essas duas áreas (Figura 2).

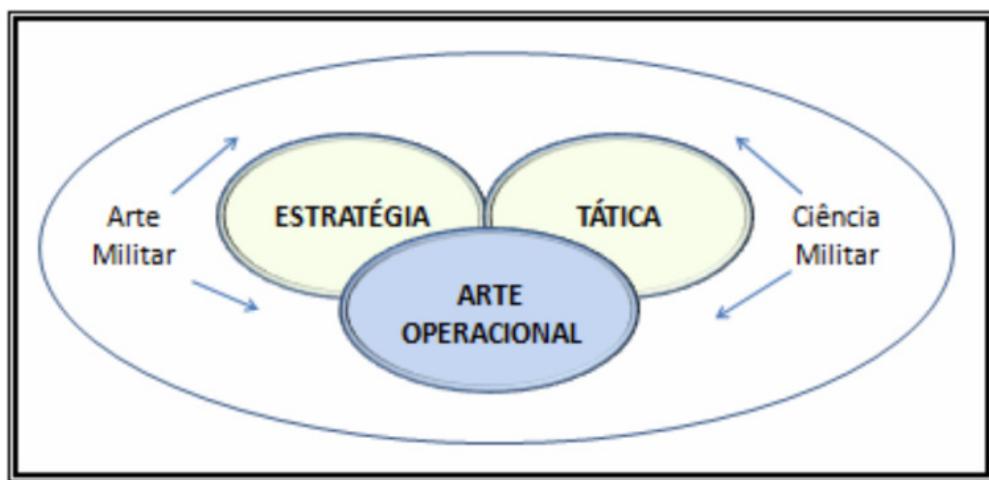


Figura 2 - Integração entre a Ciência e a Arte Militar

Fonte - MD30-M-01, 1º volume, pág. 70.

O MD30-M-01 informa que a Arte Operacional se aplica a todos os

¹⁹ MD30-M-01, 1º volume, pág. 69.

²⁰ MD30-M-01, 2º volume, pág. 11.

²¹ MD30-M-01, 1º volume, pág. 19.

²² MD30-M-01, 1º volume, pág. 73.

aspectos de planejamento das operações conjuntas, integrando os objetivos, as linhas de ação e os meios disponíveis, sempre levando em conta os riscos inerentes a cada linha de ação passível de ser adotada. Entre outras considerações, a Arte Operacional apresenta aos Comandantes as seguintes questões a serem por ele respondidas:

- a) Quais são os objetivos e qual é o estado final desejado?
- b) Qual é a sequência de ações que melhor permitirá atingir os objetivos e o estado final desejado?
- c) Quais serão os meios necessários para levar a cabo uma determinada sequência de ações?
- d) Qual a probabilidade de insucesso (risco) da sequência de ações adotada?

Para responder a estes questionamentos, o planejador, para bem aplicar a arte operacional, deve conhecer: os fatores condicionantes da arte operacional, o desenho operacional e o uso de indicadores.

Os fatores condicionantes da arte operacional constantes da Doutrina de Operações Conjuntas são: espaço, tempo e força. O Fator espaço é definido como a área de responsabilidade de um Comando Operacional; o fator tempo, que é dinâmico e variável, pode ser entendido como o lapso temporal para as forças realizarem as tarefas/missões atribuídas; e o fator força consiste não somente dos aspectos militares como forças navais, terrestres ou aéreas, mas também de todos os apoios e os aspectos civis, sendo tudo sob a responsabilidade do Comandante Operacional.

As escolas militares e a própria história demonstram que a chave para a aplicação da arte operacional reside na capacidade de visualizar o emprego de forças e os seus efeitos no tempo e no espaço. Isto é fundamental para avaliar as várias possibilidades, antecipar os prováveis resultados e as suas implicações²³.

Mas um aspecto singular da arte operacional é a estruturação do chamado “Desenho Operacional”, que o Ministério da Defesa brasileiro define como a representação gráfica da síntese das Linhas de Ação (LA) que o Comandante no nível operacional desenvolveu junto ao seu EMC²⁴.

Os principais elementos do Desenho Operacional, constantes da Doutrina de Operações Conjuntas, são: Efeito Final Desejado, Objetivos Operacionais, Centro de Gravidade, Ponto Decisivo, Ponto Culminante, Linhas de Operação, Linhas de Esforço, Variante e Pausa Operacional. Para facilitar o entendimento, conjugaremos com as definições apresentadas o estudo da arte operacional na Segunda Guerra do Líbano realizada por Locatelli (2011).

A Guerra do Líbano de 2006 ocorreu no norte de Israel e no sul do Líbano, com início no dia 12 de julho de 2006. Envolveu as Forças de Defesa israelenses, o braço armado do Hezbollah e, em menor grau, o Exército Líbanês. O conflito durou 34 dias e resultou na morte de 1.200 pessoas no Líbano, a maioria civis, e 157 israelenses, a maior parte soldados, e destruiu parte importante da infraestrutura libanesa, além de deixar desabrigados perto de 900.000 libaneses (dos quais cerca

²³ MD30-M-01, 1º volume, pág. 71.

²⁴ É importante frisar que o desenho operacional por si só não abrange toda a concepção de Arte Operacional. Restariam, ainda, considerar a elaboração dos efeitos que apoiam cada ponto decisivo, o estudo do risco operacional, o uso de indicadores para cada efeito desejado e outros, sem mencionar o processo para se atingir uma sincronização das ações conjuntas. (MD30-M-01, 1º volume, pág. 75)

de 250.000 não haviam retornado após quase um mês de terminado o conflito)²⁵.

O Estado Final Desejado (EFD) é uma situação, política ou militar, favorável que deve ser alcançada quando a operação estiver finalizada. Esclarece-se que os EFD, nos diferentes níveis, poderão não ser coincidentes. No EFD político são descritas as condições que têm que existir uma vez alcançados os objetivos político-estratégicos como, por exemplo, paz e segurança na área envolvida no conflito. O EFD militar refere-se a uma situação que deve ser atingida ao final de uma operação. O nível operacional é o responsável pelo esforço para atingir o EFD, quando a opção de resolução do conflito for pelo emprego de força. O EFD militar é subordinado ao EFD político. O EFD militar, normalmente, é alcançado antes mesmo dos EFD político e estratégico. Ao ser alcançado o EFD militar, diminuirá, de forma notável, a magnitude de seus esforços e o grau de violência empregado.

Como exemplo de EFD político, considerando a Segunda Guerra do Líbano, no caso de Israel foi forçar o Líbano atuar como um estado soberano no sul de seu território, impedindo o Hezbollah de ser um Estado dentro de um Estado, enquanto que para o Hezbollah era (e é) a destruição do Estado Israel e a libertação da Palestina e Jerusalém.

O EFD militar do conflito, no caso de Israel, era enfraquecer a infraestrutura do Hezbollah e criar condições favoráveis para o governo libanês se responsabilizasse pelo seu território e desarmasse as milícias; para o Hezbollah, a retirada completa dos territórios libaneses que fazem fronteira com Israel, incluindo as Fazendas Shebaa²⁶.

Objetivos Operacionais (Obj Op) são as metas a serem atingidas, normalmente expressas em termos de um ou mais pontos decisivos. Todos os esforços devem ser direcionados e concentrados para atingir esses objetivos. Os Objetivos Operacionais podem ser atribuídos ao Cmt Op no próprio planejamento estratégico, como parte da visualização do EMCFA para se atingir o EFD militar. Os Obj Op, somente quando alcançados coletivamente, representam o Estado Final Desejado no tocante à Campanha arquitetada.

Como exemplo de Obj Op militares, no caso das Forças de Defesa de Israel, durante o conflito de 2006, podem ser elencados: reduzir a capacidade militar do Hezbollah, por entender que não se poderia destruí-lo como força militar e que continuaria a ser uma força política em seu país; destruir o comando Oeste iraniano antes que o Irã obtenha armas nucleares; restaurar a credibilidade de dissuasão de Israel após a retirada unilateral do Líbano em 2000; e retornar vivos os dois soldados capturados, sem mais trocas de prisioneiros. Para o Hezbollah, enfraquecer a resolução de Israel de entrar em contato com o "braço político" do Hezbollah, bombardeando o território israelense tão frequente e profundo quanto possível, e aumentando as baixas militares no terreno; e enfraquecer a imagem de invencibilidade de Israel, limitando sua capacidade militar de atingir os seus objetivos estratégicos por meio de danos às populações do norte do território israelense, tão frequentes e profundo quanto possível.

Conforme o Glossário das Forças Armadas (2015), Centro de Gravidade

²⁵ Fonte: Wikipédia. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_do_Líbano_de_2006>.

²⁶ As Fazendas de Shebaa ou Sheb'a constituem uma faixa de terra ocupada por 14 fazendas, próxima da tríplice fronteira entre a Síria, Líbano e Israel. A área mede cerca de 14 km de extensão, por 2,5 km de largura, totalizando aproximadamente 35 km², e localiza-se a uma distância de 3 a 12 km sudoeste da vila libanesa de Shebaa, e entre 5 a 7 km a noroeste da vila drusa de Majdal Shams. (Fonte Wikipédia).

(CG) é uma fonte de força, poder e resistência física ou moral que confere ao contendor, em última análise, a liberdade de ação para utilizar integralmente seu poder de combate. O CG, uma vez conquistado ou atingido, poderá resultar no desmoronamento da estrutura de poder, uma vez que se trata de um ponto de equilíbrio que dá coesão às forças, à estrutura de poder e à resistência do adversário, sustentando o seu esforço de combate. Existe em todos os níveis de condução da guerra.

Da mesma forma, a destruição, eliminação ou neutralização do nosso próprio Centro de Gravidade nos levará à derrota. Isso implica na necessidade de identificar e proteger nosso(s) CG. Vía de regra, quanto mais elevado o nível de planejamento, menor o número de centros de gravidade e mais intangíveis eles se tornam. Nos níveis operacional e tático, normalmente, os CG são forças militares específicas.

No nosso exemplo, para Israel era fundamental a proteção aérea e terrestre de sua população e instalações ao norte e centro do território, enquanto que, para o Hezbollah, nas palavras de seu secretário, era a sobrevivência da estrutura de comando militar do Hezbollah.

Ponto Decisivo (PD) é um local, evento-chave específico, sistema crítico ou função que permite aos comandantes obter uma vantagem relevante sobre o inimigo e influenciar decisivamente o resultado de um ataque. Normalmente, têm sua origem a partir das análises dos Centros de Gravidades (nossos e do inimigo), dos fatores de força e fraqueza, no enunciado da missão e dos Objetivos Estratégicos impostos, além, é claro, das condicionantes impostas.

Continuando o estudo do conflito de 2006, no caso de Israel, foram identificados alguns prováveis PD em cada fase da operação. No início, foi a neutralização do comando do Hezbollah e dos mísseis de médio e longo alcance. A partir da ofensiva terrestre, foi a conquista da cidade de Bint J'Beil, centro do dispositivo defensivo do Hezbollah ao sul do rio Litani. Quando foi rechaçada a ofensiva para continuar a dissuasão, foi a neutralização dos centros de treinamento e abastecimento do Hezbollah, no Vale de Bekaa. Antes da cessação das hostilidades, durante a ofensiva final que garantiu o desenvolvimento de uma zona fronteiriça para o envio de uma força internacional, era necessário neutralizar os locais de suprimentos e reforços do Hezbollah na fronteira sírio-libanesa e nos portos libaneses a sul de Beirute. Para o Hezbollah, em um primeiro momento, foram os lançamentos de curto alcance sobre a cidade de Safed (norte de Israel) e no centro do Comando do Norte das Forças de Defesa de Israel visando a redução de sua capacidade. Depois, foram os lançamentos de mísseis de curto e médio alcance sobre o porto e a cidade de Haifa, norte de Israel. No final, se deu pelo lançamento de drones no centro de Israel. Também se destacava como PD as coordenações do Hezbollah com o Hamas para manter as forças israelenses aferradas em Gaza.

Ponto Culminante (PC) é o ponto de uma operação, a partir do qual a força deixa de ter capacidade para continuar as operações com sucesso. Este conceito tem aplicação na ofensiva e na defensiva. Todo esforço deverá ser orientado para que se alcancem os objetivos operacionais antes do ponto culminante e, ao mesmo tempo, tentar fazer com que o inimigo alcance o seu ponto culminante o quanto antes possível.

Não ficou claro o PC tanto para Israel, quanto para o Hizbollah. Israel,

em alguns momentos, sofreu uma redução na liberdade de manobrar, por exemplo, quando da suspensão da ofensiva aérea por 48 horas, logo depois do ataque a Qana, por ter sido denunciado um ataque a um edifício com civis e quando teve que suspender as ações aéreas devido a destruição de um posto de observação da ONU, em Kham, com a morte de quatro observadores. Para o Hezbollah, se verificou uma diminuição de suas ações quando iniciaram as ações de tropas de “Comandos” no território libanês e também quando se promulgou a resolução 1701 da ONU, que determinava o fim das hostilidades entre o Hezbollah e o Exército de Israel, mas para ambos os contendores, não houve a perda da capacidade de empreender as ações planejadas.

As Linhas de Operação (L Op) ligam os diversos pontos decisivos, no tempo e no espaço, em direção ao centro de gravidade ou diretamente ao EFD da Campanha. Os comandantes utilizam-nas para orientar o potencial de combate para um fim desejado, aplicando-o por meio das três dimensões espaciais, ao longo do tempo e em uma concepção lógica, que integra todas as capacidades militares de uma força conjunta, com vistas a fazê-la convergir e a derrotar o centro de gravidade do adversário. Esse aspecto exige, naturalmente, a sincronização de diversos meios e ações, empreendendo esforços ligados à manobra, fogos e influenciação para se atingir a vontade de lutar do inimigo, conforme a figura 3.

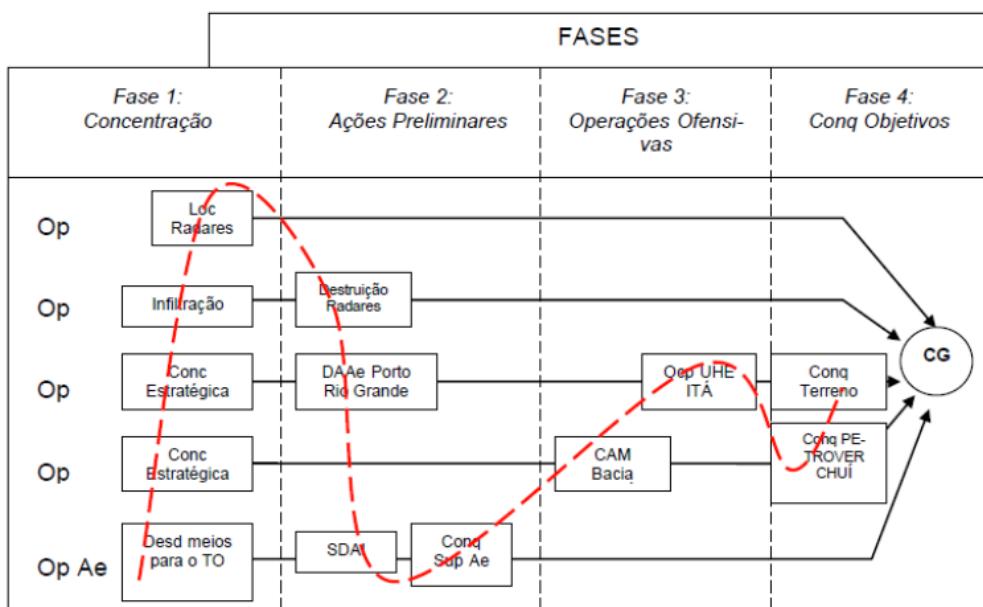


Figura 3 – Exemplo de Linhas de Operação

Fonte - MD30-M-01, 1º volume, pág. 78.

As Linhas de Esforço definem várias tarefas com base na finalidade das operações em vez de referências geográficas. Com isso, foca nos esforços que conduzem às condições para o atingimento de objetivos operacionais e estratégicos. São essenciais para o planejamento de longo prazo, quando o posicionamento georreferenciado, em relação a um oponente, tem menor

relevância. Nas operações terrestres que envolvem muitos fatores “não militares”, as Linhas de Esforço podem ser a única forma de vincular as tarefas táticas ao EFD e são, muitas vezes, essenciais para ajudar os comandantes a visualizarem como as capacidades militares terrestres podem apoiar os outros instrumentos do Poder Nacional²⁷.

As variantes são opções ao plano básico e podem incluir mudanças de prioridades e de organização de unidades na estrutura de comando ou na própria natureza da operação.

Por propiciarem flexibilidade ao antecipar situações que poderiam alterar o plano básico, as variantes normalmente são decisivas para o resultado da operação geral, pois permitem atuar mais rapidamente do que o adversário para explorar uma situação resultante (emergente) da situação operacional. Uma variante, em essência, consiste em uma rota diferente para chegar ao mesmo EFD da operação em desenvolvimento.

Pausa Operacional é a interrupção temporária das operações, após ter-se alcançado os principais objetivos táticos e operacionais, e antes das nossas forças terem atingido o seu próprio ponto culminante, com vistas à regeneração do potencial de combate, para que seja desferido o golpe decisivo sobre o adversário.

Analisando a Segunda Guerra do Líbano, pode ser proposto que para Israel, a pausa operacional foi imposta devido a troca de objetivos estratégicos, após a ofensiva sobre Bint J'Beil ter sido rechaçada, enquanto que para o Hezbollah, não ocorreu.

Para o entrelaçamento dos conceitos apresentados e a construção do “Desenho Operacional”, deve considerar-se a seguinte sequência lógica, que contribui significativamente para orientar a formulação das linhas de ação:

- Inicialmente deve-se traçar um segmento de reta horizontal, obedecendo a uma escala crescente de tempo da esquerda para a direita, a qual representará o tempo-duração. Por meio do tempo-duração é possível representar a sequência para se alcançar cada ponto decisivo, bem como o ritmo adequado para atingi-los. Esse eixo pode conter datas-chave e períodos pré-determinados, entre outros. Em alguns desenhos operacionais pode ser grafado um eixo vertical representando a noção de espaço, particularmente se as linhas de operação forem identificadas como pertencentes a componentes navais, terrestres e aéreos;

- Lançamento do Estado Final Desejado Político e o Estado Final Desejado Militar. O EFD político serve para manter o foco nas questões mais importantes, contribuindo para que ele seja alcançado e evitando a criação de óbices à sua consecução. O EFD militar aparece quando é diferente do EFD político. O EFD político é representado graficamente por um quadrado com linhas cheias, ficando posicionado na extremidade direita do desenho operacional. Para o EFD militar utiliza-se um retângulo com linhas tracejadas;

- Lançamento do Centro de Gravidade. O CG é representado graficamente por uma figura circular. A análise do CG permite a identificação das capacidades críticas, dos requisitos críticos e das vulnerabilidades críticas. Desse modo, a interpretação do CG representado no desenho operacional deve permitir a inferência desses três elementos críticos citados;

- Lançamento das Linhas de Operação e Linhas de Esforço. As linhas

²⁷ BRASIL, 2014a.

são representadas graficamente por retas horizontais paralelas ao eixo horizontal tempo-duração. Geralmente terminam no centro de gravidade, embora também possam terminar em outra L Op, caso concorram para o seu desencadeamento. São identificadas por meio de um nome inserido em retângulo ao início (à esquerda) do segmento de reta que as representa;

- Lançamento dos Pontos Decisivos. Os pontos decisivos são lançados sobre os segmentos de reta das linhas de operação por meio de triângulos pequenos e numerados em ordem sequencial segundo o eixo tempo-duração;

- Lançar os Pontos Culminantes. Os pontos culminantes são lançados sobre os segmentos de reta das linhas de operação por meio de triângulos equiláteros pequenos invertidos e numerados em ordem sequencial segundo o eixo tempo-duração; e

- Verificação da sequência ótima e do ritmo para atingir os pontos decisivos. A sequência ótima é verificada por meio do traçado de uma linha interligando os pontos decisivos na ordem de sua execução, coerente com o eixo tempo-duração. A sequência se materializará em traçado sínuso entre os pontos decisivos de acordo com a sua numeração. Em caso de simultaneidade entre dois ou mais pontos decisivos, estes estarão em um mesmo segmento de linha vertical que fará parte da sequência materializada pela linha sinuosa. O ritmo ficará evidenciado por uma maior ou menor distensão da linha sinuosa na direção do eixo horizontal tempo-duração.

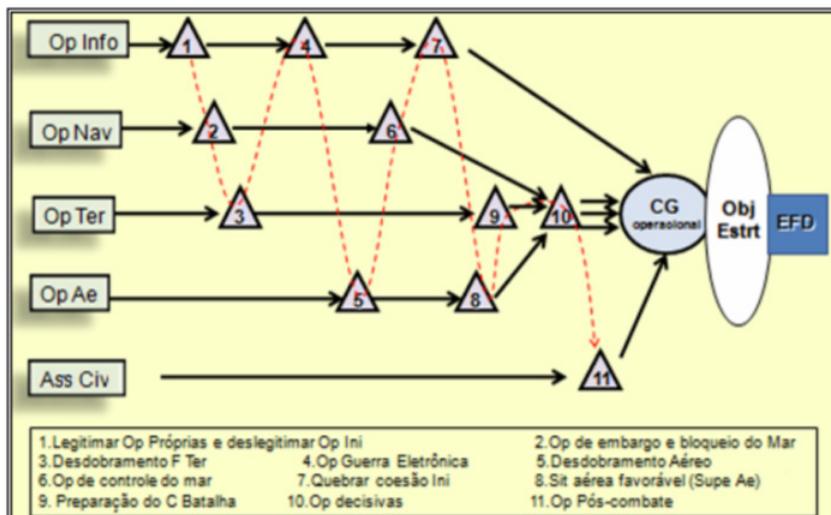


Figura 4 – Exemplo de Desenho Operacional

Fonte - MD30-M-01, 1º volume, pág. 82.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Arte Operacional, adotada no manual de Doutrina de Operações Conjuntas (MD30-M-01), do Ministério da Defesa, é entendida como um conjunto de conceitos que contribuirão para uma melhor concepção do emprego de meios militares e não militares em um teatro ou área de operações, para a

realização de uma campanha ou, simplesmente, uma operação militar, inseriu as Forças Armadas brasileiras no contexto doutrinário de vanguarda.

Importa salientar, mais uma vez, que a Arte Operacional não substitui o Processo de Planejamento Conjunto (PPC) que deve ser aplicado como ferramenta para a solução da situação problema. Ela auxilia a compreensão e a visualização dos problemas que se apresentam.

A evolução tecnológica, que acarreta profundas transformações na sociedade e nas forças armadas, somada ao estudo dos conflitos e guerras do passado e do presente impulsiona o constante aperfeiçoamento de técnicas, táticas e da doutrina militar. Atualmente, todos os países buscam a adaptação aos novos desafios que se apresentam e o Brasil não está alheio a esse fato. A aprovação do manual MD30-M-01, em 2011, demonstra a efetiva ação de preparação do Brasil para enfrentar todos os obstáculos que possam surgir no horizonte.

Referências

- BRASIL. Comando da Aeronáutica. **DCA-1.1 Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira**. 2005.
- _____. **DCA-1.1 Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira**. 2012.
- _____. Exército Brasileiro. **C 124-1 Manual de Campanha – Estratégia**, 3a ed. 2001.
- _____. Estado-Maior do Exército. **EB20-MF-10.103 Operações**. 4^a Edição, 2014a.
- _____. **EB20-MC-10.211 Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres**. 1^a Edição, 2014b.
- _____. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Nota Escolar Nr 001/2010-D – Arte Operacional, uso de indicadores para o controle da Ação Planejada e Operações Baseadas em efeitos, edição 2010.
- _____. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. **EMA-305 Doutrina Básica da Marinha**. 2004.
- _____. **EMA-305 Doutrina Básica da Marinha**. 2014c.
- _____. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas - MD35-G-01** (4^a Edição/2007).
- _____. **Glossário das Forças Armadas - MD35-G-01** (5^a Edição/2015).
- _____. **Doutrina de Operações Conjuntas - MD30-M-01** (1^a Edição/2011). Vol. 1.
- _____. Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. **C 100-5 Manual de Campanha – Operações**, 3 a ed. 1997.
- ESPAÑA. Ministerio de Defensa. Estado Mayor de la Defensa. PDC-91 Doutrina para la Acción Conjunta de las Fuerzas Armadas. 2009.
- LEITÃO, Fernando. Arte operacional: de Napoleão Bonaparte a John Warden. Notas e Reflexões, *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 3, N.^o 1, 2012. Disponível em <<http://observare.ual.pt/janus.net/pt/n%C3%BAmeros-anteriores/41-portugues-pt/v-3-n-1-2012-primavera/notas-e-reflexoes-pt-pt-1-1-2/168-arte-operacional-de-napoleao-bonaparte-a-john-warden>>. Acesso em 27 de junho de 2016.
- LOCATELLI, Omar Alberto. El arte operacional de Clausewitz en la Segunda Guerra del Líbano. Escuela Superior de Guerra Conjunta de las Fuerzas Armadas de La Republica Argentina. *Visión Conjunta*, año 3, n^o 3, 2011. Disponível em <<http://www.esgcffaa.mil.ar/revistas-pdf/ESGCFFAA-revista-VisionConjunta-3.pdf>> . Acesso em 27 de junho de 2016.
- PERTUSIO, Roberto L. Estratégia Operacional, 2a ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 2000. Disponível em <<http://revistamarina.cl/revistas/2006/3/navajas.pdf>> . Acesso em 27 de junho de 2016.
- PINTO, José Carlos. Introdução à Arte Operacional. Disponível em <<https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/revistaEgn/index.html>>. Acesso em 27 de junho de 2016.

A NOVA DOUTRINA MILITAR TERRESTRE

DIVISÃO DE DOUTRINA DA ECEME

1. INTRODUÇÃO

Em 26 de setembro de 2013, o Chefe do Estado-Maior do Exército, por meio da portaria nº 197, aprovou as Bases para a Transformação da Doutrina Militar Terrestre a fim de orientar a introdução de concepções e conceitos doutrinários com vistas à incorporação, na Força Terrestre, das capacidades e das competências necessárias ao seu emprego em operações militares na atualidade.

A Doutrina Militar Terrestre é um dos vetores do Processo de Transformação do Exército, o qual é fruto de um estudo profundo e sistemático que levou em consideração os marcos legais orientadores da Defesa, a análise da missão imposta ao Exército e a avaliação prospectiva dos cenários dentro dos quais o Brasil viverá em futuro próximo, com todas as implicações que certamente trarão no campo da Defesa.

A imprevisibilidade e a incerteza do ambiente internacional, as indicações dos cenários prospectivos, as novas tecnologias presentes no mundo atual, as mudanças no ambiente operacional e as profundas mudanças nos processos de atuação das forças militares são indutores para transformação dos atuais meios militares e a construção de um novo instrumento de defesa terrestre, mais efetivo e adequado a essa nova realidade e à estatura geopolítica do País.

Esta Concepção decorre de estudos, análises e avaliações que indicam como o Exército Brasileiro deverá ser organizado e, particularmente, como a Força Terrestre deverá ser articulada, preparada e empregada, abordando todos os aspectos que tenham influência sobre o cumprimento de sua missão constitucional.

O Processo de Transformação do Exército está planejado para se desenvolver em três fases: uma fase de preparação; uma fase de coexistência; e uma fase de consolidação.

Até 2015, o Exército viveu a fase de preparação que constou, basicamente, da implementação dos Objetivos Estratégicos do Exército, das Estratégias e Ações Estratégicas decorrentes, contemplados no Plano Estratégico do Exército, proporcionando o desejável alinhamento estratégico de toda a Instituição. O objetivo dessa fase foi preparar o Exército para a transformação, realizando experimentações e simulações, criando as condições necessárias para motivar o desenvolvimento da mentalidade de transformação e de constante inovação.

A partir de 2015, com previsão de término em 2022, o Exército iniciou a fase de transformação propriamente dita. Nesse período, a evolução na forma de combater, de equipar e de organizar a Força Terrestre conduzirá a uma nova Doutrina.

A partir de 2022, está prevista a fase de consolidação, onde os conceitos, as competências e as capacidades necessários para enfrentar a complexidade do

ambiente operacional estarão inseridos em toda a Instituição.

A transformação pressupõe uma Força Terrestre com novas capacidades e competências, integrada por pessoal altamente capacitado, treinado e motivado, apta a empregar armamentos e equipamentos com alta tecnologia agregada e sustentada em uma doutrina autóctone, efetiva e em constante evolução.

Assim, o Exército Brasileiro busca obter eficácia organizacional e doutrinária, com capacidades que lhe permitam realizar as operações militares. Essas capacidades irão ampliar a gama de opções disponíveis aos comandantes no âmbito da Força Terrestre, possibilitando decisões adequadas e oportunas para que empreguem meios com poder de combate efetivo e proporcional às ameaças. Este é o requisito fundamental para os comandantes nos diversos níveis da Força Terrestre, que atuará em um ambiente cada vez mais complexo e imprevisível, permeado por novos atores.

O presente artigo tem por finalidade apresentar aos leitores os principais aspectos da nova Doutrina Militar Terrestre, introduzidos no Exército Brasileiro a partir de 2013.

2. DOUTRINA MILITAR TERRESTRE

A Doutrina Militar Terrestre, como um dos vetores do Processo de Transformação do Exército, na busca da efetividade, baseia-se na permanente atualização, em função da evolução da natureza dos conflitos, resultado das mudanças da sociedade e da evolução tecnológica aplicadas aos assuntos de defesa.

Fruto desta permanente atualização, o Estado-Maior do Exército publicou em 2 de janeiro de 2014, o Manual de Fundamentos EB20-MF-10.102 DOUTRINA MILITAR TERRESTRE, o qual revogou as Instruções Provisórias IP100-1 BASES PARA MODERNIZAÇÃO DA DOUTRINA DE EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE (DOUTRINA DELTA).

O novo manual apresenta os fundamentos doutrinários da Força Terrestre e destina-se a orientar o emprego de seus elementos no cumprimento de suas missões e tarefas, no contexto dos Comandos Operacionais, Conjuntos ou Singulares. Sua aplicação exige adequada flexibilidade para adaptar-se às condicionantes das variadas operações, nas quais os elementos da Força Terrestre podem ser empregados e abrange os fundamentos doutrinários para o preparo de uma Força eficiente, eficaz e efetiva, para contribuir com a Defesa da Pátria.

Dentre uma série de mudanças constantes no novo manual, destacam-se o novo Conceito Operativo do Exército, a adoção do Planejamento Baseado em Capacidades, os novos Princípios de Guerra e a Organização dos Elementos da Força Terrestre.

O Espectro dos Conflitos representa uma escala na qual se visualizam os diferentes graus de violência politicamente motivada. Abrange desde a Paz Estável, em um extremo, até a situação de Guerra, no outro. Ao longo desse espectro, a Paz Instável é a situação na qual ocorre violência localizada e limitada, que não comprometa a segurança do Estado como um todo; e a Crise, caracterizada por grave ameaça ao Estado cujo nível de violência não implique no envolvimento de toda a capacidade militar da Nação.



Figura 1 - O Espectro dos Conflitos

Dessa forma, o Exército Brasileiro com a finalidade de obter eficácia e efetividade organizacional implementou as Operações no Amplo Espectro como o seu conceito operativo.

Este conceito interpreta a atuação dos elementos da Força Terrestre para obter e manter resultados decisivos nas operações, mediante a combinação de Operações Ofensivas, Defensivas, de Pacificação e de Apoio a Órgãos Governamentais, simultânea ou sucessivamente, prevenindo ameaças, gerenciando crises e solucionando conflitos armados, em situações de Guerra e de Não Guerra.

As Operações no Amplo Espectro podem ser desenvolvidas em áreas geográficas lineares ou não, de forma contígua ou não, buscando contemplar as diversas missões e tarefas que envolvem o emprego de meios terrestres. Essas missões e tarefas orientam quanto às capacidades necessárias à Força. Com base nessas capacidades, a composição de meios deve ser flexível, modular, permitindo adaptação às mudanças do ambiente e com sustentabilidade garantida por meios logísticos dimensionados na medida certa.

O Planejamento Baseado em Capacidades visa à geração de forças para a execução das operações militares. Este planejamento é baseado na análise da conjuntura e em cenários prospectivos, com o objetivo de identificar as ameaças concretas e potenciais ao Estado e interesses nacionais.

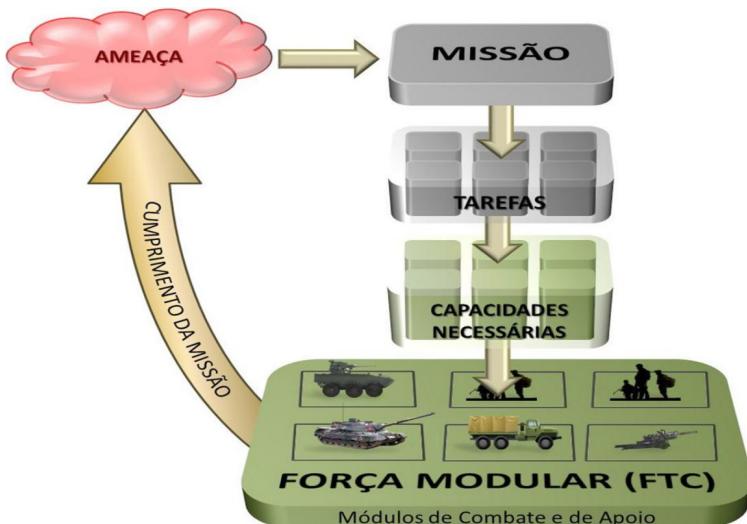


Figura 2 - Planejamento baseado em Capacidades

Entende-se por Capacidade a aptidão requerida a uma força ou organização militar, para que possa cumprir determinada missão ou tarefa. É obtida a partir de um conjunto de sete fatores determinantes, inter-relacionados e indissociáveis: Doutrina, Organização, Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura (DOAMEPI).

Os Princípios de Guerra são preceitos filosóficos decorrentes de estudos de campanhas militares ao longo da história e apresentam variações no espaço e no tempo. A Doutrina Militar Terrestre passou a adotar quatro novos Princípios de Guerra: Moral, Exploração, Prontidão e Legitimidade.

A Moral define o estado de ânimo ou atitude mental de um indivíduo, ou de um grupo de indivíduos, que se reflete na conduta da tropa. A Exploração é caracterizada pela intensificação das ações ofensivas para ampliar o êxito inicial, sempre que for obtido um sucesso estratégico ou tático, ou houver evolução favorável na situação. A Prontidão é a capacidade de pronto atendimento da Força para fazer face às situações que podem ocorrer em ambiente de combate. A Legitimidade é caracterizada pela necessidade de atuar conforme diplomas legais, mandatos e compromissos assumidos pelo Estado, e o sistema de princípios e valores que alicerçam a Força.

Em função da diversidade de emprego dos elementos da Força Terrestre, considerando as circunstâncias e as condicionantes atuais, não existe uma organização básica que atenda a todas as situações, seja ela de guerra ou de não guerra.

Para garantir adequada organização das forças e facilitar a geração de capacidades requeridas, a Força Terrestre classifica suas organizações militares de emprego em: Elementos de Combate, Elementos de Apoio ao Combate e Elementos de Apoio Logístico.

Para o cumprimento das missões, ela é estruturada em organizações operativas como a Força Terrestre Componente, o Grande Comando Operativo, a Grande Unidade e outras estruturas de caráter temporário, táticas ou logísticas, de constituição variável, reunindo elementos de combate e de apoio ao combate, que terão suas capacidades adequadas ao cumprimento da missão, tais como: Agrupamentos, Grupamentos, Força-Tarefa, Destacamentos, dentre outras.

Estas organizações devem possuir as características de Flexibilidade, Adaptabilidade, Modularidade, Elasticidade e Sustentabilidade (FAMES), que permitem alcançar resultados decisivos nas Operações no Amplo Espectro, com prontidão operativa e capacidade de emprego do poder militar de forma gradual e proporcional à ameaça.

3. OPERAÇÕES

Alinhado com as mudanças constantes no novo manual de Doutrina Militar terrestre, o Estado-Maior do Exército publicou em 9 de janeiro de 2014, o Manual de Fundamentos EB20-MF-10.103 OPERAÇÕES, o qual revogou o Manual de Campanha C100-5 OPERAÇÕES, que se encontrava em vigor desde 1997.

Este manual apresenta a doutrina básica de operações do Exército Brasileiro e estabelece os fundamentos básicos das operações militares terrestres

para o emprego da Força Terrestre em um ambiente operacional extremamente complexo existente no espaço de batalha nos dias de hoje.

O Ambiente Operacional é caracterizado pela existência de três dimensões (física, humana e informacional) cujos fatores a serem analisados interagem entre si, formando o seu caráter único e indivisível. Sua compreensão constitui uma condição fundamental para o êxito nas operações militares.

O Campo de Batalha é parte do Teatro de Operações / Área de Operações em que as ações ocorrem, concomitantemente, mediante a realização de operações militares, visando a imprimir a derrota da força oponente e a rápida conquista dos objetivos pretendidos.

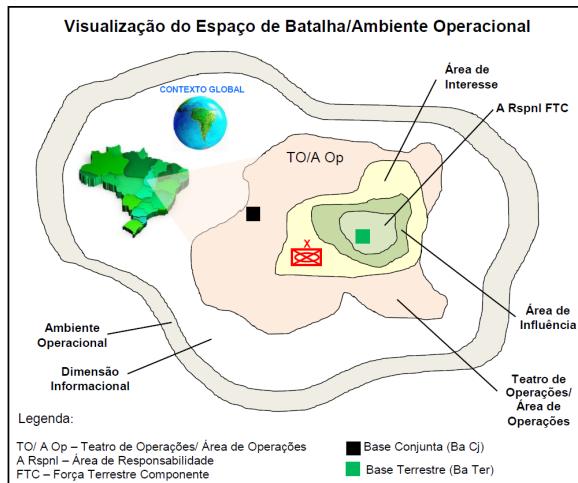


Figura 3 - Espaço de Batalha / Ambiente Operacional

O Espaço de Batalha é a dimensão física e virtual onde ocorrem e repercutem os combates, abrangendo as expressões política, econômica, militar, científico-tecnológica e psicossocial do poder, que interagem entre si e entre os beligerantes. Compreende todas as dimensões, tangíveis e intangíveis, nas quais o comandante deve aplicar o seu Poder de Combate. O Campo de Batalha está incluído no Espaço de Batalha.

Outra mudança importante constante do novo manual foi a inserção das Considerações Civis como sendo mais um fator de Decisão que os comandantes em todos os níveis devem considerar quando da realização do exame de situação.

As Considerações Civis são traduzidas pela influência das instituições civis, das atitudes e atividades das lideranças civis, da população, da opinião pública, do meio ambiente, de infraestruturas construídas pelo homem, das agências civis, com capacidade de influir e formar opiniões entre os nacionais ou internacionais, no Espaço de Batalha.

Entretanto, a principal mudança constante no EB20-MC-10.103 é a definição das Operações Ofensivas, Defensivas, de Pacificação e de Apoio à Órgãos Governamentais como sendo as Operações Básicas da Força Terrestre, as quais visam a aplicação do Poder Militar Terrestre como parte de uma ação unificada, com a máxima integração entre vetores militares e civis, que buscam a unidade de esforços para derrotar um oponente em terra, estabelecer as condições

para alcançar os objetivos estratégicos da Força Conjunta e atingir o EFD da campanha.

As Operações Ofensivas e Defensivas continuam com os mesmos conceitos existentes no antigo Manual C100-5 Operações.

As Operações de Pacificação compreendem o emprego do Poder Militar na defesa dos interesses nacionais, em locais restritos e determinados, por meio de uma combinação de atitudes coercitivas limitadas para restaurar ou manter a ordem pública ou a paz social, ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções, provocadas pela natureza ou não, e de ações construtivas, para apoiar esforços de estabilização, de reconstrução, de restauração e/ou de consolidação da paz.

Tais operações favorecem a reconciliação entre adversários locais ou regionais e ajudam a restabelecer instituições políticas, jurídicas, sociais e econômicas. Em casos de Operações de Paz em uma nação estrangeira, sob a égide de organismos internacionais, ou em situações de emergência nacional, como agressão efetiva por forças estrangeiras, grave ameaça à ordem constitucional democrática ou calamidade pública, apoia a transição para uma governança legítima.

Quando desencadeadas no Território Nacional caracterizam-se pela atuação de elementos da Força Terrestre, em determinadas e restritas áreas, respaldadas por diplomas de Estado de Exceção, com suspensão temporária de direitos e garantias constitucionais, ferramenta necessária à tomada de decisões para a proteção do Estado.

Quando desencadeadas no exterior, caracterizam-se pela atuação de elementos da Força Terrestre em áreas previamente definidas fundamentadas por diplomas de organismos de segurança internacionais, dos quais o Brasil é signatário, os quais respaldam o emprego das Forças Armadas, em ações julgadas necessárias para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Tais ações poderão compreender demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres.

As Operações de Apoio a Órgãos Governamentais compreendem o apoio prestado por elementos da Força Terrestre, por meio da interação com outras agências, definido em diploma legal, com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos e que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, dispersão de recursos e a divergência de soluções.

Formas de Apoio aos Órgãos Governamentais	Tarefas
- Proteção Integrada	Garantir os Poderes Constitucionais Garantir a Lei e a Ordem Proteger Estruturas Estratégicas Realizar Ações na Faixa de Fronteira Prevenir e combater o terrorismo
- Ações sob a égide de organismos internacionais	De acordo com os diplomas legais
- Emprego em apoio à política externa em tempo de paz ou crise	
- Atribuições subsidiárias	
- Outras formas de apoio designadas ou funções atribuídas por Lei	

Essas operações de apoio podem ser efetivadas no País e/ou no exterior e contribuem para a garantia da Soberania Nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem – depois de esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio – salvaguardando os interesses nacionais e cooperando para o desenvolvimento nacional e o bem estar social.

4. FUNÇÕES DE COMBATE

O conceito de Sistemas Operacionais foi substituído pelas Funções de Combate, como base para o planejamento das operações da Força Terrestre. A Doutrina Militar Terrestre define as Funções de Combate como um conjunto de atividades, tarefas e sistemas (pessoas, organizações, informações e processos) afins, integrados para uma finalidade comum, que orientam o preparo e o emprego dos meios no cumprimento de suas missões.

Ao lado da Liderança e das Informações, as Funções de Combate compõem os elementos do Poder de Combate Terrestre. Elas proporcionam uma forma eficaz para que os estados-maiores identifiquem e relacionem as tarefas que cada missão impõe; reúnam os sistemas e as formas de atuação, selecionando os mais adequados; e integrem e sincronizem a execução dessas atividades e tarefas, de modo a assegurar que todos os aspectos necessários à condução das operações tenham sido abordados.

O raciocínio baseado nas Funções de Combate possibilita decompor a solução de cada problema militar em uma série de tarefas a serem cumpridas. Durante a fase de planejamento das operações, os comandantes e seus estados-maiores identificam todas as tarefas a cumprir, selecionam as capacidades mais adequadas para que cada tarefa seja cumprida com eficácia, e iniciam o detalhamento de como cumprir a missão recebida.

Quanto maior a precisão no levantamento das atividades e tarefas a executar e na seleção das capacidades a empregar, maiores serão as chances de sucesso nas operações. A F Ter emprega as Funções de Combate para facilitar o trabalho de seleção das capacidades mais adequadas às tarefas e, em última instância, à cada missão que executa. As tarefas são os elementos principais nesse processo de planejamento dos estados-maiores terrestres, para que o estado final desejado seja alcançado.

A Função de Combate Comando e Controle é o conjunto de atividades, tarefas e sistemas inter-relacionados que permitem aos comandantes o exercício da autoridade e a direção das ações. A função mescla a arte do comando com a ciência do controle. Todas as demais funções de combate são integradas por meio de atividades da Função de Combate Comando e Controle.

A Função de Combate Movimento e Manobra é o conjunto de atividades, tarefas e sistemas inter-relacionados, empregados para deslocar forças, de modo a posicioná-las em situação de vantagem em relação às ameaças. Movimento é o deslocamento ordenado de forças visando ao cumprimento de uma missão, em condições nas quais não se prevê interferência do oponente. Manobra é o deslocamento de uma tropa que esteja em contato ou que tenha a previsão de contato com uma força oponente.

A Função de Combate Inteligência é o conjunto de atividades, tarefas e sistemas inter-relacionados empregados para assegurar a compreensão sobre o ambiente operacional, as ameaças, os oponentes (atuais e potenciais), o terreno e as Considerações Civis. Com base nas diretrizes do comandante, executa as tarefas associadas às operações de Inteligência, Vigilância e Reconhecimento.

A Função de Combate Fogos é o conjunto de atividades, tarefas e sistemas inter-relacionados que permitem o emprego coletivo e coordenado de fogos cinéticos, orgânicos da força ou conjuntos, integrados pelos processos de planejamento e coordenação de fogos.

A Função de Combate Logística é o conjunto de atividades, tarefas e sistemas inter-relacionados para prover apoio e serviços, de modo a assegurar a liberdade de ação e proporcionar amplitude de alcance e de duração às operações. Engloba as Áreas Funcionais de apoio ao material, apoio ao pessoal e apoio de saúde.

A Função de Combate Proteção é o conjunto de atividades, tarefas e sistemas inter-relacionados empregados na preservação da força, permitindo que os comandantes disponham do máximo poder de combate para emprego. As tarefas permitem identificar, prevenir e mitigar ameaças às forças e aos meios vitais para as operações, de modo a preservar o poder de combate e a liberdade de ação. Permitem, também, preservar populações civis.

5. PROCESSO DE PLANEJAMENTO E CONDUÇÃO DAS OPERAÇÕES TERRESTRES

A fim de orientar o planejamento e a condução das operações terrestres, para que os Comandantes e Estados-Maiores conduzam os planejamentos sob sua responsabilidade, visando o preparo e o emprego dos Grandes Comandos Operativos, Grandes Unidades e Unidades da Força Terrestre, fornecendo as ferramentas necessárias para a solução de problemas militares existentes no ambiente operacional complexo na atualidade, o Estado-Maior do Exército publicou em 29 de janeiro de 2014 o Manual EB20-MC-10.211 PROCESSO DE PLANEJAMENTO E CONDUÇÃO DAS OPERAÇÕES TERRESTRES.

O processo constitui o meio segundo o qual os comandantes em todos os níveis desenvolvem uma das principais atividades da função de combate Comando e Controle: exercício da autoridade visando ao cumprimento de uma missão. Ele orienta o desenvolvimento dos planejamentos conceituais e detalhados para que o comandante possa entender, visualizar e descrever o ambiente operacional. Proporciona também, ao comandante, além de uma adequada tomada de decisão, dirigir, liderar e avaliar de forma contínua as operações militares.

O planejamento conceitual consiste em avaliar o Ambiente Operacional, formular o problema, determinar o estado final da operação e estabelecer objetivos e o sequenciamento da operação em termos gerais (Abordagem Operativa). É a parte que geralmente corresponde à Arte Operacional, tendo como foco o entendimento e a visualização pelo comandante e o Estado-Maior.

O planejamento conceitual está diretamente associado à Arte Operacional, que por sua vez é um processo de pensamento que orienta o planejamento conceitual e o detalhado para produzir planos e ordens.

A aplicação do pensamento crítico e criativo para entender, visualizar e descrever os problemas militares e desenvolver abordagens para solucioná-los é feita através da Metodologia de Concepção Operativa do Exército (MCOE), a qual preenche a lacuna do planejamento conceitual, podendo empregar ou não os elementos da Arte Operacional nas soluções dos problemas militares contemporâneos, por meio de uma Abordagem Operativa, e deve estar alinhada com o planejamento detalhado, o Exame de Situação.

A Abordagem Operativa é similar ao Desenho Operacional e serve como uma ideia principal que orienta o planejamento detalhado e guia a força por meio da preparação e execução.



Figura 4 - Visualização do Comandante

O planejamento detalhado traduz a Abordagem Operativa em um plano completo, com o detalhamento requerido à execução.

O Exame de Situação do Comandante é o processo sistemático de planejamento detalhado de emprego dos elementos da Força Terrestre que visa a dar uma sequência lógica e ordenada aos diversos fatores que envolvem o processo decisório nas Operações Militares.

Ele se desenvolve na sequência ou paralelo à Metodologia da Concepção Operativa ou diretamente após o recebimento da missão do escalão superior. O momento de sua utilização e seu início está relacionado à complexidade do problema militar, quanto à característica do conflito e disponibilidade de tempo para a emissão das ordens ou planos.

A Condução das Operações Terrestres constitui o meio segundo o qual os comandantes em todos os níveis desenvolvem uma das principais atividades da função de combate Comando e Controle, o exercício da autoridade visando ao cumprimento de uma missão. Proporciona também, ao comandante dirigir, liderar e avaliar de forma contínua as operações militares.

O sucesso nas operações exige decisões oportunas e eficazes, tomadas com base no julgamento preciso dos conhecimentos e das informações disponíveis. Portanto, é fundamental desenvolver e manter uma consciência situacional durante toda a operação.

A consciência situacional é obtida mediante análise e julgamento dos conhecimentos e informações relevantes obtidas na identificação dos aspectos que mais se destacam dos fatores operacionais e dos fatores da decisão, com vistas a determinar as relações entre esses fatores, permitindo ao comandante e

ao estado-maior ampliar o conhecimento do ambiente operacional, bem como ter uma visão mais clara da situação-problema enfrentada.



Figura 5 - Relação entre as Dimensões do Ambiente Operacional e os Fatores Operacionais

Desenvolver e manter a consciência situacional são condições essenciais para que o comandante e seu estado-maior possam elaborar planos eficazes, avaliar as ações com precisão e tomar decisões adequadas no curso das operações.

6. OPERAÇÃO DE INFORMAÇÕES

A fim de difundir o conhecimento relativo às Operações de Informação, conferindo o entendimento amplo e comum, a unidade de pensamento e a coerência das informações, respeitando a cultura organizacional de cada um dos vetores militares ou civis participantes das operações militares, normalmente no ambiente interagências, abrangendo as situações de guerra e de não guerra, o Estado-Maior do Exército publicou em 29 de janeiro de 2014 o Manual EB20-MC-10.213 OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO.

O ambiente operacional contemporâneo é caracterizado pela coexistência de forças militares e uma gama de outros atores, tais como população local, Organizações Não Governamentais, mídias locais e internacionais, e Organizações Internacionais diversas. Tal interação ocorre, quase sempre, em áreas cada vez mais humanizadas ou em suas proximidades.

A dimensão informacional do ambiente operacional, em uma sociedade cada vez mais influenciada pela informação, reveste-se de destacada importância, uma vez que a percepção estabelecida como válida nas mentes de um ou mais públicos-alvo – a narrativa dominante – pode ser considerada um ponto decisivo nas operações militares contemporâneas e o “terreno” informacional passa a ser tão importante quanto o físico e o humano. A visibilidade imposta pelas mídias sociais e tradicionais torna-se, portanto, uma consideração fundamental para o

emprego de elementos da Força Terrestre.

Diante do ambiente operacional em contínua transformação, onde a tecnologia infunde, na área da informação, junto à sociedade, mudanças cada vez mais rápidas, as Operações de Informação passam a ser uma aptidão essencial como instrumento integrador de capacidades relacionadas à informação, reunindo diversos vetores destinados a informar audiências amigas e influenciar públicos-alvo adversários e neutros, nas Operações no Amplo Espectro. Tais capacidades também se destinam a desgastar a tomada de decisão de potenciais oponentes, degradando a sua liberdade de ação, ao mesmo tempo protegendo o nosso processo decisório, visando, ainda, a evitar, impedir ou neutralizar os efeitos das ações adversárias na Dimensão Informacional.

As Operações de Informação consistem na atuação metodologicamente integrada de capacidades relacionadas à informação, em conjunto com outros vetores, para informar e influenciar grupos e indivíduos, bem como afetar o ciclo decisório de oponentes, ao mesmo tempo protegendo o nosso. Além disso, visam a evitar, impedir ou neutralizar os efeitos das ações adversas na Dimensão Informacional.

Elas contribuem para a obtenção da Superioridade de Informações e integram Capacidades Relacionadas à Informação, destacando-se: a Comunicação Social; as Operações de Apoio à Informação; a Guerra Eletrônica; a Guerra Cibernética; e a Inteligência.

Como contribuição da integração e sincronização das capacidades relacionadas à informação e recursos relacionados às Operações de Informação, podem ser destacadas a economia de forças na obtenção de vantagens na dimensão informacional e a redução de risco de fraticídio das informações. A integração, sincronização e adaptação desses vetores às especificidades das Operações de Informação potencializam as Linhas de Esforço estabelecidas para atingir o Estado Final Desejado.

As Operações de Informação devem permear os quatro níveis de planejamento e decisão: político, estratégico, operacional, e tático. Para cada um desses níveis estão previstas estruturas de planejamento, acompanhamento e avaliação das operações presentes e futuras.

Por fim, o planejamento das Operações de Informações é baseado em efeitos. A partir do momento em que o comandante definiu a sua Intenção e o Estado Final Desejado para a operação militar e emitiu a sua decisão, a Seção de Operações de Informação deve levantar os efeitos a serem atingidos na Dimensão Informacional em apoio à campanha militar terrestre do Comando considerado.

7. OPERAÇÃO DE PACIFICAÇÃO

Tendo em vista a adoção da Operação de Pacificação como uma das Operações Básicas da Doutrina Militar Terrestre, o Estado-maior do Exército, a fim de apresentar a doutrina básica e estabelecer a concepção geral de planejamento, preparação, execução e avaliação deste tipo de operação militar, publicou em 5 de janeiro de 2015 o Manual EB20-MC-10.217 OPERAÇÕES DE PACIFICAÇÃO.

As Operações de Pacificação compreendem o emprego do poder militar na defesa dos interesses nacionais, em locais restritos e determinados, por meio

de uma combinação de atitudes coercitivas limitadas para restaurar ou manter a ordem pública ou a paz social, ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções, provocadas pela natureza ou não; e de ações construtivas para apoiar esforços de estabilização, de reconstrução, de restauração e/ou de consolidação da paz.

Este tipo de operação, desencadeadas no Território Nacional ou no exterior, descontinam-se como uma ferramenta essencial à disposição de elementos de emprego da Força Terrestre e despontam como pedra angular do novo cenário de segurança e defesa do ambiente operacional contemporâneo.

O contexto estratégico para a realização das Operações de Pacificação é determinado por vários fatores, dentre os quais se destacam: a política nacional, a localização do Teatro de Operações / Área de Operações (no Território Nacional ou no exterior), a legitimidade, a credibilidade, o amparo legal, a natureza das ameaças bem como o estabelecido pelo comandante operacional.

As Operações de Pacificação englobam várias atividades e tarefas militares em coordenação com outros vetores civis. Em algumas situações, assemelham-se às tarefas de apoio a Órgãos Governamentais, contudo distinguem-se destas quanto ao contexto em que são conduzidas: em Território Nacional quando do estabelecimento de um Estado de Exceção ou no exterior, sob a capitulação específica de mandatos de organismos internacionais.

Quando são desencadeadas no Território Nacional caracterizam-se pela atuação de elementos de emprego da Força Terrestre, em determinadas e restritas áreas, respaldadas por diplomas de Estado de Exceção, com suspensão temporária de direitos e garantias constitucionais, ferramenta necessária à tomada de decisões para a proteção do Estado.

No caso de serem desencadeadas no exterior caracterizam-se pela atuação de elementos de emprego da Força Terrestre em áreas previamente definidas. São fundamentadas por diplomas de organismos de segurança internacionais, dos quais o Brasil é signatário, e que respaldam o emprego das Forças Armadas em ações julgadas necessárias para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais.

As atividades e tarefas realizadas nas Operações de Pacificação podem ser agrupadas em dois blocos distintos. Um composto por atitudes coercitivas podendo ser aplicadas para restaurar ou manter um ambiente seguro e estável e proteger civis, organizações de ajuda humanitária sob a ameaça iminente de violência física ou infraestruturas críticas; e outro composto por ações construtivas, utilizadas para apoiar um governo local ou de nação anfitriã em seus esforços de estabilização, de reconstrução e/ou de consolidação da paz.

As estruturas do componente militar podem ser constituídas por dois módulos de força, de aptidões distintas: a Força de Intervenção, destinada ao cumprimento de atividades e tarefas coercitivas limitadas e a Força de Estabilização, vocacionada às ações construtivas.

Normalmente, integram a Força de Intervenção, elementos de combate, apoio ao combate e apoio logístico. Além disso, poderão compor os elementos operativos dotados de mobilidade tática, poder de fogo, engajamento e letalidade seletivos e proporcionados por avançados sistemas de armas que lhe proporcionem as capacidades essenciais necessárias à sustentação: comando e controle, comunicações, computação, inteligência, vigilância, reconhecimento e

aquisição de alvos; gestão de informações e do conhecimento; e proteção.

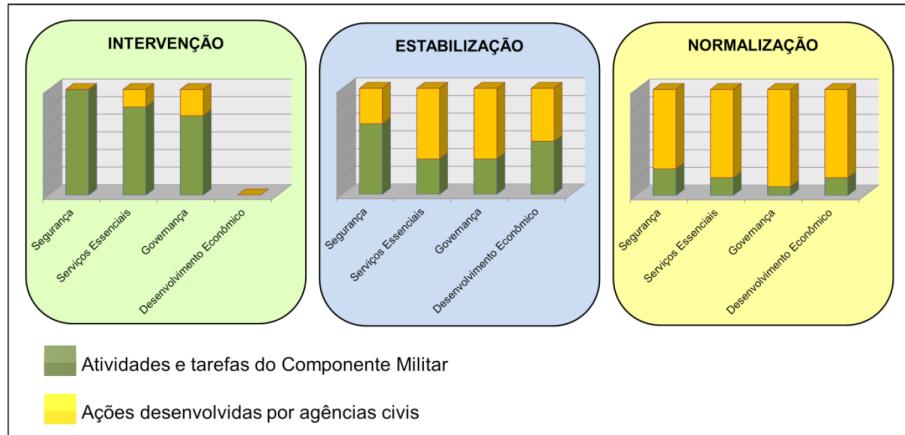


Figura 6 - Natureza e responsabilidades nas atividades, tarefas e ações nas fases das Operações de Pacificação

A Força de Estabilização é estruturada por frações de Polícia do Exército e de Engenharia de Construção, além de elementos especializados em assuntos civis, cooperação civil-militar, operações de apoio à informação, estruturas para o desenvolvimento de projetos e obras, gerenciamento de contratos, administração financeira e outras julgadas necessárias para executar as atividades e tarefas construtivas, quais sejam: apoiar a restauração de serviços essenciais, apoiar a governança e apoiar o desenvolvimento econômico e de infraestrutura.



Figura 7 - Fases nas Operações de Pacificação

A Força de Intervenção e a Força de Estabilização não são excludentes e se apoiam mutuamente, em maior ou menor grau, durante todas as fases das Operações de Pacificação: intervenção, estabilização e normalização.

8. FORÇA TERRESTRE COMPONENTE

A fim de apresentar a concepção da Força Terrestre Componente no contexto das operações conjuntas e de orientar o preparo e emprego dos Grandes Comandos Operativos, Grandes Unidades e Organizações Militares da Força Terrestre, o Estado-Maior do Exército publicou em 2 de janeiro de 2014 o Manual EB20-MC-10.202 FORÇA TERRESTRE COMPONENTE, o qual revogou as Instruções Provisórias IP 100-15 OPERAÇÕES DE GRANDES COMANDOS.

A Força Terrestre Componente é o comando singular responsável pelo planejamento e execução das operações terrestres, no contexto de uma operação conjunta. Ela não possui uma organização fixa, devendo ser estruturada de acordo com as demandas do planejamento operacional. Em sua organização normalmente dispõe de Comandante, Subcomandante, Estado-Maior (EM), oficiais ou equipes de ligação, entre outros elementos julgados necessários.

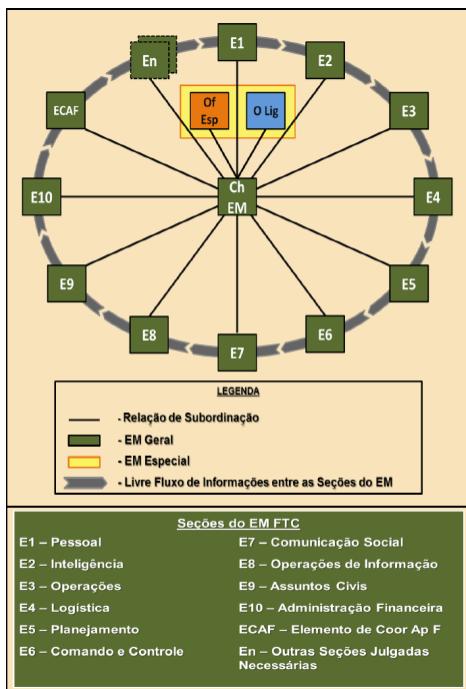


Figura 8 - Composição do Estado-Maior da Força Terrestre Componente

Para realizar a integração necessária a sua função, as seções do Estado-Maior podem ser organizadas em células, que irão compor o Centro Coordenação de Operações.

As células do Centro Coordenação de Operações podem ser descritas

como sendo um conjunto de pessoal e equipamento organizado por função de combate ou por horizonte temporal de planejamento, de forma a facilitar o exercício do Comando e Controle. As Células Funcionais reúnem o pessoal e o equipamento por funções de combate, ao passo que as Células de Integração grupam pessoal e equipamento por horizonte temporal de planejamento.

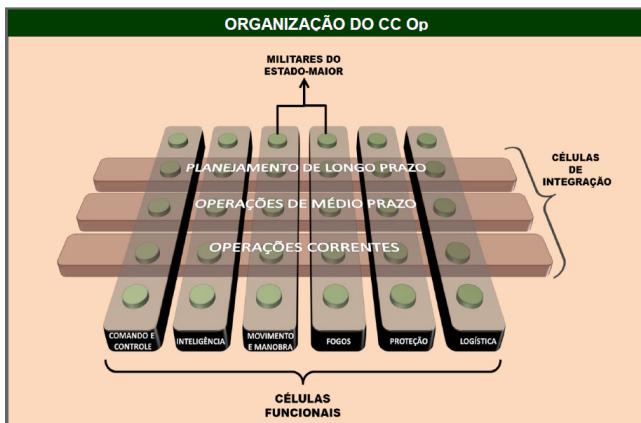


Figura 9 - Células Funcionais e de Integração

Tem como característica ser modular e deve ser organizada e estruturada de acordo com as ameaças e um criterioso levantamento das capacidades requeridas para se contrapor a ameaça. As suas possibilidades envolvem as capacidades que possui.

Sua missão é vencer o combate terrestre e cooperar com o Comando Operacional na consecução dos objetivos operacionais.

A Força Terrestre Componente pode integrar um número variável de módulos de combate, em função da estrutura e meios de Comando e Controle existentes na sua composição. Também, conforme a situação pode dispor de módulos de combate de emprego específico como elemento de Forças Especiais, Paraquedistas, Aviação do Exército e outros.

A Artilharia de Campanha é organizada para proporcionar o necessário apoio de fogo às operações. O elemento que enquadra os seus meios de artilharia é o Comando de Artilharia da Força Terrestre Componente, estruturado modularmente, com base no maior escalão de artilharia utilizado para a operação.

O Comando de Engenharia da Força Terrestre Componente é o comando estruturado para integrar os meios de Engenharia colocados à disposição da sua estrutura, sendo responsável por planejar, coordenar e supervisionar a condução das operações de engenharia.

A sua estrutura logística deve, assim como a composição dos seus módulos de combate, ser organizada conforme a necessidade específica da operação. O comando Logístico da Força Terrestre Componente é o responsável pelo planejamento e coordenação do apoio logístico e, quando determinado, a outras forças, agências e população na sua área de responsabilidade.

Além disso, ela será dotada de outros meios de Apoio ao Combate (Comunicações, Guerra Eletrônica, Defesa Química Biológica Radiológica

e Nuclear, Inteligência e Apoio a Informação, conforme a necessidade das capacidades requeridas para o cumprimento da missão.

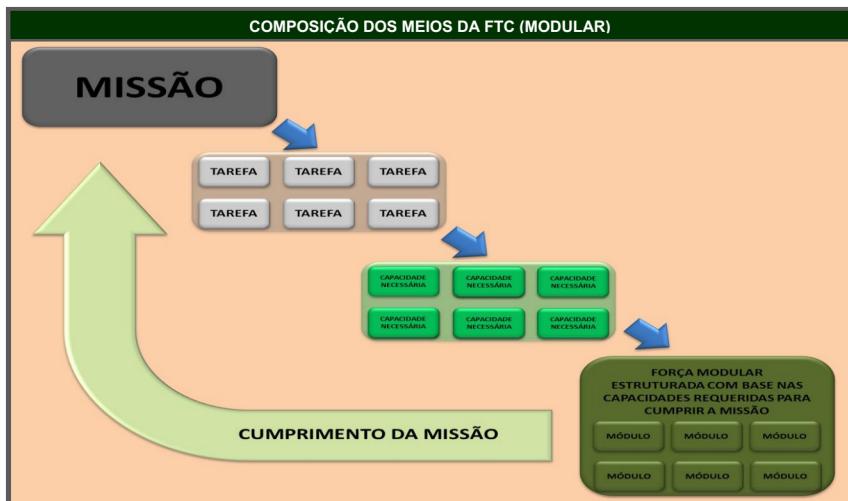


Figura 10 - Composição de Meios Baseada nas Capacidades Requeridas para a Missão

Os seus meios são determinados de acordo com o estudo dos fatores da decisão. Uma cuidadosa análise da missão indica as tarefas a serem executadas em cada uma das funções de combate e, consequentemente, as capacidades requeridas para a operação.

Verifica-se que a Força Terrestre Componente é uma organização operativa, não permanente, desenhada para o planejamento e condução das operações terrestres no contexto de uma operação conjunta, sendo uma estrutura criada para garantir a conexão entre o nível tático e o nível operacional.

9. CONCLUSÃO

A Doutrina em seu significado mais amplo é o conjunto de princípios, conceitos, normas e procedimentos, fundamentados principalmente na experiência, destinada a estabelecer linhas de pensamentos e a orientar ações, expostos de forma integrada e harmônica.

As doutrinas militares compreendem o conjunto harmônico de ideias e de entendimentos que define, ordena, distingue e qualifica as atividades de organização, preparo e emprego das Forças Armadas. Dentro dessa visão, as doutrinas militares englobam a administração, a organização e o funcionamento das instituições militares.

A Doutrina Militar Terrestre é o conjunto de valores, fundamentos, conceitos, concepções, táticas, técnicas, normas e procedimentos da Força Terrestre, estabelecido com a finalidade de orientar a Força no preparo de seus meios, considerando o modo de emprego mais provável, em operações terrestres e conjuntas. Ela estabelece um enquadramento comum para ser empregado por seus quadros como referência na solução de problemas militares.

A arte da guerra se depara com novos desafios e complexidades. Os conflitos atuais tendem a ser limitados, não declarados, convencionais ou não, e de duração imprevisível e as ameaças são cada vez mais fluidas e difusas.

Essas mudanças vêm alterando gradativamente as relações de poder, provocando instabilidades e incertezas e suscitando o aparecimento de conflitos locais e regionais com a inserção de novos atores, estatais e não estatais, no contexto dos conflitos.

Apesar das mudanças observadas na arte da guerra, mesmo que ocorram assimetrias semelhantes às observadas em conflitos recentes, ressalta-se que o combate de alta intensidade não perdeu a importância.

A realidade dos conflitos na atualidade indica a premente necessidade de uma Força Terrestre atualizada e moderna. Esta Força deve ser dotada de armamentos e de equipamentos com tecnologia agregada, sustentada por uma doutrina em constante evolução, integrada por recursos humanos altamente treinados e motivados. Para isso, baseia sua organização em estruturas com as características de flexibilidade, adaptabilidade, modularidade, elasticidade e sustentabilidade, que permitem alcançar resultados decisivos nas Operações no Amplo Espectro, com prontidão operativa, e com capacidade de emprego do poder militar de forma gradual e proporcional à ameaça.

Os riscos e as ameaças que as forças terrestres podem enfrentar são de natureza difusa e de difícil previsão. Será habitual que o cenário de atuação tenha um caráter conjunto, multinacional e com a presença de organizações civis de variadas matizes, e que as ações ocorram em meio à população e com a presença da mídia. Tudo isso, condiciona a forma de atuação e emprego da Força Terrestre.

Consequentemente, a doutrina há de ser flexível, de forma a adaptar-se fácil e rapidamente às mudanças que venham a ocorrer, em qualquer cenário, para serem obtidos resultados decisivos, tanto em situações de Guerra e de Não Guerra, requerendo que os comandantes em todos os níveis, possuam alto grau de iniciativa e liderança, potencializando a sinergia das forças sob sua responsabilidade.

Tendo a missão constitucional como farol e o firme compromisso com os legítimos interesses do Estado, pretende-se, com o constante processo de atualização da Doutrina Militar Terrestre, conduzir o Exército ao patamar de força armada de país desenvolvido e ator global, capaz de se fazer presente, com a prontidão necessária, em qualquer área de interesse estratégico do Brasil.

Sabe-se que qualquer modificação, atualização ou modernização de um exército implica em gastos consideráveis por parte da nação, mas nunca se esquecendo de que um Exército não pode ser maior ou mais rico do que o país ao qual ele pertence, e nem menor ou mais pobre, ou seja, ele deve ter a mesma dimensão que o país possui no cenário mundial.

* * *

COMPARAÇÃO DO CONFLITO DA UCRÂNIA COM O CONFLITO DA SÍRIA, SEGUNDO O ENFOQUE GEOPOLÍTICO E GEOESTRATÉGICO, OBSERVANDO COMO TEM SIDO UTILIZADO O PODER

ARTIGO DESENVOLVIDO POR GRUPO DE TRABALHO NO CONTEXTO DO XV CICLO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DA ECEME

1 INTRODUÇÃO

A “infância” do Século XXI tem sido acometida por uma série de conflitos que remetem ao envolvimento global, direto ou indireto, do poder militar. São fenômenos sociais caracterizados pelo choque de vontades, decorrentes do confronto de interesses, constituindo uma forma de se buscar uma solução ou compromisso. No espectro mais hostil e, portanto, violento dos conflitos, pode ser empregado o poder militar. Logo, o mesmo materializa a expressão militar do Poder Nacional, empregada com a predominância de ações de natureza militares, sob a égide do Estado ou de uma coalizão, visando à obtenção ou à manutenção dos objetivos nacionais. Neste contexto, destacam-se os conflitos correntes, na Ucrânia e na Síria.

Quanto à Ucrânia, no contexto temporal e espacial, cabe caracterizar que ela tornou- se um país independente em 1991, sendo considerado o “celeiro da Europa” (haja vista sua produção agrícola), configurando a sua localização na Europa Oriental, tendo como fronteira latente a Federação Russa ao Leste e uma área de 603.628 quilômetros quadrados. A atual crise na Ucrânia teve início, oficialmente, em fevereiro de 2014, quando o então presidente Viktor Yanukovich se recusou a assinar um acordo de livre comércio com a União Europeia (UE), gerando manifestações internas e a sua consequente fuga para a Rússia. Posteriormente, em face de distúrbios internos, a Crimeia foi anexada à Rússia.

No que tange à República Árabe da Síria, disposta ao longo de 185.000 quilômetros quadrados, o escopo temporal e espacial remete a um país que conquistou sua independência em 1945, localizado na Ásia Ocidental, tendo como fronteira o Líbano ao Oeste; a Turquia ao Norte; o Iraque ao Leste; e a Jordânia e Israel ao Sul. O conflito sírio teve início em 2011 com protestos, na cidade de Daraa, após a prisão e a tortura de adolescentes que haviam pintado frases revolucionárias no muro de uma escola. O poder militar empregado contra os manifestantes provocou mortes e implicou na gênese de uma força de insurgência que dividiu o país, clamando pela substituição do governo. Sob o comando do presidente Bashar Al- Assad, a reação contra os oposicionistas se intensificou e o

país entrou em uma espiral de violência, fazendo eclodir uma guerra civil. Neste contexto, um ator externo, o grupo terrorista Estado Islâmico do Iraque e da Síria (ISIS), se aproveitou do caos e tomou o controle de áreas e cidades na região Leste da Síria, importante produtora de petróleo.

Para a abordagem destes conflitos, os conceitos de geopolítica e de geoestratégia são cruciais. Assim, segundo o Instituto de Geopolítica de Munique, geopolítica é a "ciência que trata da dependência dos fatos políticos em relação ao solo". Já a Geoestratégia é a ciência das variáveis do espaço que projeta o conhecimento na atividade estratégica. Uma linha tênue distingue os dois conceitos, basicamente pelo enfoque da atividade política na geopolítica e da atividade estratégica na geoestratégia.

Este artigo pretende comparar o conflito da Ucrânia com o conflito da Síria, segundo o enfoque geopolítico e geoestratégico, observando como tem sido utilizado o poder militar e concluindo sobre as implicações para a segurança internacional e sobre as implicações para o Brasil nas expressões do poder nacional, com destaque para a área de defesa.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 COMPARAÇÃO DO CONFLITO DA UCRÂNIA COM O CONFLITO DA SÍRIA, SEGUNDO O ENFOQUE GEOPOLÍTICO, OBSERVANDO A UTILIZAÇÃO DO PODER MILITAR

Comparação quanto aos antecedentes dos conflitos

Quanto à Ucrânia, a atual região era uma possessão russa desde o século XVIII. Com a ascensão de Stalin na Rússia a partir do século XX, ocorre um processo de “russificação” na Ucrânia, com a introdução do russo como língua oficial e com a emigração de russos para o território ucraniano. Esse processo foi traumático para ucranianos que contabilizaram 2,5 milhões de baixas na luta contra a ocupação russa, gerando ressentimentos entre esses povos. Neste período, desenvolveu-se a Doutrina Brezhnev que declarava que a Ucrânia deveria ter soberania limitada, representando o domínio da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A ocupação russa ocorreu, predominantemente, nas regiões Sul e Leste da Ucrânia - altamente industrializadas - onde atualmente concentram-se os focos de tensão do conflito.

Com a dissolução da URSS, em 1991, a Ucrânia tornou-se um país independente e acabou por herdar o seu aparato militar, industrial e econômico. Tal fato incomodou os russos e os levaram a agir para manter Kiev sob sua esfera de influência. Neste sentido, mesmo após a independência, a Ucrânia sempre esteve sob influência russa, tendo em vista a dependência econômica, a dependência em meios militares e a presença de bases militares do governo de Moscou no seu território, caso da base naval de Sebastopol, na Criméia, acesso russo ao Mar Negro. Além disso, a exploração e exportação de gás e de petróleo, vindos dos campos russos, atravessam a Ucrânia com destino ao mercado europeu.

A Revolução Laranja foi outro fator de desequilíbrio interno na Ucrânia. Ocorreu em 2004, quando os ucranianos fizeram seu primeiro grande levante popular devido às suspeitas de fraude nas eleições que colocariam o ex-presidente,

Viktor Yanukovitch, pró-Rússia, no cargo. As fraudes foram comprovadas pela justiça e um segundo pleito deu a vitória a Victor Yushchenko, que governou até 2010, quando Viktor Yanukovitch venceu as eleições e ascendeu ao poder, permanecendo até a eclosão do conflito em 2014.

Sob esse enfoque, a Ucrânia começou a receber influência da Europa Ocidental, que passou a vê-la como fiel da balança nas relações com a Rússia. Desta maneira, a Ucrânia foi convidada à integrar a Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) como membro filiado. Tal cenário gerou uma tensão com a Rússia pela possibilidade de possuir um membro da OTAN como seu vizinho, situação rechaçada por Moscou.

Quanto à Síria, após sua independência da França em 1946, o país sofreu golpes militares sucessivos até 1954, quando o governo foi transferido para civis. Em 1963, o partido Baath assumiu o poder na Síria, mas um novo golpe ocorreu em 1966, apoiado pela Rússia. Já em 1971, Hafez Assad declarou-se presidente permanecendo no poder até 2000, quando seu filho, Bashar Al-Assad, assumiu o poder. Por sua formação ocidental, esperavam-se reformas liberais no país, porém as pressões populares acabaram tendo efeitos contrários - como o endurecimento do regime e a repressão a milhares de sírios. Além disso, Damasco condenou a invasão americana no Iraque, o que fez o governo americano financiar grupos opositores, aumentando a instabilidade na região.

A Síria apresenta uma intensa diversidade étnica, potencializada por um desequilíbrio quanto à representatividade, onde a minoria alauíta controla o país a partir da cessão dos principais cargos das Forças Armadas e de Segurança para membros desta etnia, contrariando sunitas e xiitas presentes na região. Contudo, nas eleições de 2012, houve um ponto de inflexão, pois o Partido Popular da Síria alcançou a maioria parlamentar, construindo uma oposição ao governo de Assad.

Consolidando os antecedentes sírios, cabe destacar que a posição estratégica do país no que diz respeito ao acesso para o Mar Mediterrâneo, sendo ponto de passagem entre o Oriente e o Ocidente, permite o escoamento da produção de gás do Iraque por seu território até a Europa. Tal fato diminui a dependência europeia do gás russo, tornando a Síria uma peça fundamental ao equilíbrio energético europeu.

Comparando os conflitos, percebe-se, de maneira análoga, que a presença da Rússia nas regiões tem desequilibrado o poder em favor dos rebeldes ucranianos contra o governo central, bem como tem favorecido as tropas de Bashar Al-Assad na retomada de importantes cidades Sírias, outrora ocupadas por rebeldes e insurgentes. Da mesma forma, as questões étnicas estão presentes nos dois conflitos e são causas para as instabilidades nessas regiões.

Comparação quanto às causas dos conflitos

Quanto à Ucrânia, a crise começou em fevereiro de 2014, quando manifestantes invadiram a Praça Maidan na capital Kiev. Eles bradavam contra a decisão do então presidente Viktor Yanukovych de não assinar um acordo com a UE no final de 2013. Após a rejeição do acordo, o presidente ucraniano aceita um novo acordo com a Rússia, na forma de US\$ 15 bilhões em ajuda financeira e outros benefícios econômicos. Os ucranianos que buscavam uma reforma econômica capaz de recuperar o país, social e economicamente, se separaram com a rejeição das tratativas do governo com a UE, ignorando os pontos de vista

da maioria dos ucranianos e sinalizando o alinhamento com a Rússia. Houve uma comoção do povo ucraniano, que condenou a corrupção instalada e questionou a legitimidade do governo.

Em resposta aos manifestantes, o governo ucraniano começou a realizar ações agressivas para mitigar a oposição. Mas os manifestantes resistiram, lutaram e alcançaram seu objetivo. Como resultado, o presidente deixou o cargo e fugiu de Kiev antes do término de seu mandato. Com o vazio de poder criado pela ocasião, a Rússia passou a influenciar e intervir mais ativamente no país, gerando um cenário de instabilidade no leste europeu.

Outra causa do conflito está centrada nas questões étnicas, na medida em que: dois terços dos cidadãos da Ucrânia são de etnia ucraniana e falam ucraniano; um sexto é de etnia ucraniana e fala russo; e um sexto é de etnia russa e fala russo. Esta última vive principalmente no Leste e no Sul, perto da fronteira russa. Logo, tal divisão coloca, potencialmente, um grupo contra o outro (Figura 1).



Figura 1 – Mapa da distribuição étnica na Ucrânia

Fonte: <http://opinion.ebsserver.com/2014/03/09/ukraine-one-american-expatriates-point-of-view/>

Verifica-se, ainda, como causa do conflito, o acordo comercial entre Ucrânia e UE, no período pós Guerra Fria, que se traduziria em um afluxo maciço de produtos europeus de alta qualidade e baixo preço para o país. Neste contexto, alguns desses produtos fatalmente acabariam adentrando pelas fronteiras russas, não estando sujeitos a tarifas devido aos acordos de livre comércio entre Ucrânia

e Rússia, comprometendo o comércio entre ambos.

Quanto à Síria, uma das causas do atual conflito está relacionada aos problemas e questões religiosas. A maioria dos sírios se orgulha de sua tradição de tolerância religiosa, mas muitos sunitas ainda se ressentem do fato do poder ser monopolizado por alauítas, uma minoria religiosa xiita, a qual a família do presidente Bashar Al-Assad pertence. Embora não seja a força motriz do levante sírio, a oposição de um movimento de protesto populacional de maioria sunita contra um movimento político-militar alauíta, adicionou grande tensão em áreas religiosamente mistas, como a cidade de Homs (Figura 2).

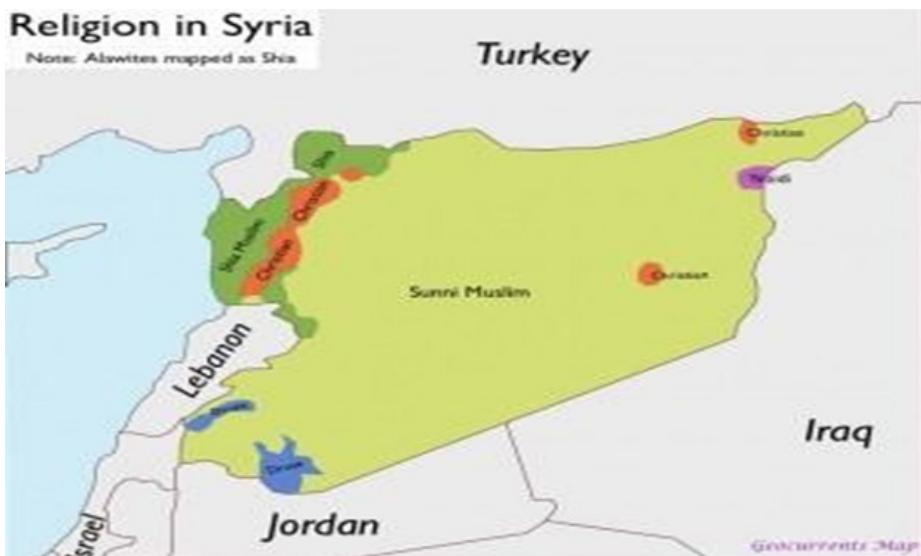


Figura 2 – Mapa da distribuição geográfica dos grupos religiosos na Síria

Fonte: <http://www.geocurrents.info/geopolitics/syrias-ethno-religious-complexity-and-potential-turmoil>

Outro foco da revolta está ligado à insatisfação econômica e social da maioria da população. As reformas econômicas do governo Assad, pós Guerra Fria, viabilizaram o acesso aos grandes investidores privados, provocando uma explosão de consumo entre as classes média e alta. Com o aumento do custo de vida e do desemprego, a população mais pobre foi impactada e prejudicada, desestruturando as regiões rurais e interiores da Síria. A situação se tornou mais caótica com a queda na produção de petróleo, com o alto desemprego e a inflação descontrolada, implicando na instabilidade interna.

Soma-se, ainda, a figura de Mohamed Bouazizi, um vendedor de rua tunisiano cuja autoimolação em dezembro de 2010 desencadeou uma onda de revoltas antigovernamentais em todo o Médio Oriente, “Primavera Árabe”, com o intuito de reivindicar mais democracia e direitos sociais. Neste contexto, observando a queda dos regimes tunisiano e egípcio no início de 2011, transmitidos ao vivo no canal, via satélite, Al Jazeera, milhões de sírios passaram a acreditar que uma mudança era possível. Logo, houve uma deflagração de inúmeros protestos contra a gestão Assad que reagiu com dura repressão, evoluindo para uma Guerra Civil.

Comparando os conflitos, verifica-se, de maneira semelhante, que os

protestos populares contra as medidas sociais e econômicas adotadas pelos governos da Síria e da Ucrânia, foram as principais causas motivadoras dos atuais conflitos. Também de maneira análoga, os fatores humanos relacionados aos grupos étnicos, ao idioma e às questões religiosas contribuíram para o acirramento de disputas internas. Observa-se, ainda, que as questões econômicas relacionadas à abertura de mercado, após a Guerra Fria, promoveram acesso aos novos bens de consumo para uma parte limitada da população, constituindo-se como causa remota para a instabilidade desses países.

Comparação dos conflitos quanto às afinidades e antagonismos

Quanto à Ucrânia, o conflito é influenciado por afinidades culturais, étnicas e religiosas com a Rússia. A nacionalidade russa surgiu no século IX, na região da atual cidade de Kiev, por uma população de origem eslava. Com a invasão da região pelos mongóis e a tomada de Kiev, no século XIII, tem-se a mudança do império russo e o surgimento do Principado de Moscou. Existe uma ligação histórica entre a Rússia e a Ucrânia, pois parte da população ucraniana, principalmente os residentes nas regiões Leste, Sudeste e Sul, partilham da mesma religião, etnia e língua de origem russa.

Verifica-se uma afinidade econômica envolvendo a Ucrânia, a Rússia e alguns países da UE. A Rússia destaca-se por ser grande produtora de gás natural, escoado para alguns países da Europa por meio de gasodutos que transpassam a Ucrânia. Os ucranianos são dependentes desse recurso para o aquecimento e para a sobrevivência da população, não havendo outra fonte energética para esse fim. Por outro lado, o gás é escasso em alguns países da UE, não havendo alternativas para substituí-lo.

Nota-se, também, que o conflito da Ucrânia é marcado por antagonismos entre as partes envolvidas. A Rússia considera a Ucrânia como sua área de influência político-econômica, assim a aproximação dos ucranianos e da UE gera instabilidade na região. Esse fato está bem caracterizado na eclosão do referido conflito, quando da indecisão ucraniana pela aproximação do bloco europeu e afastamento da influência russa, gerando, como consequências: a Revolta de Maidan; a fuga e substituição do presidente ucraniano Viktor Yanukovich; a anexação da Criméia; e, atualmente, as instabilidades no leste ucraniano.

Quanto à Síria, o conflito é influenciado por afinidades políticas e religiosas. Desde o início da Guerra Fria, o governo sírio alinhou-se com a política socialista russa. Esta aproximação faz-se representada pela existência de uma base militar russa no território sírio e pelo apoio militar que o governo sírio vem recebendo, o qual tem possibilitado a retomada de importantes cidades, antes ocupadas por rebeldes e insurgentes. Do ponto de vista religioso, o governo de Bashar Al-Assad representa a minoria Alauíta, uma variação mais moderada dos xiitas, estando alinhado com o Irã, cujo governo, também xiita, por afinidade religiosa, apoia financeiramente o governo sírio, na tentativa da resolução do conflito.

Além disso, a China busca alinhamento com a Rússia, sob a perspectiva de conter o conflito e de mitigar as consequências negativas que interferiram na sua influência econômica na região, posicionando-se em apoio à Rússia no Conselho de Segurança da ONU.

Já os antagonismos existentes referem-se às relações religiosas, pois a minoria xiita governa um país de maioria sunita, que luta pela busca do poder

político do país. Com o advento da Primavera Árabe, o governo sírio começou a enfrentar a oposição de grupos rebeldes na tentativa de destitui-lo do poder e assumir o controle do país. Neste escopo, os grupos rebeldes que buscam desestabilizar o governo e assumir o poder são de origem sunita. Dentre esses grupos, encontram-se os representantes: do Exército Livre da Síria (FSA), da Frente Islâmica (composta por muçulmanos fundamentalistas), além de outros grupos de oposição. Existe, ainda, a oposição dos grupos fundamentalistas radicais: da Al-Nusra e do Estado Islâmico do Iraque e da Síria (ISIS) e, finalmente, os Curdos que buscam configurar seu território na região Norte da Síria.

Comparando os conflitos, verifica-se que possuem afinidades e antagonismos nas áreas política, econômica, psicossocial e militar. Por um lado, na Ucrânia, a Rússia se predispõe a apoiar a população do leste ucraniano por considerar que possuem a mesma origem étnica eslava, procurando manter sua influência na região. Por outro lado, na Síria, o governo mantém o conflito contra os insurgentes e rebeldes devido à existência de uma afinidade religiosa com o Irã e um apoio militar da Rússia. Em um outro plano, o conflito da Ucrânia se baseia na existência de antagonismos políticos, pois a Rússia não aceita a aproximação do ocidente na sua área de interesse. Já na Síria, o conflito existe por antagonismos religiosos, uma vez que a maioria da população não é representada pelo governo do país, fazendo com que grupos rebeldes tentem assumir a governança local.

Comparação quanto às concepções e teorias geopolíticas presentes nos conflitos

Abordar a concepção geopolítica dos conflitos na Ucrânia e na Síria é falar de situações complexas e multidimensionais que não podem ser explicadas de forma reducionista, com afirmações categóricas de relação causa e efeito. No que tange particularmente à ação das grandes potências, destaca-se o papel determinante das relações Rússia “versus” OTAN/Ocidente nos conflitos da Ucrânia e da Síria e os aspectos geopolíticos que essas relações desempenham nos cálculos sistêmicos de poder de Moscou e Bruxelas/Washington. Esses aspectos podem ser analisados sob o enfoque das concepções teóricas estabelecidas por Mackinder, Spykman e Huntington.

Halford John Mackinder, em seu trabalho “O Pivô da História”, publicado em 1904, na Revista da Real Sociedade de Geografia do Reino Unido, conhecido como teoria do “Heartland”, defendeu a existência de uma região de fundamental importância geopolítica. Esta compreenderia vasta área do atual território russo, alguns países da Europa Oriental, entre eles a Ucrânia, bem como partes da China, Cáucaso, Turquia e Oriente Médio, neste, incluindo partes da Síria. Logo, uma potência que desejasse controlar as relações globais, deveria controlar tal região - o “Heartland”¹.

Embora Nicholas John Spykman fosse um crítico de Mackinder e tenha apresentado uma nova teoria para contrapor a excessiva valorização da territorialidade na concepção do “Heartland”, sua abordagem, denominada “Rimland”, no caso específico da Ucrânia e da Síria, complementa o destaque geopolítico de Mackinder. Para Spykman, mais importante do que o “Heartland”, seriam as suas bordas, compreendidas entre o “Heartland” propriamente dito e os mares que o circundam. Essas bordas compreenderiam, por exemplo, as regiões

¹ MACKINDER, 1904, p. 421-437.

costais da Europa e do Oriente Médio, incluindo, assim, os mares quentes, Negro e Mediterrâneo, de interesse russo. Qualquer acontecimento na Ucrânia e na Síria tem projeção sobre essas regiões e, portanto, afetam diretamente as políticas de contenção da Rússia e da OTAN, ainda que se trate de um cenário pós-Guerra Fria².

Segundo a abordagem teórica Samuel Huntington, em “The Clash of Civilizations”, é possível encontrar similaridade geopolítica nos conflitos da Ucrânia e da Síria. Ambos os países possuem grupos étnicos e religiosos distintos, que lutam pelo poder interno.

Na Ucrânia, Huntington afirma que há uma linha de fratura que divide o território, separando a população cristã católica, a oeste, da população cristã ortodoxa, a leste. A primeira mais próxima do Ocidente; a segunda, por sua vez, da Rússia. No caso da Síria, região estratégica de ligação terrestre entre a Europa e o Golfo Pérsico, verifica-se, atualmente, a ação de movimentos islâmicos fundamentalistas, que pregam, a partir de interpretações particulares, um retorno às origens do Islã, com uma atitude de repúdio ao governo nacional e ao Ocidente. Ao mesmo tempo, há no país importantes minorias religiosas, de origens diversas, como cristãos, formados a partir das diversas investidas do Ocidente na Turquia e península arábica, que resistem à expansão do Islã e possuem uma postura mais simpática ao Ocidente³.

Comparando os conflitos, nota-se que ambos se alinham à concepção geopolítica de Mackinder e de Spykman, sob o enfoque da Teoria do “Heartland” e das “Fímbrias”, respectivamente, apontando para uma disputa que extrapola o entorno estratégico da Ucrânia e da Síria e ascende à dinâmica do poder na relação Rússia “versus” OTAN/Ocidente. Da mesma forma, em ambos os conflitos pode-se inferir que há semelhança quanto a concepção geopolítica de Huntington, sob o prisma do choque entre duas civilizações - ocidental (UE e EUA) e ortodoxa (Rússia) na Ucrânia e entre as civilizações - ocidental (UE e EUA), islâmica (Síria) e ortodoxa (Rússia) na Síria.

2.2 COMPARAÇÃO DO CONFLITO DA UCRÂNIA COM O CONFLITO DA SÍRIA, SEGUNDO O ENFOQUE GEOESTRATÉGICO, OBSERVANDO A UTILIZAÇÃO DO PODER MILITAR

Comparação dos conflitos quanto aos atores e sua participação

No ambiente operacional os atores relevantes podem incluir indivíduos, estados e governos, coalizões, redes terroristas e organizações criminosas, como também corporações multinacionais, organizações não governamentais e outros capazes de influenciar a situação (EXÉRCITO BRASILEIRO 2014, p 4-10).

Quanto à Ucrânia, que há dois anos enfrenta um conflito armado, observa-se a rivalidade étnica e ideológica entre duas partes de sua população, de um lado o atual governo e a população ucraniana pró-ocidente e do outro os separatistas pró-Rússia. Os dois atores estatais diretamente envolvidos no conflito são a Ucrânia e Federação Russa. Um ator supranacional, a União Europeia, influenciada principalmente pela Alemanha, atua no conflito a favor do

² SPYKMAN, 1944.

³ HUNTINGTON, 1993, p. 26 e 30.

atual governo ucraniano que tem interesse em se unir ao bloco europeu. Com um envolvimento moderado, porém não menos interessado, EUA e OTAN também acompanham o desenrolar do conflito, principalmente pela posição geoestratégica da região.

No que tange à Síria, percebe-se uma quantidade maior e mais complexa de atores diretamente envolvidos no conflito armado que dura mais de cinco anos. Em um primeiro plano, lutando diretamente na guerra, temos as tropas do governo do presidente Assad. De outro lado, há uma oposição ao regime, com interesse de implantar um governo democrático. Essa oposição consistia em uma variedade de grupos sunitas, incluindo o grupo do Exército Livre da Síria, de viés laico, e a Frente Islâmica, de viés religioso. Entretanto, com o desenrolar do conflito, essa oposição enfraqueceu e outros atores passaram a atuar na guerra. Surgiram a Al-Qaeda na Síria e o ISIS, grupos religiosos extremistas, ambos lutando entre si pelo vácuo de poder que a guerra deixou. Ao mesmo tempo, no Norte da Síria, os Curdos configuraram-se como um povo espalhado por vários países, reivindicando um território próprio.

Em um segundo plano, encontram-se os atores estatais estrangeiros. Do lado de Assad, há um forte apoio da Rússia, que tem interesse em manter o “status quo” prévio à guerra, visto que existem bases militares russas na região, o Irã por questões religiosas e a China pela posição geoestratégica da região. Em apoio à oposição estão os EUA, Turquia, França e Reino Unido, com interesses em estabelecer um governo democrático pró-ocidente no país.

Comparando os conflitos, percebe-se que, quanto aos atores envolvidos, a Rússia tem papel preponderante em ambos. A Federação Russa é um ator relevante porque, além de ser uma potência nuclear, é membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, e, por sua vez, se vale do seu poder de voto para impedir uma atuação mais incisiva desse organismo nos dois conflitos. Outro aspecto envolvendo a Rússia é que, no caso da Ucrânia, o conflito pode ser resolvido mais rapidamente se o governo russo entrar em acordo com o governo ucraniano. Já no conflito sírio, devido à quantidade maior de atores e suas características psicossociais, é difícil que o conflito se resolva simplesmente com um acordo entre os atores estatais, refletindo em uma maior insegurança internacional.

Ainda sob o prisma da comparação, verifica-se que o conflito ucraniano envolve duas partes de uma população de origem eslava, que tem se mantido em seu território. Já o conflito sírio envolve mais grupos, de etnias e religiões distintas. Este fato prolonga a guerra e tem gerado uma imigração em massa do povo sírio para outros países, principalmente para os da Europa. Tal situação tem ocasionado problemas internos e fronteiriços nos países europeus, implicando em uma perspectiva de instabilidade regional.

Comparação dos conflitos quanto aos objetivos políticos

Quanto à Ucrânia, o Estado liderado por Petro Poroshenko, visa a combater os rebeldes separatistas na porção Leste do país, unificando-o para o alinhamento geopolítico na esfera da União Europeia. Nesse contexto, procura combater os separatistas e recuperar a região da Crimeia que foi anexada no ano de 2014 à Rússia por meio de referendo popular.

No que se refere à Síria, o Estado liderado por Bashar Al Assad mantém aliança geoestratégica com a Rússia, por meio de portos no litoral mediterrâneo.

Além disso, luta por reestabelecer o domínio do território que se encontra totalmente repartido por diferentes atores. O alvo mais significativo, tanto dos EUA quanto da Rússia, é o Estado Islâmico. Outros grupos também balcanizam o território sírio, como os Curdos e grupos separatistas.

Comparando os conflitos, verifica-se que ambos os Estados têm o objetivo de reconstituição do território, dilacerado por grupos e rebeldes separatistas apoiados por diferentes atores. Tanto o Estado Ucraniano quanto o Sírio emprenham suas forças no combate contra grupos separatistas. Nesse contexto, por sua vez, a Rússia se faz presente, apoiando os rebeldes separatistas na Ucrânia e o regime de Assad na Síria.

Portanto, do ponto de vista do entorno regional, a Rússia é o grande protagonista dos dois conflitos, com maior relevância na Ucrânia, reverberando a sua influência na geopolítica mundial. Assim, busca aliados na região e desenvolve uma dinâmica de protagonismo bipolar, opondo-se aos EUA e à UE, por meio da atuação geoestratégica nos dois conflitos.

Comparação dos conflitos quanto à Estratégia Nacional utilizada

Quanto ao conflito na Ucrânia, a Estratégia Nacional utilizada pelos ucranianos foi a estratégia indireta, buscando o emprego da persuasão como a forma de resolução de conflitos e adotando o modelo de planejamento estratégico baseado em ações sucessivas, com ênfase na pressão indireta. Nesse escopo, foram conduzidas as rodadas do Protocolo de Minsk, a fim de estabelecer o cessar fogo na região Leste da Ucrânia. A Rússia, por sua vez, utilizou a estratégia indireta, empregando a coerção como forma de resolução dos conflitos e adotando o modelo de planejamento estratégico baseado em ações sucessivas, combinando pressão indireta, ameaça direta e ações militares limitadas. Logo, há uma diferença de postura entre a Estratégia Nacional russa e a Estratégia Nacional ucraniana. A postura russa foi baseada na prevalência do uso da força, diferentemente da postura ucraniana que se baseou nos acordos e normas do direito internacional deliberados pelo Conselho de Segurança da ONU.

Quanto ao conflito na Síria, a Estratégia Nacional utilizada pelo Governo de Assad foi a estratégia direta, empregando a coerção como forma de resolução dos conflitos e adotando o modelo de planejamento estratégico baseado em um conflito de alta intensidade, por meio do emprego de todo o seu poder de combate. Da mesma forma, os diversos grupos rebeldes e extremistas empregaram ações violentas como meio para alcançar os seus propósitos, muitas vezes valendo-se do apoio de atores variados, como EUA, UE, Arábia Saudita e Al Qaeda, de acordo com as afinidades culturais, religiosas e dos interesses em questão.

Cabe destacar o possível emprego de uma Estratégia Nacional denominada Guerra Híbrida, pelos EUA, conflito assimétrico, externamente provocado para impactar interesses geoeconômicos concretos. Seu objetivo seria interromper projetos transnacionais e multipolares, por meio da indução externa de conflitos de identidade, baseados em questões étnicas, religiosas, regionais, políticas e culturais, dentro de um cenário alvo a ser obtido como Estado Final Desejado.

Assim, a eclosão do conflito na Ucrânia e na Síria buscara a obtenção de um cenário alvo que possibilitasse a consecução de interesses específicos, inviabilizando os projetos transnacionais e multipolares em curso. No caso da

Ucrânia, seria a questão dos gasodutos, que tem sua origem na Rússia e perpassam o território ucraniano para abastecer a UE, conferindo uma vantagem à Rússia e ao seu projeto de uma Comunidade Eurasiática. Já no caso da Síria, seria a questão do “Gasoduto da Amizade”, projeto que permitiria o abastecimento da UE com o gás produzido no Irã, carreado por gasodutos via Iraque e Síria, situação que, consequentemente, geraria o fortalecimento econômico desses três países. Logo, impedindo tais projetos por meio da deflagração de Guerras Híbridas, manter-se-ia uma tendência hegemônica e não haveria o emprego direto da força no espectro mundial, preservando a sua liberdade de ação e, enfim, consolidando o uso do “Smart Power” com a estratégia indireta na concreção de objetivos políticos.

Comparando os conflitos, verifica-se que a o governo ucraniano buscou a condução do conflito baseado na persuasão, enquanto o governo sírio adotou a coerção, implicando em estratégias indiretas e diretas, respectivamente. No que tange aos rebeldes, os ucranianos empregaram a força em uma escala menor do que os grupos rebeldes e extremistas presentes na Síria, que por sua vez atingiram níveis máximos de violência, incluindo ações terroristas.

Comparação dos conflitos quanto à Estratégia Militar utilizada

A estratégia militar é a arte de preparar e aplicar meios militares para a consecução e manutenção de objetivos fixados pela política nacional de um país.

Na Ucrânia, o Governo de Poroshenko empregou o método da estratégia militar indireta, visando à solução por intermédio de ações políticas, econômicas e psicológicas, coadjuvadas por ações militares. A limitada liberdade de ação da Ucrânia, em face da opinião pública mundial, da observância do Direito Internacional Humanitário e do poder de combate dos rebeldes, somados à convicção de que o problema pudesse ser resolvido sem o emprego da violência, fortaleceram o emprego desta estratégia militar. Já por parte dos rebeldes ucranianos, as ações de ameaça direta e de enfrentamento foram amplamente utilizadas, apoiadas pelo aparato militar russo e pela maior liberdade de ação, por não se enquadrarem no “status” de Estado e, consequentemente, não se limitarem por resoluções internacionais.

Quanto ao conflito na Síria, o Governo de Assad utilizou o método da estratégia militar direta, empregando as forças militares como principal meio para resolver o conflito, tendo como objetivo destruir as tropas inimigas existente em seu território. A Síria contou com o apoio da Rússia para combater grupos insurgentes, inimigos do regime e, simultaneamente, sofria ações de uma coalizão independente liderada pelos EUA na luta contra o ISIS. Da mesma forma, os diversos grupos rebeldes e extremistas utilizaram-se da força para alcançar os seus objetivos, tornando o cenário caótico e complexo, combinando combates convencionais, irregulares e ações terroristas.

Neste contexto, uma trégua, patrocinada pelos EUA e pela Rússia, em vigor em 27 de fevereiro de 2016, entre o Regime de Assad e os rebeldes "moderados" da Síria, tem se mantido, apesar de algumas violações. Isto permitiu que a ONU fornecesse ajuda humanitária a cerca de 250 mil pessoas sitiadas em diferentes áreas do país. Contudo, mesmo em caso de acordo com os rebeldes, os combates vão continuar na Síria, uma vez que os jihadistas - da Frente Al-Nusra e do ISIS; controlam mais da metade do território e estão excluídos da trégua.

Comparando os conflitos, verifica-se que a o governo ucraniano

empregou o poder militar em uma escala muito menor do que o governo sírio. Por outro lado, observa-se que os rebeldes ucranianos atuaram por meio de ações agressivas, priorizando a ameaça direta e o enfrentamento de forma similar aos grupos rebeldes da Síria, que recrudesceram a violência.

3 CONCLUSÃO

A complexidade é um fator preponderante na dinâmica do Século XXI. Confere um amplo espectro nas relações entre estados, organismos supranacionais e atores transnacionais e, consequentemente, torna os conflitos mais complexos e as ameaças mais difusas. Sob esse prisma, foram deflagradas as disputas, em andamento, na Ucrânia e na Síria, combinando geopolítica e geoestratégia no emprego do poder e de suas respectivas expressões.

Em síntese, evidencia-se que o uso da expressão militar do poder nacional russo tem-se mostrado a fonte de desequilíbrio nos dois conflitos, pendendo, até o momento, em favor de Moscou, que cultiva laços históricos e culturais com os dois países e tem alcançado seus objetivos de manter a ocupação em regiões de seu interesse na Ucrânia, bem como manter o apoio ao governo Assad na Síria, sob o enfoque de um Choque de Civilizações.

Cabe ainda considerar que a presença russa nesses conflitos contrabalança as intenções ocidentais nas respectivas regiões. Assim, a Rússia e, principalmente, os EUA “jogam” o conflito de uma maneira diferente, buscando ações que mantenham a sua liberdade de ação e que atendam aos seus interesses. Evidencia-se, portanto, a aplicação de estratégias indiretas, tendo como alvos as expressões econômica e psicossocial das áreas do conflito, o que torna os cenários complexos, evitando o emprego direto da força por parte destes adversários e “exportando” os atores e os meios que utilizam a violência.

Conclui-se que, quanto à segurança internacional, o conflito na Ucrânia impactará na possibilidade de ocorrência dos seguintes cenários:

- o recrudescimento das ações políticas e militares da Rússia, caso haja perdas econômicas em face de prejuízos na exportação do gás russo para Europa, consolidando a questão energética como tema central na disputa econômica do conflito;

- o acirramento das discussões quanto à situação do conflito e da anexação da Criméia, no âmbito da Assembleia Geral da ONU, e um possível impasse no Conselho Permanente, haja vista o poder de veto da Rússia e da China;

- o enfraquecimento nas relações Rússia e UE sob pressão dos EUA e consequente aproximação entre Rússia e China, buscando um contraponto estratégico ao cenário atual;

- a polarização de uma crise política, baseada na relação Rússia “versus” EUA-OTAN, implicando em maiores sanções políticas e econômicas sobre a Rússia, levando a uma instabilidade na economia regional e mundial;

- uma nova “Guerra Fria” entre Rússia e EUA, pelo domínio dos “Rimlands” da Eurásia e consequente recrudescimento russo na afirmação do seu entorno estratégico; e

- como pior cenário, com o recrudescimento da crise energética, uma ação militar direta por parte Rússia, objetivando manter a sua saída para o Mar

Negro, e a tomada da região Leste da Ucrânia, com a finalidade de integrá-la à Península da Criméia, acarretando uma reação da OTAN e, portanto, uma guerra total na Europa Oriental.

Da mesma forma, conclui-se que, quanto à segurança internacional, o conflito na Síria impactará na possibilidade de ocorrência dos seguintes cenários:

- o acirramento da crise humanitária proveniente do “drama dos refugiados” na UE bem como em outras áreas do planeta, uma vez que a UE já adotou medidas para conter a chegada de refugiados, sob o enfoque de precaver-se de uma possível “islami ação” da Europa, levando aqueles a priorizar regiões menos controladas. Outro aspecto se refere à possibilidade de entrada na Europa Ocidental de elementos ou grupos terroristas infiltrados como se refugiados fossem, causando instabilidade na região;

- a consolidação do ISIS como uma entidade que transcende a perspectiva de grupo terrorista, passando a dominar definitivamente um espaço geográfico e a controlar um aparato militar convencional, formado por meios terrestres, aéreos e marítimos;

- a desintegração das perspectivas da “Primavera Árabe” tendo em vista a possibilidade da prevalência do extremismo religioso no Oriente Médio, capitaneado pelo ISIS;

- o recrudescimento da violência no conflito da Síria e um consequente aumento nas baixas, tendo como pior cenário o total extermínio dos grupos rebeldes nacionais e graves perdas para as forças leais a Assad;

- o agravamento da interferência russa na Síria, caso haja um desequilíbrio pró-rebelde, levando ao pior cenário de uma intervenção militar terrestre por parte da Rússia, fato que ocasionaria uma reação internacional e transbordaria o conflito para uma guerra total; e

- o desequilíbrio estratégico no Oriente Médio causado por uma possível ascensão sunita na Síria e pela consolidação do ISIS como protagonista regional, impactando em uma situação que ameaçaria o Estado de Israel pelo contexto configurado no mundo árabe, podendo repercutir na esfera global.

Conclui-se, também, que quanto ao Brasil, os conflitos da Ucrânia e da Síria impactarão na possibilidade de ocorrência dos seguintes cenários:

- na Expressão Política: a possibilidade de se tornar necessária a tomada de um posicionamento claro com relação aos conflitos, no âmbito da ONU, acarretando em uma provável dificuldade nas relações exteriores com os EUA ou com a Rússia bem como a respectiva instabilidade política e diplomática nas relações com a Síria e/ou com a Ucrânia.

- na Expressão Econômica: a possibilidade de um desarranjo econômico na economia mundial, proveniente do acirramento das sanções econômicas à Rússia, implicando na variação no comércio das “commodities”, tanto minerais quanto agrícolas, fato que poderá impactar a economia brasileira, principalmente se a UE também for atingida pela crise russa.

- na Expressão Psicossocial: a possibilidade de um grande fluxo de refugiados/imigrantes para o Brasil, uma vez que a UE já tomou as medidas para conter a chegada deles. O Brasil é um país reconhecidamente pacífico e de Política Externa agregadora, que possui núcleos migratórios do Oriente Médio e da Ucrânia, podendo tornar-se destino preferencial para o referido grupo.

- na Expressão Militar: a possibilidade de ações terroristas em território

nacional, advindas de possíveis posicionamentos políticos que o país venha a adotar com relação à crise na Síria, implicando na adequação das capacidades de defesa para fazer frente a tal ameaça; a possibilidade do Brasil integrar uma Missão de Paz da ONU para fazer face às crises na Ucrânia e na Síria, bem como para atender às crises humanitárias decorrentes, fazendo com que as capacidades das Forças Armadas tenham que ser dimensionadas para este propósito; a possibilidade da Rússia em reforçar o aparato militar de governos da América do Sul de viés antiestadunidense, como forma de contrapor-se à geoestratégia americana para a Europa Oriental, implicando em instabilidade regional na América do Sul e, consequentemente, levando à necessidade de uma aceleração do processo de transformação das Forças Armadas; e a utilização da América do Sul como palco para uma nova Guerra Híbrida na consecução dos interesses provenientes da dinâmica Rússia “versus” EUA-OTAN, demandando planejamentos para antever este cenário, negando as condições que permitam tal situação.

- na Expressão CT & I: a cooperação técnico-militar e na área de defesa com a Ucrânia, iniciada em 2004 para a consecução do lançamento do foguete Cyclone 4, posteriormente desfeita e retomada, em 2016, para novos fins, pode ser mais uma vez prejudicada tendo em vista a evolução do quadro do conflito e o, consequente, posicionamento brasileiro; e a necessidade do desenvolvimento de capacidades pela Base Industrial de Defesa (BID) para fazer face aos desafios apresentados pela guerra no amplo espectro e cibernética.

Por fim, a percepção é de que os conflitos correntes, travados na Ucrânia e na Síria configuram um novo modelo de “guerra”, onde a geopolítica e a geoestratégia combinam-se para o emprego mais inteligente do poder militar. Sob esse enfoque, se trava a disputa Rússia “versus” EUA-OTAN, transbordando o entorno estratégico da área dos respectivos conflitos para a esfera global, atrelada à realidade de uma nova estratégia - a Guerra Híbrida.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Exército Brasileiro. Estado Maior do Exército. C 124-1. Manual de Campanha. Estratégia. 3^a ed. Brasília, DF, 2001.
- BRASIL, Exército Brasileiro. Estado Maior do Exército. EB20-MC-10.211. Manual de Campanha. Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres. 1^a edição. Brasília, DF, 2014.
- BRASIL, Ministério da Defesa. Assessoria de Comunicação Social (Ascom).
- Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/noticias/19382-cooperacao-entre-brasil-e-ucrania- sera-ratificada>. Acesso em: 20 Maio 16.
- BRASIL, Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Comando do Exército. Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército, C 20-1. 4^a Edição. Brasília, 2009.
- CORREIA, Pedro de Pezarat. Nação e Defesa. N.^o 131, Rio de Janeiro, 2012. p.238. EMMOTT, Robin. Syria and Ukraine: two fronts in Russian war for influence.
- Disponível em: http://www.reuters.com/article/us-mideast-crisis-ukraine_idUSKCN0RV4RS20151001. Acesso em: 20 Maio 16.
- HUNTINGTON, Samuel. The Clash of Civilizations. Foreign Affairs, V.72, Nr 3, Summer 1994.
- KORYBKOWSKI, Andrew. Hybrid Wars 2. Testing the Theory – Syria & Ukraine. Disponível em: <http://orientalreview.org/2016/03/11/hybrid-wars-2-testing-the-theory-syria- and-ukraine/> Acesso em: 20 Maio 16.

WIGHT, Martin. A Política do Poder. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

MACKINDER, H.J. The Geographical Pivot of History. The Geographical Journal. Vol 23, Nr 4, Apr 1904, pp. 421-437.

MATTOS, Carlos de Meira. Geopolítica. Volume 1, Rio de Janeiro, 2011. p. 88. SPYKMAN, Nicholas J. The Geography of the Peace. Harcourt: Brace and Company, 1944.

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/02/160216_siria_nova_guerra_tg. Acessado em 16 de maio de 2016.

<http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/01/internacional/> Acessado em 16 de maio de 2016.

<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/03/> Acessado em 16 de maio de 2016. <https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%ADria> Acessado em 16 de maio de 2016.

NOTA

Grupo de Trabalho que desenvolveu o artigo:

Alunos do CPAEx

- Coronel de Intendência ANDRE LUIZ SANTOS DA SILVA
- Coronel de Infantaria FÚLVIO PÉRICLES DE ANDRADE DOS SANTOS CRUZ

Alunos do CCEM, 2º ano

- Tenente-coronel de Infantaria PABLO ROBERTO MACARIO
- Major de Infantaria EWERTON SANTANA PEREIRA
- Major de Infantaria CARLOS ANDRES SCHMITT
- Major de Cavalaria FLÁVIO DE CARVALHO MOURA E FERREIRA AMÉRICO REIS
- Major de Artilharia VAGNER ASSIS MINUZZI DA SILVA
- Major de Intendência NOÉ BISPO DA SILVA
- Major de Comunicações ENIO CORRÊA DE SOUZA

Alunos do CCEM, 1º ano

- Tenente-coronel de Infantaria ANDRE SODRÉ LIRA BRANDÃO
- Major de Infantaria RICARDO PRADO DO MONTE
- Major de Cavalaria DANIEL MENDES AGUIAR SANTOS
- Major de Artilharia ANTÔNIO CLÁUDIO DE SÁ MOREIRA
- Major de Engenharia JÉFFERSON FLORES RETORI
- Major do QEM DANIEL MAIER DE CARVALHO

O EXTREMISMO ISLÂMICO E A ORDEM MUNDIAL

ARTIGO DESENVOLVIDO POR GRUPO DE TRABALHO NO CONTEXTO DO XV CICLO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DA ECEME

1. INTRODUÇÃO

O “Extremismo Islâmico” apresenta-se como fator¹ de poder do Islã desde sua origem. O Islã primitivo fundamenta-se em três vertentes principais: a política, a religiosa e a militar, as quais não podem ser dissociadas uma das outras, segundo a cultura islâmica.

Ao longo dos séculos a cultura islâmica manifestou tentativas de instituir uma ordem mundial própria, buscando unir comunidades africanas, asiáticas e europeias heterogêneas numa única sociedade internacional organizada. O Império Sassânida Persa, durante o século VI, constituiu-se no grande responsável pela expansão inicial do Islã (KISSINGER, 2015).

A estratégia islâmica adotava uma visão particular de mundo, a qual dividia-se em dois campos: o Dar-al-Islam² e o Dar-al-Cherk³, representando os países muçulmanos e o mundo da impiedade e do politeísmo, respectivamente (FERRO, 2008). O primeiro grupo de países seria governado por um califado⁴, enquanto o segundo representava os territórios destinados à guerra, cuja missão do Islã era incorporar essas regiões ao seu próprio mundo, com a finalidade de promover a paz mundial (KISSINGER, 2015).

Durante a expansão inicial, desenvolvida na região ocupada pelos países do Oriente Médio, até os dias de hoje, a citada visão islâmica chocou-se com outras culturas, promovendo ecos para a cultura islâmica. Nesse sentido, a cultura ocidental mostrou-se como a mais impactante, em virtude da instituição do moderno sistema internacional, baseado em Estados-nação. Tal fenômeno provocou ruídos em seus conceitos fundamentais. Essa influência implicou no surgimento de forte oposição à cultura ocidental, tendo como consequência o despertar de movimentos radicais contrários à occidentalização do Islã. Sendo assim, tais ideias reverberaram em organizações extremistas islâmicas⁵, como: a Al-Qaeda, o Hamas, o Hezbollah, o Talibã, o regime clerical iraniano, o Boko Haram, o Jabhat al-Nusrah, o Estado Islâmico, dentre outras.

1 Fator: é tudo aquilo que altera ou modifica um resultado (BRASIL, 2014)

2 Casa do Islã ou domínio da paz. (KISSINGER, 2015, p. 104)

3 Domínio da guerra. (KISSINGER, 2015, p. 104)

4 Califado: significa o processo de escolher um líder (o califa) para muçulmanos ao redor do mundo; sistema de governo que começou após a morte do profeta Mohamed (YEHIA, 2014).

5 Organizações extremistas são aquelas que surgem como resultado de crenças e ações de indivíduos ou grupos que empregam a violência para a consecução de objetivos de natureza política, ideológica, social, étnica ou religiosa. Inclui a insurgência, a subversão, o terrorismo e outras formas de violência comum (PINHEIRO, 2009 apud ESCOTO, 2016).

As disputas de poder estabelecidas nas regiões envolvidas pelo extremismo islâmico, particularmente no Oriente Médio e seu entorno, interferem na geopolítica regional, implicando em consequências para a configuração de diferentes cenários internacionais. Além disso, as formas de atuação das organizações extremistas situadas nas citadas regiões têm se caracterizado pelo forte componente geoestratégico, cujas ações são direcionadas aos atores externos ou que se opõem às regras do Islã.

A amplitude das consequências do "extremismo islâmico" transcendem as fronteiras originais do território sob influência do Islã, provocando reflexos na ordem internacional e alterando cenários de segurança internacional. Nota-se, ainda, consequências deste fenômeno para o Brasil, implicando em ações nos diversos campos do poder nacional.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 O EXTREMISMO ISLÂMICO COMO FATOR DE PODER SOB O ENFOQUE GEOPOLÍTICO

As relações de poder exercidas na região do Oriente Médio e seu entorno, aliadas aos interesses e às intervenções internacionais, desequilibraram a geopolítica regional, provocando “vácuo no poder” em alguns países. Esse fenômeno pode ser caracterizado por intermédio da invasão norte-americana no Iraque, em 2003, promovendo a deposição de Saddam Hussein; os movimentos contestatórios na Tunísia e no Egito, em 2010, implicando na queda dos respectivos governos; e a guerra civil instalada na Síria, em 2010, desmantelando o governo de Bashar Al Assad, forçando muitas pessoas a fugirem da brutal realidade dos países em crise e migrarem para países ricos na busca por melhores condições de vida.

Todos esses acontecimentos permitiram o surgimento (ou fortalecimento ou fusão) de organizações extremistas islâmicas, com o propósito de ocupar esses espaços e exercer o poder local, por meio de combates étnicos, religiosos e ideológicos. Nesse sentido, tem origem no Iraque o Estado Islâmico (EI)⁶, organização extremista islâmica de maior expressão na atualidade. Essa organização tem conseguido exercer o controle da população e do território compreendido entre o norte do Iraque e o sul da Síria, configurando-se num ambiente favorável à propagação da solução islâmica, em sua versão extremista, como uma alternativa viável ao estabelecimento de um regime de governo “maomeísta” (Califado).

As organizações extremistas islâmicas, como o supracitado EI, empregam técnicas, táticas e procedimentos de guerra convencional, guerra irregular e atentados terroristas, caracterizando a chamada guerra híbrida⁷. Nesse contexto, o EI empreende suas ações em território iraquiano, sírio, e ainda em afastados centros urbanos de países europeus, tais como a França, a Bélgica, a Turquia e outros. Essas ações têm implicado na formação de alianças militares de países ocidentais, com o propósito de neutralizar as capacidades militares dessa organização terrorista.

⁶ Sigla para o Estado Islâmico (EI), cuja versão em inglês significa Islamic State of Iraq and the Levant (ISIS).

⁷ Guerra híbrida: é a guerra que acontece no nível da população; sua aproximação em termos de sucesso e fracasso é diferente da usual; não há uma clara distinção na vitória por meios militares; o ponto crítico do conflito é centrado na população (MCCUEN, 2008).

Dessa maneira, em “setembro de 2014, os EUA enviaram seu Secretário de Estado ao Oriente Médio com o objetivo de encontrar aliados para a formação de uma coalizão contra o grupo” (LAURIE, SILVA, & RIBEIRO, 2015). Esse esforço gerou a criação de uma coalizão que integra cerca de 30 (trinta) países, dos quais participam nações europeias, asiáticas, americanas e africanas, somando esforços para neutralizar as ações desse grupo extremista islâmico terrorista, e combater, utilizando-se não apenas das expressões militares ou econômicas, mas também da política, com enfoque no desenvolvimento de arcabouço jurídico de países aliados contra o novo tipo de ator.

No enfoque geopolítico, constata-se, ainda, a ocorrência da “mudança voluntária de nacionalidade”, fenômeno caracterizado pela vasta atração de estrangeiros às causas de organizações extremistas islâmicas, contribuindo para a elevação do poder exercido por essas organizações. Alinhado a tal percepção, Laurie, Silva e Ribeiro (2015) colocam que:

As nacionalidades dos estrangeiros que se juntaram ao Estado Islâmico também são difíceis de precisar. Segundo o relatório do Comitê do CSNU, os estrangeiros viriam de mais ou menos 80 países diferentes. De acordo com um relatório elaborado pelo Soufan Group, a estimativa é de que existam 800 russos, 700 franceses, 400 britânicos e ao menos 70 estado-unidenses lutando pelo Estado Islâmico. Entre outros países de origem estão a Austrália, Alemanha, Bélgica, Marrocos, Argélia e Tunísia.

A modernidade da atuação das organizações extremistas islâmicas tem contribuído para a ampliação de suas capacidades de projeção de poder. Esse aspecto pode ser caracterizado por meio da postura adotada pelo EI na aceitação irrestrita de estrangeiros que se comprometem à conversão ao islamismo primitivo. De acordo com a pesquisadora Loretta Napoleoni (2015), o líder do EI – al-Baghdadi – tem atraído para suas fileiras combatentes do exterior, proporcionando o fortalecimento da organização e conferindo-lhe a possibilidade de atuar como “*lobos solitários*” no exterior.

Além disso, verifica-se, ainda, a influência da propaganda na atração de jovens à causa extremista islâmica, por intermédio das ferramentas digitais. Essa vertente manifesta- se através de mídias sociais e busca identificar jovens desajustados nas sociedades ocidentais, oferecendo-lhes uma oportunidade de redenção na religião muçulmana. Essa capacidade de persuadir e converter estes jovens materializa-se no poder da atração do radicalismo religioso e possui vasto alcance. Nesse contexto, observa-se a possibilidade do extremismo islâmico manifestar-se globalmente, recrutando mártires para atuarem em atentados suicidas em qualquer lugar do planeta. Diante disso, os pesquisadores Laurie, Silva e Ribeiro (2015) afirmam que:

Alguns pesquisadores, como o alemão Jochen Müller, que estuda o islamismo e é especializado em jovens imigrantes, apontam como fatores que colaboraram para a atração de muitos

8 Lobo solitário: indivíduo ou grupo que decide abarcar a Jihad por sua própria iniciativa criando uma célula terrorista (GONÇALVES, 2012)

jovens para servirem como combatentes; o discurso veemente e acalorado realizado pelo Estado Islâmico; a falta de perspectivas de futuro; situações sociais de não aceitação, por exemplo, o preconceito em relação à etnia árabe e à religião islâmica, acirrado desde os atentados de 11 de setembro; e carência de um sentimento de pertencimento a uma comunidade que lhes represente.

Esse recrutamento nas comunidades islâmicas do mundo ocidental, amplamente difundido no noticiário, tem produzido um sentimento anti-islã em parte da comunidade, vindo a associar aqueles que seguem a religião muçulmana, fundamentalistas por vezes, com os extremistas islâmicos. O que se resume num preconceito religioso e étnico representado por manifestações públicas e por apoio a partidos nacionalistas e conservadores.

Outra nuance significativa do Extremismo Islâmico refere-se ao seu suporte financeiro. As células extremistas são bem financiadas, não somente por iniciativas individuais, mas também por uma complexa teia corporativa que envolve até o tráfico internacional de órgãos. Referente ao atual Estado Islâmico (EI), há um financiamento mais refinado, com a entrada de divisas oriundas do comércio de petróleo, extorsões, venda de obras de arte e sequestros para a exigência de resgate, com a finalidade de exportar ao mundo a sharia (Lei Islâmica), conforme expõe Loretta Napoleoni (2015). Pode-se explorar, no último item citado, o exemplo da Al-Qaeda, que entre 2011 e 2013 faturou US\$ 20 milhões sequestrando turistas, fortalecendo as ações de terror na região e no restante do mundo, segundo o jornalista Tom Keatinge, em matéria publicada no site da BBC.

Há que se ressaltar, ademais, um financiamento oriundo da América do Sul, sobretudo no Sul do Brasil, na região conhecida como a Tríplice Fronteira. Lá, segundo Rodrigo Lopes Rodrigues (2015), libaneses residentes em Foz do Iguaçu-PR, entre outros, financiam grupos extremistas, fruto do comércio próspero desses em Ciudad del Este (Paraguai), tornando-se pernicioso às economias dos países patrocinadores, sobretudo aos emergentes (como o Brasil), ao ter consideráveis divisas exportadas de forma indevida, exigindo a criação de órgãos e procedimentos ligados ao combate aos delitos financeiros, como o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).

Infere-se parcialmente que o extremismo islâmico, sob o enfoque geopolítico, está ganhando espaço e importância no âmbito regional e mundial, utilizando a religião como principal meio para o exercício de poder por organizações extremistas, trazendo consequências para a Ordem Mundial e implicações nas expressões do Poder Nacional de países como o Brasil.

2.2 O EXTREMISMO ISLÂMICO COMO FATOR DE PODER SOB O ENFOQUE GEOESTRATÉGICO

Do ponto de vista geoestratégico, percebe-se que o extremismo religioso dos grupos islâmicos atuantes no mundo, e em particular no Oriente Médio e norte da África, tem se mostrado um agente facilitador da projeção de poder destes grupos sobre suas áreas de interesse, apesar das discordâncias internas dentro das próprias instituições islâmicas, relacionadas à definição de poderes dentro do grupo

e integração de objetivos de atuação no sentido mais amplo. É o caso, por exemplo, do grupo paramilitar fundamentalista xiita Hezbollah, que atua na Cisjordânia e na faixa de Gaza, que tem como objetivo a consolidação do Estado Palestino e a extinção do Estado de Israel. O Hezbollah possui forte apoio da população xiita no Líbano e recebe apoio financeiro do Irã e da Síria (RODRIGUES, 2015), contribuindo para o seu fortalecimento e aumento da instabilidade política da região.

Da mesma forma, atua também contra a presença de Israel no Oriente Médio o grupo fundamentalista islâmico Hammas, de origem palestina e de orientação sunita. Apesar de ambos lutarem contra Israel, a disputa pela representatividade do Estado Palestino é uma questão ainda bastante complexa entre os mesmos (RODRIGUES, 2015). As ações de violência extrema destes grupos contra Israel foram desaprovadas pela maioria das potências mundiais, que se vêem preocupadas com a segurança e estabilidade da área, qualificando o Hammas e o Hezbollah como organizações terroristas.

Cabe salientar que o Brasil possui importantes parcerias comerciais com Israel, mas não reconhece estes dois organismos islâmicos como terroristas, de acordo com o jornalista e deputado federal Alfredo Sirkis, em sua coluna no periódico “congresso em foco”, o que pode comprometer a confiabilidade brasileira no aspecto diplomático, prejudicando futuras alianças, já que coloca em dúvida o real posicionamento do governo brasileiro em relação a estes grupos.

O Movimento Fundamentalista Islâmico Talibã, também de orientação sunita, atuou inicialmente no Paquistão e Afeganistão, tendo inclusive governado este último de 1996 a 2001. Mas uma coalizão de EUA e Reino Unido ocupou o país, sem aval da ONU, com o argumento de que o mesmo proporcionava suporte para outras organizações terroristas, como a Al Qaeda, liderada por Osama Bin Laden. O Talibã possui ligações com outros grupos extremistas existentes em países do entorno com maioria islâmica no norte da África e na península arábica, como Iêmen, Sudão e Egito, contribuindo para a desestabilização dos governos desses países.

Uma das maiores influências do extremismo islâmico no âmbito mundial é representada pela organização fundamentalista sunita Al Qaeda. Seu foco inicial de atuação foi a expulsão dos russos do Afeganistão, tendo inclusive recebido apoio financeiro dos EUA à época, quando ocorriam as “guerras por procuração”⁹. Atualmente, a Al Qaeda é a organização terrorista que possui ramificações e células de colaboradores espalhadas por todos os continentes, com o objetivo de eliminar a influência ocidental no oriente médio. Aos integrantes da Al Qaeda são atribuídos os atentados de 11 de setembro de 2011, que deram voga aos novos atores não convencionais e a uma nova modalidade de conflito (RODRIGUES, 2015).

Essa capacidade de conexão entre os organismos extremistas e de mobilização de recursos interferiram no ordenamento mundial, fazendo aumentar a preocupação com a segurança interna e regional em todos os continentes. O extremismo religioso tem sido habilmente utilizado por seus líderes na cooptação das comunidades islâmicas em torno de um projeto de poder que vem sendo encarado como um importante óbice na estabilidade regional.

⁹ Guerra por procuração: durante a Guerra Fria, os dois lados, Washington e Moscou, desafiavam um ao outro, por meio de guerras por procuração, ou seja, nos conflitos militares da época, que ocorriam na periferia mais distante — Indochina, no delta do rio Mekong, Luanda, Iraque e Afeganistão, a medida do sucesso de Washington e Moscou era a eficácia com que apoiavam os aliados locais (KISSINGER, 2015).

Recentemente, o grupo extremista Estado Islâmico tem exercido o controle de vastos territórios no Norte e Oeste do Iraque e na parte central da Síria, além das áreas dominadas pelos curdos (LAURIA, 2015). O sucesso de suas campanhas e a utilização da propaganda por intermédio das mídias sociais estão sendo responsáveis pela atração de milicianos de várias nacionalidades, além de criar oportunidade para alianças com outros grupos fora do Oriente Médio, tal como ocorreu com o Boko Haram, grupo extremista que atua no norte da Nigéria, com o objetivo da estabelecer um governo islâmico em todo o país, por intermédio da implantação da lei islâmica (Sharia). A realidade acima descrita dificulta sobremaneira as ações preventivas antiterror, executadas em sua maioria pelas grandes potências, configurando-se num conflito entre as culturas islâmica e ocidental.

Entretanto, a crescente influência na comunidade árabe que exerce o grupo Estado Islâmico vem provocando o surgimento de alianças, algumas delas impensáveis em um passado recente. Como exemplo, pode-se apresentar, além da natural aliança entre os principais países ocidentais, a condenação dos ataques terroristas do Estado Islâmico em Paris por parte do Hamas e Hezbollah, como forma de evitar uma maior proeminência daquele grupo sobre o movimento palestino. Acrescentam-se, ainda, as negociações impensáveis de um cessar-fogo entre Israel e o Hamas, a fim de permitir o combate ao inimigo comum de ambos, alterando de forma substancial as relações entre os principais atores internacionais (LAURIA, 2015).

Atualmente, o foco principal dos conflitos envolvendo grupos extremistas islâmicos é a Síria e o norte da África. Na Síria, desde 2011, o ditador sírio Bashar Al- Assad encontra-se fragilizado por conta de uma guerra civil, fato este que permitiu ao grupo Estado Islâmico controlar uma extensa área na fronteira leste do país com o Iraque (FUJII, 2015). Da mesma forma, no norte da África, grupos extremistas contestam a autoridade central no norte da Nigéria, no sul da Líbia, no Mali e no Níger (OSTEBO, 2012). Em ambos os casos, estes grupos enfrentam coalizões internacionais, como a liderada pelos EUA e pela França, na Síria e no Mali, respectivamente (GALITO, 2012), contribuindo para fuga da população da guerra, refugiando-se principalmente nos países ricos da Europa, ameaçando a estabilidade social dos mesmos.

Para o Brasil houve repercuções na mobilização de algumas expressões do poder nacional, no sentido de que a presença de consideráveis contingentes de imigrantes islâmicos nas regiões de fronteira demanda ampliação dos sistemas de controle e de inteligência, principalmente nos dias atuais, já que o país sediará um grande evento de visibilidade mundial, que são os Jogos Olímpicos de 2016. Essas Olimpíadas podem se caracterizar numa excelente oportunidade para ações de grupos terroristas (BRASIL, 2014), os quais vêm agindo de maneira exponencial, nos últimos anos, em várias regiões do mundo (Figura 1). Tal cenário obriga o país a tomar medidas de segurança mais eficazes, como o aperfeiçoamento dos sistemas de proteção de estruturas estratégicas e de proteção cibernética, constituindo também numa oportunidade de aperfeiçoar a doutrina militar bem como o adestramento das Forças Armadas e das Forças de Segurança Pública.

Uma das maiores regiões produtoras mundiais de petróleo encontra-se hoje sob o controle de grupos terroristas. É o caso do noroeste do Iraque e da porção leste do território sírio, cuja posse remete ao grupo terrorista Estado Islâmico. O petróleo extraído nesta área é vendido no mercado clandestino a um custo menor

que o praticado no comércio internacional, o que atrai potenciais compradores. Além disso, esse grupo exerce o controle sobre importantes centros industriais da região, tais como a cidade síria de Aleppo e a iraquiana de Mosul. Essas realidades favorecem sobremaneira o financiamento de suas atividades, dificultando as ações dos países alinhados com as políticas de combate ao terrorismo internacional (LAURIA, 2015).

Do ora exposto, infere-se parcialmente que o extremismo islâmico é um importante agente motivador dos conflitos no Oriente Médio. As ações estratégicas, principalmente do Grupo extremista Estado Islâmico, vêm tendo relativo sucesso, principalmente diante das nações muçulmanas, permitindo sustentação financeira e manutenção de sua liberdade de ação, interferindo na estabilidade regional e internacional, com reflexo para a segurança mundial e para o desenvolvimento dos sistemas de defesa do Brasil.

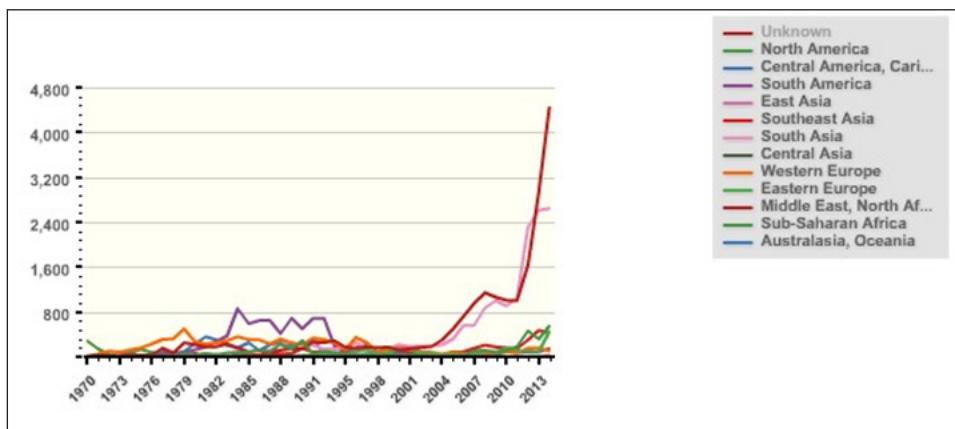


Figura 1: Global Terrorist Database (2016). Atentados terroristas por região.

3. CONCLUSÃO

A projeção de poder do Extremismo Islâmico é perceptível no âmbito mundial, não se limitando às regiões do Oriente Médio e Norte da África. Nas diversas expressões, principalmente religiosa, militar e política, o extremismo islâmico, de forma capilar, tem agido no mundo ocidental, em busca da conquista do apoio na cooptação de fiéis.

Em síntese, o extremismo islâmico, representado, atualmente, por uma das organizações mais radicais como o Estado Islâmico, tem conseguido enraizar militarmente a forma mais extrema da lei islâmica (sharia) no território que ocupa (Síria e Iraque), como também, em locais distantes, como centros urbanos da Europa Ocidental, por intermédio da vontade pessoal de alguns “lobos solitários”. Esse resultado só está sendo possível alcançar em função do uso da arma mais potente da projeção de poder das forças não convencionais: o controle da mente de seus seguidores, o que gera uma vontade ímpar de lutar em função de uma causa.

Como forma de se antepor à organização extremista EI, houve a formação de uma coalizão internacional, composta pelas potências Ocidentais, lideradas pelos

Estados Unidos, no sentido de, por intermédio de ação direta (militar), impedir a expansão desse movimento na Guerra Civil que ocorre na Síria.

No contexto da guerra civil, a população local oponente aos princípios do movimento extremista islâmico está sendo forçada a sair da região, como forma de proteger suas vidas. Essa migração forçada tem levado muitas pessoas a se arriscarem numa desesperadora travessia do Mar Mediterrâneo em barcos ilegais com precárias condições. Como resultado, muitas mortes têm ocorrido devido aos constantes casos de embarcações que vieram a naufragar. E ainda, para aqueles que alcançam o território europeu, há o desafio das precárias condições de sobrevivência em campos de refugiados.

Com uma associação simplista, parte da população da Europa Ocidental tem inferido que imigrantes oriundos de países muçulmanos significam uma ameaça para a estabilidade social local, agindo até de forma discriminatória ante a esses grupos. Como resultado, pode estar surgindo um incipiente conflito entre duas culturas civilizacionais, muçulmana e ocidental, nos países europeus.

Nesse contexto, o Brasil, uma nação receptora de imigrantes de qualquer parte do mundo, tem em seu espaço geográfico muitas comunidades descendentes do mundo islâmico. Na expressão psicossocial, o posicionamento do governo brasileiro é no sentido de condenar as atividades que atentem contra os direitos humanos e, também, mantém a sua posição de um país receptor de imigrantes oriundos das regiões conflituosas.

Politicamente, o Brasil, em conformidade com o tratamento jurídico e político do terrorismo internacional, tem expressado, reiteradamente, conforme o artigo 4º da Constituição Federal, seu repúdio inequívoco a todas as formas e manifestações do terrorismo. O arcabouço jurídico nacional para o combate ao terrorismo pode ser considerado complexo e abrangente. Ao mesmo tempo em que está preocupado com a ameaça, sancionando a recente Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, que disciplina o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista, o Brasil é crítico à guerra ao terror, pois assegura que isso tende à violação de direitos humanos e soberania. A política externa brasileira, nesse sentido, tende a defender que a melhor forma de combater o terrorismo é por meio do desenvolvimento econômico e social dos países.

No campo econômico, cabe ressaltar e reconhecer a participação efetiva, na economia brasileira, da força empreendedora das comunidades árabes estabelecidas no território nacional. Contudo, especial atenção tem-se prestado a possibilidade de recursos gerados por essas comunidades serem encaminhados para o financiamento do EI, como o efetuado pelos descendentes que estão estabelecidos na denominada região da tríplice fronteira.

Na expressão militar, é nítida a preocupação brasileira com relação à guerra não convencional desenvolvida pelos extremistas islâmicos em todo território mundial, por intermédio de ações terroristas. Em face disso, estão sendo intensificadas as preparações para os Jogos Olímpicos de 2016, no sentido dos sistemas de proteção de estruturas estratégicas e de proteção cibernética estarem com suas capacidades em pleno, visando dissuadir a ação destes grupos ou mesmo oferecer pronta resposta a qualquer comprometimento à segurança do evento.

Os sistemas de defesa do país estão sendo aprimorados, potencializando suas ações de inteligência, por meio de um planejamento integrado da inteligência

das Forças Armadas, da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e outras instituições nacionais e estrangeiras, como a Interpol. Paralelo a isso, o preparo e emprego também está sendo adestrado de forma integrada com militares das três Forças e membros dos órgãos de Segurança Pública no combate contra o terror. Tais ações naturalmente são preventivas para os Jogos Olímpicos, porém serão legado para eventos futuros, além de serem utilizadas as lições aprendidas para o aperfeiçoamento da doutrina.

Ao final, conclui-se que o extremismo islâmico constitui-se num óbice para a paz mundial e seu enfrentamento não envolve apenas o emprego do poder militar, mas sim, todas as outras formas de poder, principalmente a psicossocial. É latente a necessidade de cooperação multilateral, com ações de inteligência, com controle de fluxos financeiros e com ações de prevenção e repressão a essa ameaça, para evitar novos ataques ao redor do mundo.

REFERÊNCIAS

- BBC - Brasil. De onde vem o dinheiro que financia grupos extremistas islâmicos?http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141212_grupos_financiam_o_sb. Último acesso em: 20 de maio de 2016.
- BOTINHO, Alfredo de Andrade. Segurança de grandes eventos: um desafio para as Forças Armadas brasileiras. Trabalho de Conclusão de Curso: Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 2013.
- BRASIL, Câmara dos Deputados. Terrorismo e Grandes Eventos. Seminário Internacional sobre Terrorismo e Grandes Eventos. Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Brasília, 2014.
- BRASIL, Exército Brasileiro. Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres. Brasília-DF, 2014.
- ESCOTO, R. (2016). Guerra Irregular: A Brigada de Infantaria Paraquedista do Exercito Brasileiro na pacificação de favelas do Rio de Janeiro. Forte Leavenworth, Kansas, USA: Military Review.
- FERRO, M. (2008). O Choque do Islã - Séculos XVIII-XXI. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Biblioteca do Exercito.
- FUJII, Willian. O Estado Islâmico e o Xadrez Político dos Conflitos na Síria e no Iraque. III Semana de Ciência Política. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 27 a 29 de abril de 2015.
- GALITO, Maria Souza. AQMI – Terrorismo Islâmico no MAGREB e do SAHEL.
- Valentim, I, coord, p. 2304-0666,2012.
- Global Terrorist Database (2016). Atentados terroristas por região. Disponível em <https://www.start.umd.edu/gtd/search/Results.aspx?chart=regions&casualties_type=&casualties_max=&attack=3> Acesso em 23 maio 2016.
- GONÇALVES, Francisco Costa. A Internet como Meio de Difusão do Radicalismo Islâmico. Nação e Defesa, nº 128 – 5ª série, p. 245-263,2011.
- GONÇALVES, Francisco Jorge. O Terrorismo Jhadista na Europa: algumas tendências sobre radicalização e recrutamento. Jornal Defesa e Relações Internacionais. 2012
- KISSINGER, Henry. Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2015.
- LAURIA, Bianca Vincé. O estado Islâmico. Série Conflitos Internacionais, Vol.2. Abril de 2015.
- LAURIE, B. V., SILVA, H. R., & RIBEIRO, P. G. (2015). O Estado Islâmico (Vol. 2).
- Marilia, SP, Brasil: Observatório de Conflitos Internacionais da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP)
- MCCUEN, JOHN J. HIBRID WARS. Military Review. Mar-abr.2008
- NAPOLEONI, L. (2015). A fenix islamista: O Estado Islâmico e a reconfiguração do Oriente Medio. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Bertrand Brasil.
- OLIVEIRA, Bruno Vinícius Nascimento. Notas sobre a imigração e o estabelecimento da comunidade árabe de Foz do Iguaçu. In: Anais do V Seminário Nacional Sociologia & Política, 2014.

- OSTEBO, Terje. A Militância Islâmica em África. Resumo de Segurança de África. Nr 23, Novembro 2012.
- PENA, Rodolfo F. Alves. "Boko Haram"; Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilescola.uol.com.br/geografia/boko-haram.htm>>. Acesso em 18 de maio de 2016.
- PINHEIRO, A. D. (2009). Irregular Warfare: Brazil's fight against criminal urban guerrillas. Fort Bragg, NC, USA: Joint Special Operations University (JSOU).
- RODRIGUES, Rodrigo Lopes. A expansão do fundamentalismo islâmico, sua influência nos atuais conflitos do Oriente Médio e possíveis reflexos para o Brasil. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso - ECEME, Rio de Janeiro, 2015.
- SIRKIS, Alfredo. O Brasil e o terrorismo internacional. Disponível em <<http://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/columnistas/o-brasil-e-o-terrorismo-internacional/>>. Acesso em 18 maio 2016.
- YEHIA, Mohamed. O que é um califado? Disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/06/140630_entenda_califado_an> Acesso em 23 maio 2016.

NOTA

Grupo de Trabalho que desenvolveu o artigo:

Alunos do CPAEx

- Coronel de Infantaria MANOEL FERNANDES **AMARAL FILHO**
- Coronel de Artilharia ANTONIO SÉRGIO **CURCIO NETO**

Alunos do CCEM, 2º ano

- Tenente-coronel de Engenharia ERNANI **HUMBERTO TEIXEIRA DE PAULA FILHO**
- Major do Quadro de Material Bélico **JEAN RICARDO DE HOLANDA TORRES**
- Major de Infantaria **MARCOS AURELIO DE LIMA OLIVEIRA**
- Major de Infantaria **ALEXANDRE BARETTA**
- Major de Cavalaria **ALLAN DE ALMEIDA SERRÃO**
- Major de Infantaria **MARCELO FLÁVIO SARTORI AGUIAR**
- Major de Artilharia **RODRIGO BRANDÃO DA MOTA**

Alunos do CCEM, 1º ano

- Tenente-coronel de Engenharia **DAMASIO DOUGLAS NOGUEIRA JUNIOR**
- Tenente-coronel de Infantaria **MARCOS PAULO MOREIRA DA SILVA**
- Major de Intendência **MURILO DA SILVEIRA GUERRA**
- Major de Infantaria **ALEXANDRE PEREIRA FIGUEIREDO**
- Major de Artilharia **RENATO MACEDO BIONE DA SILVA**
- Major de Cavalaria **RAFAEL DE MATTOS FALCÃO**

Para manter-se atualizado sobre os assuntos relativos a Doutrina Militar acesse o seguinte endereço na internet:

<https://doutrina.ensino.eb.br/>

The screenshot shows the homepage of the Doutrina Militar Terrestre website. At the top left is the DECEX logo. The main title "Doutrina Militar Terrestre" is prominently displayed in the center. On the left, there is a login form with fields for "Nome de usuário" and "Senha" and a "Acesso" button. The central area features a large, slightly blurred image of a military base or camp with various vehicles and structures. Overlaid on this image are the text "Assessoria de Doutrina do DECEX" and "Doutrina Militar Terrestre". To the right of the image, a text box states: "Propiciar maior absorção de experiências profissionais e de trabalhos de pesquisas doutrinárias pelo Sistema Exército, possibilitando o aprimoramento da doutrina Militar Terrestre". Below this is a button labeled "Saiba mais sobre os objetivos desse Projeto". A section titled "Áreas de Trabalho" follows, listing three projects: "PRODUTOS DE ESTUDOS DOUTRINÁRIOS - AÇÕES A REALIZAR", "ESTUDOS SOBRE A INSERÇÃO DO SEGMENTO FEMININO NO EXÉRCITO", and "Portal da Doutrina - Doutrina Militar - Assuntos Gerais". Each project has an associated administrator name.

Doutrina Militar Terrestre

Acesso

Nome de usuário

Senha

Acesso

Assessoria de Doutrina do DECEX

Doutrina Militar Terrestre

Propiciar maior absorção de experiências profissionais e de trabalhos de pesquisas doutrinárias pelo Sistema Exército, possibilitando o aprimoramento da doutrina Militar Terrestre

Saiba mais sobre os objetivos desse Projeto

Áreas de Trabalho

PRODUTOS DE ESTUDOS DOUTRINÁRIOS - AÇÕES A REALIZAR

Administrador: Cel GIÁCOMO - Antonio Giácomo Filho

ESTUDOS SOBRE A INSERÇÃO DO SEGMENTO FEMININO NO EXÉRCITO

Administrador: Cel GIÁCOMO - Antonio Giácomo Filho

Administrador: Maj COUTINHO NASCIMENTO - C. Nascimento

Portal da Doutrina - Doutrina Militar - Assuntos Gerais

Administrador: Cel GIÁCOMO - Antonio Giácomo Filho

A GUERRA HÍBRIDA E OS REFLEXOS PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO

TENENTE-CORONEL ALESSANDRO PAIVA DE PINHO¹

1. INTRODUÇÃO

O pensamento militar considera a existência de quatro gerações de guerra, o que serve não só para categorizar o fenômeno da guerra em características muito similares, mas também para limitar o estudo desses conflitos de forma temporal.

Essa caracterização ganhou força a partir da década de 1980, quando se acreditou que o término da guerra fria invariavelmente conduziria e determinaria as novas formas de combate do futuro. Por isso, os pensadores dividiram a evolução dos conflitos armados em quatro fases distintas, tendo o século XVII como ponto de partida.

A 1^a Geração, iniciada em 1648, com a “Paz de Westphalia”, permitiu o nascimento das relações internacionais entre estados soberanos e caracterizou-se pelo uso do princípio de guerra da massa, no qual grandes exércitos, carregando suas bandeiras nacionais, colidiam no campo de batalha. A era napoleônica é o símbolo desse período, fase em que a Europa assistiu a grandes batalhas expansionistas da máquina de guerra francesa.

A 2^a Geração caracterizou-se pelo sensível avanço tecnológico das armas de fogo, o que possibilitou o emprego intensivo e ajustado dos fogos pelos exércitos dos estados nacionais. Essa fase teve seu ápice durante os combates eminentemente estáticos da Primeira Guerra Mundial (Guerra de Atrito), também em território europeu.

Na 3^a Geração, os estrategistas militares abandonaram as posições estáticas e desenvolveram estratégias mais dinâmicas e coordenadas. Os exércitos passaram a priorizar a Guerra de Manobra, utilizando-se do fogo e movimento como forma de posicionar o inimigo em uma situação desvantajosa e assim derrotá-lo no campo de batalha. Foi assim que os alemães, utilizando-se das técnicas criadas por Erick Von Manstein e aperfeiçoadas por Heinz Guderian, empregaram a Blitzkrieg, caracterizada por manobras com grande rapidez e profundidade e que permitiu à máquina de guerra alemã conquistar grande parte da Europa em reduzido espaço temporal, conduzindo o mundo à segunda guerra mundial.

Já o conceito de 4^a Geração foi tratado pelos grandes pensadores na década de 1980, quando o equilibrado poderio militar nuclear dos EUA e da URSS e o consequente medo de uma guerra de proporções catastróficas para a humanidade traria como reflexo a ocorrência de conflitos cada vez mais periféricos,

¹ O autor é instrutor da ECEME.

conduzidos entre Estados ou entre grupos e Estados. Nesse período, ganham destaque os conflitos assimétricos, nos quais grupos ou estados mais fracos empregam táticas irregulares para vencer oponentes mais fortes. É nesse contexto que as ideias de Samuel Huntington, publicadas em 1996 em seu livro “Choque das Civilizações” sintetizam o período, em que os conflitos tendem a ocorrer devido às diferenças dos interesses coletivos dos grupos e não necessariamente entre Estados nacionais, fato comprovado em diversos eventos do pós-Guerra Fria, como a Derrubada das Torres Gêmeas (2001), a Guerra do Afeganistão (a partir do final de 2001) e a Guerra do Líbano (2006).

Atualmente, a 4^a Geração dos conflitos encontra um ambiente muito mais complexo, fruto não só da evolução da tecnologia e da complexidade da sociedade moderna, com presença de outros atores não estatais- sobretudo a mídia e organizações não-governamentais - mas também pela da interconectividade global, o que reflete diretamente sobre a capacidade de comando e controle dos estados nacionais e/ou grupos locais influir sobre a estrutura decisória de seus oponentes.



Figura 1: Na guerra contra o Hezbollah, em 2006, Israel enfrentou táticas combinadas de combates regulares, irregulares e de operações psicológicas que permitiram ao grupo islâmico atingir seus objetivos políticos e obrigaram o Estado de Israel a repensar sua doutrina militar

Fonte: http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/international/newsid_7218000/7218535.stm

É nesse ambiente complexo e altamente volátil que se caracteriza o amplo espectro, em que o ciberespaço é amplamente utilizado, as ameaças tornam-se ainda mais difusas e os conflitos se ampliam, com novos atores e novas possibilidades de combater. Segundo Hoffman (2009), esse ambiente proporciona excelentes condições para o surgimento de um novo paradigma, o qual definiu como uma nova forma de combater: a Guerra Híbrida.

O objetivo deste artigo é trazer o tema ao debate. Para isso, foram traçados como objetivos principais: identificar origens e características, conhecer o caso ucraniano como paradigma de utilização do conflito híbrido e os possíveis reflexos para o pensamento de defesa brasileiro.

2. A GUERRA HÍBRIDA: ORIGENS E CARACTERÍSTICAS

O termo “Guerra Híbrida” foi citado pela primeira vez em 1948, pelo diplomata, historiador e cientista político norte-americano George Kennan, e reeditado, em 2007, pelo Coronel da Reserva do Exército dos EUA, Frank Hoffman, em seu estudo aprofundado sobre a segunda guerra do Líbano, conflito

entre Israel e o grupo não-estatal xiita Hezzbollah.

Para a grande maioria dos pensadores e estudiosos do tema, o termo Guerra Híbrida reflete um tipo de conflito muito particular e pertencente ao ambiente globalizado da atualidade, recheado de incertezas, ameaças e pela disponibilidade e fácil acesso a produtos de alta tecnologia. Consiste em novidade na medida em que considera não só os atores envolvidos (estados nacionais, grupos guerrilheiros, redes criminais ou empresas contratadas), como também pelos meios utilizados (armamentos simples ou sofisticados) e pelas táticas empregadas (convencionais, irregulares, atos terroristas, insurgência, guerra de guerrilha e operações de informação).

Por definição, Guerra Híbrida é um conflito em que se utilizam táticas regulares, irregulares, atos criminosos, terrorismo, ataques cibernéticos, pressão econômica e a coerção para quebrar a capacidade do estado-alvo em se defender e assim conseguir atingir os objetivos políticos. Segundo Davis (2015, p.3) pode-se utilizar a visão de Hoffman (2007), aceita nos meios acadêmico e militares, segundo a qual:

“ As guerras híbridas incorporaram diferentes modos de combate, incluindo capacidades convencionais, táticas irregulares, atos terroristas, incluindo violência indiscriminada e coerção, e desordem criminosa”

No contexto das profundas transformações a que o mundo assiste, os reflexos para os conflitos bélicos são claros. Novos conceitos buscam explicar e traduzir essas mudanças na forma de combater e de conduzir a guerra. A guerra híbrida é a expressão mais atualizada de uma tendência que para muitos está bem clara: a condução da guerra nesses novos tempos possui características próprias.

Assim, surgiram diferentes termos para explicar as novas guerras do século XXI, como as guerras de quarta e quinta gerações (Lind, Hammes 2005), guerra dos três blocos (Krulak, 1999), guerra sem restrições e ilimitada (Liang e Xiangsui, 2004), guerra no meio do povo (Smith, 2005) e a guerra complexa.

Nos meios militares, diversas definições sobre a Guerra Híbrida praticamente convergem para um mesmo conceito. Para o Chefe do Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos, a Guerra Híbrida é um tipo de conflito onde o adversário emprega “diversas e dinâmicas combinações de capacidades convencional, irregular, terroristas e criminais”. Já a OTAN a define como conflitos onde o adversário tem “a capacidade de empregar, de forma simultânea, habilidades convencionais e não-convencionais para a atingir seus objetivos”.

Outra definição bastante abrangente sobre o termo afirma que:

“Guerra Híbrida é um conflito armado conduzido pela combinação de meios não-militares e militares com efeitos sinérgicos para compelir ou induzir o inimigo a agir de forma diferente do que ele próprio deveria” (JAGELLO, 2015, p.08)

Durante recentes conflitos, em que se identificaram características comuns ao conceito de guerra híbrida, verificou-se que nas guerras do Líbano (2006), da Geórgia (2008) e da Ucrânia (2014-2015), as forças se valeram de

variadas ferramentas para atingir os objetivos políticos, entre elas:

- agitadores locais, para desestabilizar a conjuntura interna do país-alvo;
- envio de Forças Especiais (FE) para fomentar focos guerrilheiros e grupos insatisfeitos;
- ataques cibernéticos para enfraquecimento da estrutura de poder no país -alvo;
- combates convencionais quando possuíam chance de êxito local;
- combates irregulares;
- pressão diplomática para pausas nos combates, concentração de meios e para isolamento internacional do país-alvo;
- pressão econômica sobre aliados;
- operações de informação;
- ações criminosas e/ou terroristas para desestruturação do país-alvo;
- construção de narrativa contra o poder central do país-alvo;
- negativa da responsabilidade por operações ostensivas ou por efeitos colaterais indesejáveis.



Figura 2 : Características da Guerra Híbrida

Fonte : arquivo pessoal do autor

A preocupação com as ameaças híbridas cresceu sensivelmente nos últimos anos. Segundo Leal(2015), esse tema passou a ganhar relevância na internet a partir de novembro de 2009 e com maior ênfase em 2014-2015. Conforme pesquisa daquele autor, a ferramenta Google Trends apresenta essa tendência, particularmente no idioma inglês, o que sinaliza a preocupação da comunidade internacional com o tema.

Já em 2014, essa preocupação tornou-se algo concreto após a invasão da Criméia e a Guerra da Ucrânia. Configurada a invasão de tropas regulares descaracterizadas (Little Green Man), a OTAN, que experimentava um complexo processo de diminuição de efetivos militares, sobretudo de suas tropas blindadas pesadas, passou a enxergar uma grave ameaça à soberania dos países europeus: a possibilidade da presença de tropas russas cruzando as fronteiras europeias.

Desse modo, a OTAN passou a estudar e debater a estratégia russa

empregada na Ucrânia. Diversos fóruns e trabalhos passaram a defender a necessidade de retorno `a antigos conceitos de combate regular, de aumento do poder de fogo e de prontidão das tropas europeias, tudo com objetivo de estar em condições de neutralizar essa ameaça.

Nesses estudos, especialistas em temas de defesa detectaram que as características da guerra híbrida e as debilidades apresentadas pela OTAN, principalmente no processo de tomada de decisão do Alto Comando de defesa na Europa, potencializaram a ameaça Russa, e, por isso, tais preocupações tornaram-se prioridade no planejamento daquela organização.

Em 2015, decorrente das preocupações norte-americanas com as novas ameaças presentes nos campos de batalha, o governo norte-americano publicou a nova Estratégia Militar de Defesa dos EUA. Esse documento expressa de modo bastante claro o nível de preocupação dos EUA com o tema, ao afirmar que “os conflitos híbridos misturam forças convencionais e irregulares para criar ambiguidade, manter a iniciativa e paralisar o adversário...” (EUA, 2015). O citado documento diz ainda que “os conflitos híbridos podem consistir em ações de forças militares que assumem uma identidade não-estatal, ou envolver capacidades das organizações extremistas violentas” (EUA, 2015).

A partir desse momento, em que os pensadores militares europeus e americanos concordaram acerca da fragilidade da preparação militar europeia frente a essas ameaças, o planejamento dos exercícios militares passaram a priorizar o adestramento da tropa em operações no amplo espectro, com foco em adquirir capacidades para enfrentar as ameaças advindas da agressiva política de Vladimir Putin no entorno estratégico russo.

Em 2015, foi desencadeada a Operação TRIDENT JUNCTURE, o que ratifica a nova postura da OTAN, e reuniu cerca de 35.000 homens no maior adestramento em solo europeu desde a guerra fria, inserido em um quadro tático de amplo espectro onde o inimigo atuava como uma verdadeira ameaça híbrida.



Figura 3: A Operação TRIDENT JUNCTURE 2015 reuniu cerca de 35.000 homens de 30 países, em 16 cenários, lutando contra ameaças híbridas.

Fonte: <http://www.forumdefesa.com/forum/index.php?topic=12300.0>

3. UM PARADIGMA DE GUERRA HÍBRIDA: A ATUAÇÃO RUSSA NA UCRÂNIA

Após o 11 de setembro de 2001 e os subsequentes conflitos deflagrados com a derrubada das Torres Gêmeas, uma análise sobre as características dessas guerras apontaram para a tendência em acreditar que os conflitos irreversivelmente seriam marcados por características bastante claras: grupos insurgentes atuando contra forças oponentes muito superiores, normalmente coalizões internacionais.

Esse modelo foi ratificado pela Guerra do Iraque e do Afeganistão. Segundo a tendência, tanto os EUA como a OTAN, buscaram desenvolver uma doutrina baseada no conceito de contra-insurgência, que passou a ditar o adestramento e o estudo nas diversas escolas militares. Tal fato não só condicionou a evolução doutrinária desses exércitos, como também se replicou nas forças armadas aliadas nos diversos continentes, inclusive no Brasil, cuja presença de militares das três forças em cursos e operações em seus congêneres naquele país influencia o alinhamento dos conceitos.

O que se construía - ou pelo menos indicava- era um modelo onde as operações regulares pareciam estar relegadas a um plano inferior, onde o combate à insurgência seria a prioridade e o foco das operações militares. Alguns pensadores chegaram a defender a ideia da inviabilidade da ocorrência de um conflito com características regulares na atualidade. E então, um evento voltou a mostrar que qualquer conclusão sobre a evolução da guerra pode ser precipitada: a estratégia russa na Ucrânia.

Em 2012, assumiu o Chefia do Estado-Maior das tropas russas o general Valery Gerasimov, função que corresponde ao comando geral das forças militares. Militar especialista em tropas blindadas, lutou na Segunda Guerra da Chechênia e foi comandante dos Distritos Militares de Moscou, Leningrado e Central. Profundo estudioso da história militar e da doutrina russa, utilizou experiências da Rússia na Segunda Guerra Mundial para escrever diversos artigos sobre a utilização de diferentes ferramentas na guerra. Analisou a doutrina russa conhecida como “Maskirovka”², onde as forças militares utilizam-se de diversas ferramentas para enganar e negar ao inimigo a capacidade de decidir com oportunidade, conduzindo o inimigo a agir de acordo com os interesses do atacante.

Ao assumir o principal posto militar da Rússia, Gerasimov iniciou gradativo processo sua ideias. Atualizou a doutrina, inserindo ferramentas existentes no atual mundo globalizado, principalmente a interdependência econômica e alta tecnologia disponível. Transformou a mentalidade militar russa, buscando dominar o ambiente virtual, considerado por ele essencial para triunfar em um conflito bélico, principalmente para proporcionar as condições para dominar a narrativa e impedir o oponente de fazê-lo. Para Gerasimov:

“Os meios não militares utilizados para alcançar objetivos militares ou estratégicos cresceram e, em muitos casos, excederam o poder das armas em eficácia”

Ao assumir o posto mais alto na hierarquia militar russa, iniciou

² O termo significa máscara e serve para explicar as táticas soviéticas utilizadas para enganar o inimigo no campo de batalha durante a 2ª Guerra Mundial.

gradativo processo de adoção dessas ferramentas pelo Kremlin, por entender se tratar de uma tradição russa na forma de combater, criando uma doutrina ainda mais completa, que ficou conhecida nos meios militares como Maskirovka 2.0. Gerasimov defende a rápida adaptação aos novos métodos de combate e cita o pensador militar russo Alexander Svechin, que em suas obras defendia que “(...) a situação da guerra é extremamente difícil de prever (...) para cada guerra é necessário desenvolver uma linha especial de comportamento estratégico, onde é impositivo a criação de uma lógica própria especial, em vez da aplicação de um modelo”.



Figura 4: General Gerasimov, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Russas desde 2012
Fonte: <https://syrianfreepress.wordpress.com/2014/12/11/>

Durante a crise na Ucrânia, assim que definiu seus objetivos políticos na região, a Rússia utilizou o que Karber (2015) chamou de “Estratégia do terrorismo de Estado”. Nesse sentido, é atribuído à Rússia o uso de variadas ferramentas militares e não-militares, das quais destacam-se:

- Apoio aos grupos insurgentes locais, como a Guerrilha NOVA RÚSSIA, com pesados equipamentos e tecnologia, desenvolvendo naquele grupo uma capacidade de realizar operações como força regular, com artilharia, meios blindados e sofisticada estrutura de comando e controle.
- envio de operadores de Forças Especiais (FE), utilizados não só no treinamento dos grupos insurgentes, como também para ações pontuais contra alvos selecionados;
- uso de agitadores locais para desestabilização da região-alvo, o que não apenas criou o caos social, mas também retardou os processos decisórios da Ucrânia e da OTAN;
- uso intensivo de pressão diplomática;
- pressão política;
- reposicionamento de tropas ao longo da fronteira;
- uso de Hackers em ataques cibernéticos contra a estrutura de poder da OTAN e da Ucrânia;

- pressão econômica;
- utilização da mídia social para a construção da narrativa pró-Rússia;
- emprego de forças regulares descharacterizadas;
- negação da identidade estatal russa nas ações contra a Ucrânia;
- largo emprego de Operações de Informação;
- planejamento e coordenação do emprego dos diversos meios disponíveis;



Figura 5: Uso de agitadores pró-Rússia fortemente armados serviu para desestabilizar e enfraquecer a Ucrânia

Fonte: www.flageloruso.blogspot.com

Em 2015, em palestra proferida no *Center for Strategic and International Studies*, em Washington-EUA, Phillip Karber, durante o Fórum Militar Russo, apresentou o tema “Guerra Híbrida Russa: Implicações para a Ucrânia e além”. Nesse fórum, o autor analisou a participação russa nos eventos da crise ucraniana e caracterizou a atuação daquele país, segundo seu entendimento, da seguinte forma:

- Em uma primeira fase, o objetivo era criar, de forma simultânea, instabilidade em diversas cidades dentro do território ucraniano, insuflando o conflito entre os pró-Rússia e os demais, dividindo a nação em duas vertentes bem definidas. Nesse sentido, a construção da narrativa da autodeterminação do povo do leste ucraniano – onde 70% da população se define como russa – contribuía para essa instabilidade.

- Em uma segunda fase, a atuação da Guerrilha, o emprego de elementos infiltrados, o uso de mercenários, a atuação de grupos criminosos locais, a pressão econômica, o uso da diplomacia para pausas nas operações e de outros estratagemas, buscaram arruinar a economia e destruir a infraestrutura local, causando o colapso do Estado e comprometendo seu processo decisório.

- Na terceira fase, penetrar na região com maciço apoio de forma a emergir como solução ao caos, substituindo o poder local com seus simpatizantes. Nesse sentido, a atuação de forças russas como de “manutenção da paz” e comboios humanitários russos ratificam essa postura.

No campo tático, a Rússia empregou Forças Especiais e tropas regulares denominadas Grupo Tático de Batalhão, integrado por tropas de artilharia, tropas

mecanizadas e tropas blindadas, que evidenciavam a combinação de armas em um nível abaixo da Brigada. Todas descaracterizadas como forças russas. Além disso, as operações regulares da guerrilha NOVA RÚSSIA contra as tropas ucranianas, como na Batalha de Debaltseve³, trouxeram à OTAN uma nova realidade: a Europa não estava preparada para uma guerra com características convencionais, perdendo essa capacidade durante o período em que buscou a redução de suas forças blindadas pesadas e seu adestramento priorizou o combate de contrainsurgência.



Figura 5: Na Batalha de Debaltseve, tropas Ucranianas(Azul) foram derrotadas no combate convencional pelas forças da guerrilha DPR

Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Battle_of_Debaltseve

A partir dos eventos na Ucrânia, a OTAN realizou profunda mudança em sua abordagem sobre a segurança continental. Diversos fóruns de debates foram abertos e a temática passou a ser prioritária em congressos e seminários. Novos planejamentos e propostas de reestruturação das forças militares foram apresentadas. Entre as propostas apresentadas no Comitê de Segurança e Defesa da OTAN, em 7 de abril de 2015, destacam-se ações que visam fortalecer a estrutura de defesa da Europa, principalmente para se opor às usadas pelo Kremlin entre elas:

- criação de tropas de Pronta-Resposta para enfrentar ameaças contra a soberania dos estados-membro. Além disso, busca-se a modernização na

³ A batalha de Debaltseve foi travada em janeiro de 2015 e vencida pela Guerrilha do *Donetsk People's Republic* (DPR). Esse grupo guerrilheiro utilizou forças mecanizadas/ blindadas em uma manobra de duplo desbordamento. Com isso, o DPR reconquistou a localidade de Debaltseve e obrigou o Exército Ucraniano a realizar um movimento retrógrado para abandonar suas posições defensivas na direção da localidade de Artemivsk.

mobilização e no processo de tomada de decisão dos estados-membros, de forma a reduzir o tempo para a decisão política de emprego;

- incrementar a percepção estratégica das ameaças, visando agilizar os processos decisórios da OTAN, algo que foi bastante criticado nos eventos na Ucrânia;

- melhorar as comunicações estratégicas de forma a se contrapor a propaganda de um estado atacante; e

- fortalecer estruturas e economias da Europa de forma a manter a capacidade continental de sustentar operações de longo prazo contra quaisquer ameaças.

4. POSSÍVEIS REFLEXOS PARA A DOUTRINA MILITAR TERRESTRE DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Desde que percebeu a evolução no cenário global, o Exército Brasileiro (EB) entendeu que era essencial realizar a atualização da matriz doutrinária utilizada pela Força Terrestre. Nesse sentido, a partir do final de 2013, foi realizado esforço na produção de manuais que incluíssem a complexidade do ambiente operacional moderno. O objetivo era claro: proporcionar ferramentas para que o Exército atuasse contra ameaças de diferentes matizes em um ambiente operacional de amplo espectro.

Notadamente, os manuais da Doutrina Militar Terrestre (DMT), de Operações, da FTC e o da FTC em Operações trouxeram esses conceitos e essas preocupações, inserindo as características e as ameaças do amplo espectro nos planejamentos do EB.

Essa atualização doutrinária, realizada ao longo dos anos 2014 e 2015, será consolidada nos próximos anos, aproveitando o processo de transformação do exército que está em curso, cujo objetivo é transformar a Força Terrestre em um instrumento de combate da era da informação.

Com essas modificações, o EB indicou, com antecedência, o que seria a realidade nos meios militares europeus com os reflexos da guerra híbrida russa: a guerra é muito mais complexa do que a definição entre convencional ou não-convencional, e as ferramentas disponíveis para se opor às ameaças devem contemplar necessariamente a atualização doutrinária e o adestramento em ambientes complexos. Nessa realidade, o estamento militar seguramente será apenas um dos componentes que contribuirá para atingir o Estado Final Desejado (EFD).

Em paralelo ao problema vivido pelo continente europeu em 2014, pode-se constatar que a América do Sul reúne, na atualidade, ambiente consideravelmente favorável aos conflitos híbridos, o que poderá refletir no emprego da Força Terrestre. O subcontinente possui países que se enquadram em “Estados Débeis” e que poderiam se valer de conflitos híbridos para atingir seus objetivos. Além disso, já há algum tempo e devido a uma série de condições políticas, econômicas e sociais, essa região vive a realidade dos problemas característicos do amplo espectro, como por exemplo:

- existência de ideologias conflitantes em nações regionais, o que potencializa o conflito;

- questões fronteiriças ainda pendentes entre diversos países da região;
- presença de crimes transnacionais, como contrabando e narcotráfico, fragilizando as estruturas estatais de poder;
- corrupção em todas as nações sul-americanas;
- existência de grupos narcoguerrilheiros, sobretudo no Peru e na Colômbia;
- divisões políticas dentro dos países que dificultam a coesão nacional;
- presença de grupos não-estatais com grande poder financeiro e político;
- interesses internacionais em recursos estratégicos existentes na América do Sul;
- dificuldade de integração regional;
- pobreza extrema, com péssimos índices de qualidade de vida;
- baixo nível educacional da população;
- histórico de resolução de problemas pela via militar;
- sofisticação do crime organizado;
- falta de controle sobre o contrabando de armas e sistemas sofisticados;
- baixo investimento em Defesa;
- insegurança jurídica na maioria das nações sul-americanas;
- contingentes populacionais estrangeiros dentro das nações sul-americanas;
- existência de acordos militares entre países da região e potências militares estrangeiras, com destaque para os acordos entre a Venezuela e a Rússia e entre Colômbia e os Estados Unidos da América.

Com essas características do ambiente operacional da América do Sul, as Forças Armadas do Brasil devem estar atentas à evolução do quadro geopolítico local, principalmente quanto a possibilidade da ocorrência de problemas intrarregionais, seja entre atores estatais ou entre atores estatais e não-estatais. O desgaste econômico e político do Mercosul poderá retardar a sonhada integração regional e potencializar antigas desavenças, e por isso, o Exército Brasileiro deverá estar apto, tanto em sua doutrina, quando em seu equipamento e adestramento, a ser empregado em ambiente com essas variantes.

Nesse sentido, os currículos das escolas do Exército responsáveis pela formação de seus recursos humanos estão sofrendo forte atualização. Foi necessário incluir assuntos que permitam ao militar atuar dentro da complexidade do Teatro de Operações moderno. O Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEEx) incluiu em seu planejamento anual, desde 2014, uma manobra escolar integrada por todos os Estabelecimentos de Ensino (EE), onde todos os alunos, futuros profissionais da Força, planejaram e executaram uma operação em um quadro tático de amplo espectro, contra um inimigo que atuava com perfil híbrido.

Essa Força Terrestre vem sendo testada ao longo da última década. Seu Manual de Operações cita que o conceito operativo do EB é atuar no amplo espectro e que, para isso, a FT irá utilizar as operações ofensivas, defensivas, de pacificação e de apoio a órgãos governamentais de forma simultânea ou sucessiva, e assim cumprir sua missão. Nesse sentido, o Exército vem se adestrando em missões de pacificação do Haiti, de Apoio à órgãos governamentais, na Maré, no Alemão, em Operações de Combate a ilícitos na fronteira, em ambiente

interagências, em missões de Ajuda Humanitária, em operações combinadas entre nações sul-americanas, na coordenação da segurança de grandes eventos (Copa do Mundo e Olimpíadas), sempre atuando em diferentes ambientes jurídicos, com diferentes atores. Tais operações proporcionaram experiência nesse ambiente complexo, tornando o Exército Brasileiro, principalmente seus oficiais e sargentos, referência nesses tipos de operações.

5. CONCLUSÃO

O presente artigo teve por objetivo debater sobre a Guerra Híbrida, seu conceito, particularidades e características, além de tratar sobre possíveis reflexos para o Exército Brasileiro da ocorrência desse tipo de conflito.

Nesse sentido, é fácil constatar que o mundo da era da informação está mudando rapidamente, e como fenômeno da guerra não é diferente. Os conflitos deflagrados na atualidade ratificam essa mudança. Novos atores, a facilidade de acesso a armamentos com sofisticada tecnologia e a interconectividade global trouxeram novos componentes e transformaram o ambiente em uma complexa teia de relações onde nem o poder militar, nem o poder político atingirá de forma isolada o Estado Final Desejado.

Os eventos na Ucrânia trouxeram uma nova forma de combater. Independentemente do nome que possamos dar, seja Guerra Híbrida, Guerra Irrestrita, Guerra Composta, ou qualquer outra denominação, o fato é que as ferramentas utilizadas pela Rússia criaram uma forma bastante eficaz de lutar em um ambiente de amplo espectro. Ao utilizar uma variada gama de estratégias contra seus adversários, a Rússia soube potencializar todas as facilidades desse ambiente, atuando com atores estatais e não-estatais, grupos criminosos, forças convencionais ou não-convencionais e a diplomacia para levar a confusão e instabilidade ao Estado-alvo, dificultando a tomada de decisão.

No caso do Exército Brasileiro, as mudanças implementadas desde 2014, além das inúmeras missões operacionais reais em que a Força Terrestre foi empregada, trouxeram experiências bastante expressivas na atuação no amplo espectro. Mesmo com as dificuldades do poder político brasileiro em identificar e mitigar as ameaças híbridas contra o Estado brasileiro, o EB se manteve em uma posição de liderança regional para atuar nesse tipo de conflito. Isso por dispor de doutrina, experiência e adestramento muito superiores aos seus possíveis adversários. Nesse sentido, o Exército Brasileiro deve manter-se firme no caminho da modernização para se tornar, não só uma força militar da era da informação, mas, principalmente, em um instrumento de combate eficaz que, preservando suas tradições, possa olhar para o futuro e se manter, assim como tem sido desde Guararapes, o verdadeiro e invicto guardião da soberania brasileira.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Exército Brasileiro. Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres, EB20-MF10.211. 1a ed. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2014.
- _____. A Força Terrestre Componente, EB20-MF10.202. 1a ed. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2014.

- BRASIL. Exército Brasileiro. A Força Terrestre Componente nas Operações, EB20-MF10.301. 1a ed. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2014.
- _____. _____. Doutrina Militar Terrestre, EB20-MF10.102. 1a ed. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2014.
- _____. _____. Operações, EB20-MF10.103. 1a ed. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2014.
- BOOT, Max. Countering Hybrid Warfare. Armed Conflicts Survey, chapter 1, part I, p. . IISS, London, 2015. Disponível em: <<https://www.iiss.org/publications/acs/by20year/army-conflict-survey-2015-46e5/acs-2015-03-essays-f813>>. Acesso em: 19 set. 2015.
- BRASIL. Decreto no 3.128, de 5 de agosto de 1999. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3128.htm>. Acesso em 27 ago. 2015.
- FLEMING, Brian P. The Hybrid Threat Conflict: Contemporary War, Military Planning and the Advent of Unrestricted Operational Art, Monografía, School of Advanced Military Studies, United States Army Commandand General Staff College, Kansas. 2011. <https://www.hSDL.org/?view&did=700828>. Acesso em 7 abril de 2016.
- DAVIS JR, Jonh R Major. Continued evolution of hybrids threats. The Three Swords Magazine 28/2015. EUA, 2015.
- EUA. National Military Strategy. Washington, 2015. Disponível em: <<http://acqnotes.com/acqnote/acquisitions/national-military-strategy-nms>>. Acesso em: 3 ago 2015.
- GLENN, R. 'Thoughts on Hybrid Conflict', Small Wars Journal, 2 March 2009,Disponível em: <http://smallwarsjournal.com/mag/docs-temp/188-glen.pdf>
- GUINDO, Miguel García; MARTÍNEZ, Gabriel; GONZÁLEZ, Valera. La Guerra Híbrida: nociones preliminares y su repercusión en el planeamiento de los países y organizaciones occidentales. Granada: Instituto Español de Estudios Estratégicos, 2015. Disponível em: <http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_trabajo/2015/DIEEET02-2015_La_Guerra_Hibrida_GUindo_Mtz_Glez.pdf>. Acesso em: 28 Ago 2015.
- HOFFMANN, F. G. Conflict in the 21stCentury: The Rise of Hybrid Wars, Potomac Institute for Policy Studies, Arlington, Virginia, Dec 2007. Disponível em: http://www.potomacinstitute.org/images/stories/publications/potomac_hybridwar_0108.pdf.
- JAGELLO 2000. Hybrid Warfare: A new phenomenon in Europe's security environment. Ostrava. Praga, 2015.
- KARBER, Phillip. The Russian Military Forum: Russia's Hybrid War Campaign: Implications for Ukraineand Beyond. Center for Strategicand International Studies.
- MCCUEN, John J. Hybrid Wars, Military Review, março-abril, 2008.
- MUNICH Security Conference Foundation. The Munich Security Report 2015. Munique, 2015. Disponível<<http://www.eventanizer.com/MSC2015/MunichSecurityReport2015.pdf>> Acesso em: 26 ago. 2015.
- LEAL, Paulo Cesar. A Guerra Híbrida: Reflexos para o Sistema de Defesa do Brasil. Centro de estudos Estratégicos. Informativo nº 06/2015. Brasília, 2015.
- OTAN. Hybrid War – Does it even exist? Disponível em www.nato.int/docu/review/a;don-in-2015/hybrid-modern-warfare
- PAIVA, Luiz Eduardo da Rocha. Tensões sociais, revoluções coloridas e guerras híbridas: histórico, métodos, reflexos para o Brasil e ensinamentos. Brasília: Centro de Estudos Estratégicos do Exército, 2015.
- PIELLA, Guillem Colom. El Auge de Los Conflictos Híbridos? Instituto Español de Estudios Estratégicos (IEEE). Documento Opinión. Espanha. 2014. Acesso em Fev 2016.
- QUESADA, Josep Basqués. Las Guerras Híbridas: Un balance provisional. Instituto Español de Estudios Estratégicos (IEEE). Documento de Trabajo 01/2015. Espanha. 2015. Acesso em Jan 2016.
- RÁCZ, András. Russia's Hybrid War in Ukraine: Breaking the Enemy's Ability to Resist. Finnish Institute of International Affairs, 2015. Disponível em: <http://www.fiiia.fi/fi/publication/514/russia_s_hybrid_war_in_ukraine/>. Acesso em: 26 ago. 2015.
- SPUTNIK News. West Tried to Stage Another Color Revolution in Ukraine – Lavrov. Disponível em <<http://sputniknews.com/world/20140424/189342116/West-Tried-to-Stage- Another-Color-Revolution-in-Ukraine--Lavrov.html>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

CONSIDERACIONES SOBRE LAS OPERACIONES CONTRA LA INSURGENCIA

TENENTE-CORONEL JESÚS PADÍN¹

1. INTRODUCCIÓN

El marqués de Santa Cruz de Marcenado (1684-1732), militar español autor de la obra “Reflexiones Militares”, fue uno de los primeros tratadistas que abordó el análisis de los conflictos desde una perspectiva centrada en la población, idea que con el tiempo acabaría evolucionando hacia el más reciente concepto de “ganar los corazones y las mentes” de los habitantes del área donde opera un movimiento insurgente. El estudio de los eventos pasados muestra que la lucha entre la insurgencia y la contrainsurgencia constituye una de las modalidades de conflicto más habituales de la historia reciente, pues durante las últimas décadas los cinco continentes han presenciado distintos episodios de esta modalidad de enfrentamiento bélico. El presente artículo tiene por objeto realizar unas breves consideraciones relacionadas con este tipo de conflictos, sobre la base de la actuación de las fuerzas internacionales participantes en recientes operaciones de esta naturaleza.

2. DESARROLLO

La lucha contrainsurgente difiere en muchos aspectos del combate convencional. Aunque puede exigir la realización de actividades de combate, el verdadero campo de batalla donde se dirime su éxito o su fracaso no es el área de responsabilidad geográfica asignada a las Unidades, sino el campo de las ideas, pues se trata de una modalidad de conflicto de naturaleza eminentemente política. Por ello, el auténtico escenario de combate será el de las percepciones, y de manera especial, las percepciones de los habitantes que pueblan el área de operaciones. En este contexto, las armas que se muestran más eficaces no son letales. La cooperación cívico-militar, las operaciones de información, una adecuada política de comunicación pública y una sólida posición ética y legal pueden proporcionar resultados más provechosos que el empleo de medios letales.

El componente esencial de un movimiento insurgente es la doble naturaleza violenta y política, a veces combinada con premisas religiosas, que orienta su actuación. A la hora de diseñar una estrategia eficaz para ayudar a un tercer país, afectado por un conflicto de esta índole, la coalición internacional que va a desarrollar la operación debe realizar un completo análisis, en los niveles

¹ Oficial do exército espanhol designado instrutor da ECEME.

político, estratégico-militar, operacional y táctico, para entender las causas que lo han originado, pues la visión del problema puede ser diferente en cada uno de esos niveles, pudiendo incorporar especialistas en áreas como la economía, la diplomacia o la historia para obtener una visión multidisciplinaria. El estudio de la estructura social del área de operaciones, con sus instituciones y organizaciones, con las diversas tribus o etnias que la habitan y los vínculos internos y externos de cada uno de ellos, será también de gran utilidad para conocer las raíces del conflicto.

La respuesta al desafío debe ser también de naturaleza esencialmente política y ha de ser igualmente multidisciplinaria e integradora de los diferentes instrumentos disponibles, pues todos deben ser conscientes de que en un conflicto de este tipo no se podrá vencer empleando exclusiva o preferentemente medios militares. La victoria contra la insurgencia implica la necesidad, por tanto, de llevar el combate al terreno político y de las ideas en que se libra, dando primacía a la dimensión política, a la cual deben quedar subordinadas las acciones militares. Por esta razón, los países que formen parte de la coalición internacional contemplarán, prioritariamente, el uso de medidas políticas, sociales, diplomáticas, económicas, de influencia en las opiniones públicas y de mantenimiento del orden público, que serán complementadas mediante la utilización del instrumento militar.

Esta visión global del problema y de la resolución del mismo sólo puede materializarse mediante la aplicación de un enfoque integral, que aglutine a las naciones participantes en la operación, así como a las organizaciones nacionales, internacionales o no gubernamentales con capacidad para contribuir a esa solución. El carácter multidimensional de la estrategia otorga una importancia determinante al análisis que se realice y a la solución que se adopte en los niveles político y estratégico-militar, ya que es en estas instancias donde se deben asignar los recursos precisos y donde deben quedar resueltas las eventuales divergencias de criterio entre las naciones y organizaciones participantes en la resolución del conflicto, pues de no ser así, la estrategia nacerá con deficiencias que difícilmente podrán ser subsanadas por los niveles inferiores. Correspondrá, en cualquier caso, a la nación anfitriona a la que apoya la coalición internacional, escenario donde se desarrolla el conflicto, jugar un papel fundamental en la definición de la situación final que se pretende alcanzar, pues cualquier solución impuesta y no deseada tendrá escasas probabilidades de prosperar y de subsistir en el tiempo.

Conscientes de sus habituales inferiores capacidades militares, los insurgentes planean su estrategia a largo plazo, integrando actividades de diversa naturaleza, como las acciones violentas, la propaganda o la presión política, a fin de lograr y mantener el apoyo de la población, a ser posible de manera voluntaria, aunque si es necesario, no dudarán en emplear la intimidación o la coacción para conseguir ese objetivo. Las fuerzas contrainsurgentes realizarán acciones cinéticas y no cinéticas, con énfasis en estas últimas, orientadas a obtener y mantener el apoyo popular, evitando que el vínculo entre la insurgencia y los habitantes del área de operaciones se consolide. Condición imprescindible para ello es la aproximación de las fuerzas militares a la población, realizando patrullas a pie y estableciendo destacamentos en medio de zonas habitadas, en lugar de concentrarse en grandes bases alejadas de los núcleos poblados. Resulta, además, necesario aislar a la insurgencia de sus apoyos, ya sea mediante la interdicción física de las fronteras, la interrupción de su flujo de financiación o aislando

psicológicamente a la población de la insurgencia, a través de operaciones de información, sin desaprovechar las oportunidades que se presenten para debilitar los grupos insurgentes, facilitando el abandono de las armas o la deserción de sus combatientes.

El combate contra la insurgencia deberá poner el acento en los efectos que se consiguen sobre la población, más que en los objetivos que se alcanzan sobre el terreno. Por ello, los militares participantes en la operación, cualquiera que sea su rango, deben tener una profunda formación sobre las costumbres, la cultura y la idiosincrasia de los habitantes del área en donde van a actuar, que deberá ser adquirida antes de su proyección al área de operaciones, a fin de crear las condiciones para que la interacción entre la fuerza militar internacional y la población sea fructífera. Esta concienciación de la fuerza puede ser reforzada con la integración en las estructuras militares de Asesores Cultural es que aportarán su conocimiento especializado al planeamiento de las operaciones, a fin de optimizar su impacto en la población. De esta manera, la consideración y el respeto de las peculiaridades de la nación anfitriona y la comprensión de su cultura serán factores multiplicadores de la potencia de combate de la fuerza que opera contra la insurgencia.

Todas las actuaciones emprendidas en una operación de combate a la insurgencia y apoyo a la estabilización de la nación anfitriona deben estar orientadas a ceder cuanto antes el protagonismo a los actores locales. En la fase inicial de la operación, la probable falta de capacidades del país al que se apoya podría obligar a los actores internacionales a asumir funciones en ámbitos como el orden público o el establecimiento de servicios básicos. Los actores militares y civiles internacionales apoyarán el fortalecimiento progresivo de las capacidades locales, con la finalidad de ir transfiriendo estas responsabilidades a la nación anfitriona, tan pronto se encuentre en condiciones de hacerse cargo de ellas. En este sentido, la fuerza internacional no debe empeñarse en asumir y realizar actividades en lugar de la nación anfitriona, sino que todas las actuaciones deben estar presididas por la idea de ayudarle a desarrollar sus propias competencias, con la intención de contribuir a que pueda caminar por sí sola. En el desarrollo de estas capacidades es importante aprovechar aquellas estructuras locales ya existentes, que funcionen y que sean coherentes con el estado final deseado, para evitar tener que crear todo partiendo de cero.

Los Mados y las Unidades que operan en los niveles operacional y táctico se esforzarán en implementar las directrices de los niveles superiores, revirtiendo el círculo vicioso de deterioro de la situación que intenta imponer la insurgencia. En efecto, las Unidades desplegadas en el terreno, en colaboración con los instrumentos políticos, sociales y económicos, deberán contrarrestar las actividades insurgentes encaminadas a desestabilizar y deslegitimar las instituciones y a deteriorar la situación económica, creando un ambiente de inseguridad. De esta manera, las fuerzas militares internacionales, junto con sus socios civiles, se esforzarán para crear un ciclo de estabilización que contemple tres ejes principales de actuación: seguridad, gobernabilidad y desarrollo económico y social. Mejorando y estabilizando la situación de seguridad, se crean las condiciones para el desarrollo de la actividad económica, lo que permitirá generar los recursos necesarios para mantener una administración eficaz, circunstancias que, de producirse, consolidarán la confianza de la población en las autoridades del

gobierno que es contestado por la insurgencia. Los Equipos de Reconstrucción Provincial (PRTs) organizados en Afganistán durante la operación de la Fuerza Internacional de Asistencia a la Seguridad del país ejemplifican este esfuerzo multidimensional de ayuda a un país en conflicto. Los desafíos que conlleva la implementación del ciclo de estabilización son innumerables, pues será preciso desplegar actividades en campos como la contribución al crecimiento económico, la colaboración en el proceso de desarme, desmovilización y reintegración de antiguos combatientes, el fortalecimiento de las estructuras judicial y penitenciaria, la mejora de las infraestructuras del país o el apoyo en ámbitos como la educación y la sanidad.

Pero, sin duda, uno de los mayores esfuerzos irá encaminado a la reforma del sector de la seguridad, a fin de que la nación apoyada disponga de fuerzas policiales y fuerzas armadas eficaces. La consecución de capacidades adecuadas por parte de la nación anfitriona en este campo reviste una importancia fundamental, ya que si el combate contra la insurgencia es llevado a cabo por Unidades militares del propio país, su legitimidad será mayor que si es realizada por fuerzas extranjeras. Por otra parte, no se puede caer en la tentación de implantar o copiar directamente modelos basados en aquellos que funcionan en nuestros respectivos países, pues no darán resultado si no están adaptados a la mentalidad y a las posibilidades locales. Los apoyos se centrarán en el diseño y el desarrollo de las estructuras, organizaciones y capacidades más adecuadas para las condiciones específicas de la nación anfitriona y en la creación de centros de formación y adiestramiento en los que se capacitará a los integrantes de las nuevas Unidades. A medida que el proceso de creación de Unidades se vaya consolidando, se realizará una progresiva transferencia de competencias a las fuerzas locales.

Como ya se ha referido, la puesta en marcha de este ambicioso enfoque integral de la resolución de conflictos va mucho más allá de las capacidades de las fuerzas militares y exigirá la participación de organizaciones e instituciones nacionales e internacionales, que aporten sus perspectivas y recursos. Aun cuando no será fácil, a causa de esta multiplicidad de actores, deberán realizarse todos los esfuerzos posibles para mantener un mensaje único, a fin de evitar que la insurgencia pueda sacar partido de las diferencias o divergencias de criterio que se manifiesten entre los participantes de esta estrategia integradora.

Por otro lado, el volumen de la contribución militar irá variando a lo largo del tiempo. Las fases iniciales del conflicto exigirán, generalmente, el empleo de mayores efectivos militares internacionales para contrarrestar la acción insurgente y mejorar la situación de seguridad. Una vez conseguido este objetivo, las organizaciones civiles cobrarán mayor protagonismo y las fuerzas militares e instituciones locales irán asumiendo cada vez más funciones, lo que permitirá reducir la presencia de fuerzas internacionales, que irán disminuyendo su despliegue hasta retirarse por completo o mantener una presencia residual.

En la lucha contra la insurgencia las Unidades operativas deben disponer de un amplio margen de iniciativa, para poder cumplir su misión con arreglo a las condiciones y características específicas del área que les ha sido asignada para operar. Pues aquello que da excelentes resultados en una zona podría ser ineficaz, o incluso mostrarse contraproducente, en una región colindante, que podría estar habitada por población de otra etnia, con costumbres, tradiciones e idiosincrasia diferentes. Este elevado grado de iniciativa permitirá, asimismo, coordinar a nivel

local la actuación de la fuerza militar con las actividades de los actores civiles que también toman parte en el enfoque integral. Las áreas de responsabilidad serán mucho mayores que en combate convencional y las verdaderas protagonistas de estas misiones son las Pequeñas Unidades, normalmente las Secciones y Compañías, que tendrán que dar respuesta inmediata a situaciones que, en otras condiciones, correspondería resolver a escalones más elevados. Esta mayor autonomía de los bajos escalones del mando aumenta las posibilidades de que los efectos, positivos o negativos, que se consigan en el campo táctico puedan tener repercusión en los niveles superiores.

La coalición internacional debe proteger a la población de las coacciones, amenazas o ataques de la insurgencia, en tanto no lo puedan hacer las fuerzas de seguridad y militares de la nación anfitriona. En ocasiones, la adopción de estrategias defensivas y el empleo de medidas no letales no bastarán para contrarrestar las actuaciones de la insurgencia y será preciso neutralizar sus capacidades mediante operaciones ofensivas. La ocupación de puntos clave y la continua realización de patrullas, preferentemente a pie, aumentará la capacidad para negar el control del territorio a los insurgentes, al tiempo que servirá para estrechar los lazos con la población. Será preciso, a este respecto, hallar un equilibrio entre los equipos y medidas de autoprotección que emplean las Unidades y la movilidad y adaptación al terreno que necesitan para operar. La fuerza militar deberá poder actuar de manera sincronizada en distintas regiones del área de operaciones, para lo que dispondrá de Unidades de helicópteros con diferentes capacidades. Contará, asimismo, con medios para la integración del apoyo aéreo próximo y para la realización de fuego desde plataformas móviles, como los morteros embarcados, sin olvidar los medios de detección y de desactivación de artefactos explosivos improvisados. Otro recurso que ha probado su utilidad en las recientes operaciones son las aeronaves remotamente pilotadas, que proporcionan inteligencia oportuna a los diferentes escalones de mando, desde una Sección que realiza una patrulla hasta los niveles operacional o estratégico.

La fuerza internacional debe actuar en todo momento dentro de la ley y ha de emplear la fuerza siempre de manera justificada y proporcionada, evitando actuar de modo indiscriminado ante las provocaciones de la insurgencia. Si se cometen errores y se producen víctimas civiles, deben admitirse los hechos e investigarse las causas, tomando las medidas necesarias para evitar la repetición de sucesos similares y para compensar a las familias afectadas.

3. CONCLUSIÓN

La ayuda a un país en su lucha contra la insurgencia exige el establecimiento de una estrategia de enfoque integral, en la que participen los países y las organizaciones nacionales, internacionales o no gubernamentales que pueden contribuir con sus perspectivas y recursos a la solución del conflicto, sin olvidar el papel determinante de la nación anfitriona.

Se trata de una modalidad de conflicto de naturaleza esencialmente política, en la que los esfuerzos de la coalición internacional se han de orientar a conseguir la superioridad en el campo de las percepciones, a fin de obtener el apoyo de la población, manteniendo como prioridad el respeto a la cultura local

y sin perder de vista que la ayuda que se preste a la nación anfitriona debe tener como finalidad primordial el desarrollo de capacidades locales autosustentables.

REFERENCIAS

- MADOC. (2008). PD3-301 - Publicación Doctrinal. Contrainsurgencia.
MADOC. (2010). PD3-303 - Publicación Doctrinal. Estabilización.
MADOC. (2011). PD3-310 - Publicación Doctrinal. Cross-Cultural Awareness.

* * *

A COMUNICAÇÃO SOCIAL NA MOBILIZAÇÃO NACIONAL: UMA PROPOSTA DE AÇÕES

TENENTE-CORONEL FÁBIO ALEXANDRO DOCKHORN DE OLIVEIRA¹

1. INTRODUÇÃO

Este ensaio foi apresentado como trabalho de conclusão do Curso de Logística e Mobilização Nacional da Escola Superior de Guerra (ESG), com o tema “A Comunicação Social na Mobilização Nacional”.

Ao se percorrer as páginas dos livros, verifica-se que a história da humanidade está ligada aos conflitos e às guerras. Uma questão que sempre surge quando se inicia este estudo é como se dá o envolvimento das pessoas, que não são militares, em um conflito.

Observando o passado recente, durante a 2^a Guerra Mundial, por exemplo, o rádio foi utilizado tanto pelos alemães para fazer sua propaganda psicológica como pelos aliados para contrapropaganda e difusão de notícias, pois era um sistema de longo alcance e que suplantava as fronteiras de qualquer país. Hoje, pode-se afirmar que a internet tem este mesmo poder, mas ampliado para toda a extensão mundial. Ou seja, é a comunicação ligando as pessoas, influindo nos pensamentos e no evoluir dos eventos.

Ao se verificar a história brasileira, constata-se que somente em momentos extremos (Guerra do Paraguai, Revolução Constitucionalista de 1932 e 2^a Guerra Mundial) ocorreram ações que visavam dotar as Forças Armadas, em particular o Exército Brasileiro, dos meios necessários para empreender as ações nos campos de batalha. Nos períodos entre os eventos extremos vividos pelo Brasil, não se caracterizou a preparação da nação brasileira para os conflitos futuros, nem tampouco a criação e a manutenção de um “sentimento” voltado para a preparação e a execução da mobilização nacional.

A sociedade brasileira tem grande acesso a informação, por intermédio dos mais variados tipos de mídia (impressa, televisiva, digital e radiofônica), o que possibilita uma maior participação na busca por soluções aos problemas nacionais, o que ocorre quando há a percepção do envolvimento de cada um e da efetiva possibilidade de “fazer parte da solução”.

¹ O autor é instrutor da ECEME.

A Mobilização Nacional, conforme expressa na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 11.631, promulgada em 2007, visa “ ... à obtenção imediata de recursos e meios para a implementação das ações que a Logística Nacional não possa suprir ...” e a sua execução, seja no tempo de paz ou de guerra, terá maior ou menor amplitude conforme a participação e o envolvimento dos diversos atores envolvidos (entes governamentais, grupos empresariais e industriais, e a própria população brasileira).

Desta forma, a Comunicação Social (Com Soc), por intermédio da difusão de informações, da propaganda e da publicidade, é uma ferramenta que pode contribuir para a efetividade da Mobilização Nacional.

Assim, o problema proposto para estudo, neste ensaio, foi buscar quais os tipos de ações a Comunicação Social poderia realizar em prol da Mobilização Nacional e em quais momentos deveria implementá-las. Como objetivo geral foi delineado formatar uma proposta de como empregar a Comunicação Social para facilitar a implementação das medidas de Mobilização Nacional.

2 A COMUNICAÇÃO SOCIAL E A MOBILIZAÇÃO NACIONAL

2.1 A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Acompanhando os conflitos atuais, percebe-se que é profundamente impactante a ação da Comunicação Social no desenrolar das ações bélicas. As guerras acontecem nos teatros de operações², e nos aparelhos de televisão e celulares. Qualquer cidadão, de qualquer país, tem a possibilidade de acompanhar on-line a evolução dos conflitos, as ações táticas dos exércitos e as decisões dos governos envolvidos. Este amplo conhecimento pode causar comoções e até mesmo mudar os rumos das guerras.

A guerra do Kuwait, no início da década de 1990, ou mesmo a guerra na província de Kosovo (antiga Iugoslávia), no final da mesma década, e mais recentemente, o desabamento das torres do *World Trade Center*, em Nova York, e o ataque durante a Maratona de Boston, nos Estados Unidos, fruto de atentados terroristas, exemplificam bem o tempo real da mídia, onde a comunicação impacta o sentimento coletivo e a percepção de segurança dos grupos nacionais.

Para entender a capacidade de influência da Comunicação Social nos conflitos, é necessário conhecer alguns conceitos.

Em uma rápida busca na internet, é possível encontrar vários *sites*

² TEATRO DE OPERAÇÕES - É a parte do teatro de guerra necessária à condução de operações militares de grande vulto, para o cumprimento de determinada missão e para o consequente apoio logístico. TEATRO DE GUERRA - Todo o espaço geográfico - terrestre, marítimo e aéreo - que seja ou possa ser diretamente envolvido nas operações militares de uma guerra. (MD35-G-01) (BRASIL, 2016).

apresentando a conceituação do que vem a ser Comunicação Social. A Universidade Veiga de Almeida (2008)³, por exemplo, conceitua a Comunicação Social como um campo de conhecimento acadêmico que estuda a comunicação humana e questões que envolvem a interação entre os sujeitos em sociedade, e principalmente, as técnicas de transmissão da informação, o formato com que a informação é transmitida, e os impactos que a informação terá na sociedade e a relação entre os sujeitos em uma situação comunicativa. Cita, ainda, como subdisciplinas da comunicação: comunicação interpessoal, *marketing*, publicidade e propaganda, relações públicas, análise do discurso, comunicação audiovisual, telecomunicações, jornalismo e radialismo, entre outras. Ou seja, é todo o ferramental de comunicação que o Estado pode contar para interagir com seus integrantes.

Mas o que vem a ser comunicação? Comunicação, segundo Marques de Melo (apud PERLES) “é o processo de transmissão e recuperação de informações”. Todo indivíduo tem necessidade de se expressar e se relacionar, de onde decorre, então, a comunicação humana. Da mesma forma, os entes jurídicos e estatais também necessitam se expressar e se relacionar, seja com outros entes, seja com os indivíduos.

O processo de comunicação ocorre em um ambiente ou contexto em que um emissor transmite uma mensagem por um canal a um receptor para obter um efeito. Por sua vez, o receptor, ao interpretar a mensagem recebida, transforma-se em emissor ao dar uma resposta, realimentando o processo de comunicação.

Um modelo simples para a caracterização do que vem a ser a comunicação é o Aristotélico, onde o emissor é entendido como aquele que fala, escreve, desenha, faz gestos; a pessoa ou o organismo idealizador, codificador e emissor da mensagem. A mensagem é um sinal, cujo significado pode ser interpretado e que toma diversas formas simbólicas, como as palavras de uma conversação, um texto manuscrito, gravado ou impresso; imagens e som emitidos com um dado propósito, entre outros. O receptor é a pessoa ou organismo capaz de ver, ouvir, sentir o impacto, receber e decodificar a mensagem partida do outro e, por vezes, transformar-se em emissor, mediante reação (resposta) aos estímulos nela contidos.

Posteriormente, foi acrescido ao modelo Aristotélico o canal, que é todo suporte material que veicula uma mensagem de um emissor a um receptor, através do espaço e do tempo. Hoje, podemos citar como canais de comunicação: jornais, revistas, programas de televisão, internet, rádio, entre outros.

DESGUALDO (2014) expressa que, desde o surgimento da espécie humana, também surgiram meios que viabilizaram a comunicação. Dos símbolos

3 Disponível em <https://uvacomunica.wordpress.com/2008/04/11/comunicacao-social-definicao/>. Acesso em 10 abr. 2016.

em argila à linguagem corporal, da linguagem falada à escrita, a evolução da comunicação acompanhou a evolução do homem, chegando à comunicação de massa no mundo contemporâneo. Jornais, telefone, filmes, rádio e televisão tornam acessíveis as informações a um grande número de pessoas nos conglomerados urbanos.

A informação, após reflexão sobre seu conteúdo, leva ao conhecimento que, no passado, era restrito aos dirigentes pois, assim, controlariam com maior facilidade as massas. Hoje, podemos afirmar que, após a Revolução Industrial, a evolução dos meios de comunicação propicia às massas acesso quase irrestrito à informação, que após processamento, pode ser poderoso indutor de conduta das pessoas e de criação de uma opinião pública⁴. Desta forma, a mídia passou a exercer influência sobre o homem, ditando o comportamento social, e sendo capaz de manipular as escolhas individuais, dada a persuasão exercida.

Se por um lado a comunicação de massa hoje é largamente empregada para induzir consumo, durante as 1^a e 2^a Guerras Mundiais e nos anos subsequentes, foi empregada para promover a crença política, fazendo despontar o sentimento nacionalista, ou a adoração de uma determinada figura política, ou, até mesmo, o repúdio a uma dada conduta.

O termo comunicação social passou a ser usado no Brasil em meados de 1967, por ocasião de reformas administrativas da máquina estatal, para indicar o conjunto de meios de comunicação de massa⁵.

De acordo com o manual C 45-1 Comunicação Social, do Exército Brasileiro (BRASIL, 2009), as atividades de Comunicação Social no Exército são: Relações Públicas, Informações Públicas e Divulgação Institucional.

As Relações Públicas são atividades que buscam o ajustamento e a interação entre a Instituição e seus públicos. As Informações Públicas são atividades pelas quais se divulgam os assuntos relacionados à instituição para o público externo. Divulgação Institucional é a atividade que visa a produzir e a disseminar a imagem da instituição.

Para o presente estudo, importará o emprego das Relações Públicas e as Informações Públicas, pois a primeira tem como principais objetivos implantar e coordenar as ações definidas no planejamento estratégico e conduzir as ações de modo a conscientizar, os diversos públicos-alvo e informá-los corretamente sobre a Instituição e, assim, obter a aceitação e a boa vontade desses públicos. A segunda, de informar e responder aos questionamentos dos diversos públicos.

4 O conceito de Opinião Pública diz respeito à existência de um debate, do confronto ou referendo de uma multiplicidade de argumentos sobre uma questão de interesse restrito ou ampliado no espaço público. (INTERCOM, 2010)

5 As mensagens que se dirigem às massas são públicas e abertas, com *feedback* limitado. A maioria das mensagens no processo de comunicação de massa origina-se em grandes organizações de mídia. (INTERCOM, 2010)

2.2 A MOBILIZAÇÃO NACIONAL

Ao ligarmos nossos aparelhos de televisão, muitas vezes nos deparamos com chamadas para a “mobilização nacional” do “combate ao mosquito da dengue”, do “combate ao câncer de mama” ou da “doação de sangue”. São situações de mobilização, conforme ditam nossos dicionários: “1. Ato ou efeito de mobilizar. 2. Pôr (-se) em movimento. 3. Pôr (-se) em ação ou em uso. 4. Incitar (-se) à participação”. Mas o objeto deste estudo não é esse. Conforme já expresso anteriormente, a Mobilização Nacional que será abordada é a expressa na Constituição Federal de 1988, na Lei nº 11.631, promulgada em 2007 e nas legislações afins.

A Constituição Federal de 1988 expressa, no inciso XIX do art. 84, que compete privativamente ao Presidente da República declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional, ou referendado por ele, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional.

O bem que a Constituição Federal de 1988 busca tutelar é, em sentido amplo, a harmonia social, que em face da possibilidade de uma guerra, precisa empregar os meios previstos e alocados pela expressão militar, mas devido à insuficiência, necessitam ser completados, o que ocorrerá pela mobilização nacional, onde serão chamadas as demais expressões que compõem o poder nacional⁶ para apoiar as armas.

De acordo com o Manual Básico da ESG (2014b), “Mobilização Nacional é o conjunto de atividades planejadas, orientadas e empreendidas pelo Estado, complementando a Logística Nacional, destinadas a capacitar o País a realizar ações estratégicas, no campo da Defesa Nacional, diante de agressão estrangeira”. Esta definição também está elencada no art. 2º da Lei nº 11.631, de 27 de dezembro de 2007.

Em tese, a Mobilização Nacional descrita na Lei nº 11.631 visa a atender uma guerra dita convencional, realizada dentro dos padrões clássicos e com o emprego de armas convencionais, podendo ser total⁷ ou limitada⁸, quer pela extensão da área conflagrada, quer pela amplitude dos efeitos a obter, sendo o principal objetivo da preparação e do adestramento das Forças Armadas da grande maioria dos países. Ressalta-se, porém, que na atualidade, também terá que

⁶ Segundo a Escola Superior de Guerra (2014a, p.34 e p.40), Poder Nacional é a capacidade que tem o conjunto de Homens e Meios que constituem a Nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais, em conformidade com a Vontade Nacional. As expressões do Poder Nacional – política, econômica, psicosocial, militar e científica e tecnológica, são os elementos estruturais que compõem o Poder Nacional.

⁷ Guerra total é a forma de guerra na qual os beligerantes usam todo o seu poder militar, sem restrições quanto aos métodos e engenhos e mesmo quanto às leis convencionais de guerra. (BRASIL, 2001)

⁸ Guerra limitada é o conflito armado entre Estados ou coligação de Estados, sem a amplitude da guerra total, caracterizado pela restrição implícita ou consentida dos beligerantes, tais como espaço geográfico restrito ou limitação do poder militar empregado, pelo menos por um dos beligerantes. (BRASIL, 2001)

ser considerada a ocorrência de guerras híbridas⁹, onde as exigências de preparo e capacidades são outras.

Se no passado, o evoluir para a guerra era faseado em períodos de tensão diplomática, demonstrações de força, culminando com a declaração de guerra, o que, na maioria das vezes, propiciava às nações um lapso temporal para se preparar para o emprego das armas hoje, o desencadeamento das operações militares tem ocorrido sem os períodos prévios de tensão e declarações formais, devendo a nação estar apta a rapidamente evoluir sua máquina de guerra.

Antes, os exércitos tinham claramente definidas as hipóteses de emprego e os oponentes; hoje, a assimetria e a complexidade das relações internacionais e a inserção de atores estatais e não estatais delinearam os conflitos atuais a convencionais ou não, limitados, não declarados e de duração imprevisível, mas sem eliminar a importância do combate de alta intensidade.

Para fazer frente ao desafio, a expressão militar deve ter capacidade de rápida evolução de uma estrutura de tempo de paz para uma estrutura de guerra. Como o custo de se manter todo o material de emprego militar (MEM) e pessoal necessário disponíveis nos quartéis é elevado, a solução é a implementação de um sistema capaz de gerir as capacidades nacionais para, quando necessário, direcionar todo o Poder Nacional para o provimento dos recursos necessários, em proveito da Segurança Nacional.

O art. 5º da Lei nº 11.631/2007 criou o Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB), que tem como finalidade planejar e realizar as fases da Mobilização e Desmobilização Nacional. Este sistema propiciará a interação do Poder Executivo com as expressões do Poder Nacional visando a: convocação dos entes federados para integrar o esforço da Mobilização Nacional; reorientação da produção, da comercialização, da distribuição e do consumo de bens e da utilização de serviços; intervenção nos fatores de produção públicos e privados; requisição e a ocupação de bens e serviços; e convocação de civis e militares.

O SINAMOB atua desde o tempo de paz e é constituído pelos seguintes órgãos: Ministério da Defesa; Ministério da Justiça; Ministério das Relações Exteriores; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério da Fazenda; Ministério da Integração Nacional; Casa Civil da Presidência da República; Casa Militar da Presidência da República; e Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República.

Conjugando todas as expressões do poder, a Mobilização Nacional transcorrerá em duas fases: a do preparo e a do emprego.

Durante a fase de Preparo da Mobilização Nacional, que ocorre no tempo

⁹ Guerra híbrida é entendida como aquela em que ocorre o emprego de forças regulares e irregulares, terror e desinformação em um quadro assimétrico de atores.

de paz, o SINAMOB planeja todas as atividades relacionadas com a sua execução; implementa medidas que incentivem e fortaleçam o Poder Nacional e facilitem a transformação do Potencial em Poder; e busca exercitar essas atividades, com o fim de retificar os planejamentos.

A fase do preparo da mobilização contempla, entre outras, as seguintes atividades: formulação da Política de Mobilização Nacional; elaboração do Plano Nacional de Mobilização e os demais documentos relacionados com a Mobilização Nacional; elaboração das propostas de atos normativos e condução da atividade de Mobilização Nacional; consolidação dos planos setoriais de Mobilização Nacional; articulação do esforço de Mobilização Nacional com as demais atividades essenciais à vida da Nação; e execução de ações dirigidas à sociedade, destinadas ao esclarecimento a respeito da Mobilização Nacional e à necessidade de estabelecer cooperações e obter acordo quanto ao esforço conjunto.

A Estratégia Nacional de Defesa (END)¹⁰ apresenta ações para “fortalecer a Defesa Nacional” ao considerar que a posição de destaque que o Brasil passou a ocupar no cenário internacional “exige nova postura no campo da Defesa, a ser consolidada através do envolvimento do povo brasileiro”. Esta norma lista “ações estratégicas de médio e longo prazo e objetiva modernizar a estrutura nacional de defesa, atuando em três eixos estruturantes: reorganização das Forças Armadas, reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e política de composição dos efetivos das Forças Armadas”, caracterizando a fase de preparação da Mobilização Nacional.

Na fase da Execução da Mobilização Nacional, o decreto promulgado pelo Poder Executivo põe em prática todo o planejamento e preparação realizados, implementando de forma compulsória o atendimento das necessidades da Expressão Militar pelo Poder Nacional.

O Poder Nacional é constituído de cinco expressões: Política; Econômica; Psicossocial; Militar; e Científica e Tecnológica. Devem atuar de forma conjunta face a decretação de uma Mobilização Nacional.

A Expressão Política, diante da ocorrência de um conflito, além de ter balizado as diretrizes para as atividades de preparação, implementará a normatização e diretrizes necessárias para o suprimento dos meios avocados à Expressão Militar quando da mobilização.

A Expressão Econômica acionará os meios predominantemente econômicos necessários à produção dos meios requisitados pela Expressão Militar para enfrentar o agressor.

A Expressão Psicossocial abrange pessoas, ideais, instituições, normas, estruturas, grupos, comunidades, recursos e organizações, sendo particularmente

10 Aprovada pelo Decreto nº 6703, de 18 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008).

significativa para a Mobilização Nacional, pois será a fonte dos recursos humanos que, a rigor, serão o cerne fundamental para mover a máquina composta pelas demais expressões do Poder Nacional e dotar a Expressão Militar do material humano necessário à realização das operações militares.

A Expressão Científica e Tecnológica abrange as atividades relacionadas a geração, a disseminação e aplicação dos conhecimentos científicos e tecnológicos que dotarão a nação de base industrial sólida e capaz de atender às demandas de produção e de implantação dos serviços necessários ao funcionamento da estrutura social.

A Expressão Militar é a força capaz de defender a nação das agressões que se apresentem no âmbito interno e externo.

Decretada a mobilização nacional, as seguintes ações têm previsão de implementação: convocação dos entes federados para integrar o esforço da Mobilização Nacional; reorientação da produção, da comercialização, da distribuição e do consumo de bens e da utilização de serviços; intervenção nos fatores de produção públicos e privados; requisição e a ocupação de bens e serviços; convocação de civis e militares; e o planejamento e execução da desmobilização.

A desmobilização contempla as atividades planejadas, orientadas e empreendidas pelo Estado, com vistas no retorno gradativo do País à situação de normalidade, quando cessados ou reduzidos os motivos determinantes da execução da Mobilização Nacional.

Verificada a complexidade das ações de preparação e de execução da Mobilização Nacional, ressalta a necessidade de envolvimento efetivo e completo da nação, sendo necessário o comprometimento de pessoas, entes governamentais, sistema produtivo e de serviços, que, além de compreender a situação em curso, devem ser motivadas para a plena realização das medidas mobilizadoras.

2.3 A COMUNICAÇÃO SOCIAL INTERAGE COM A MOBILIZAÇÃO

O poder da propaganda e da publicidade¹¹ é facilmente percebido quando, após assistir várias e várias vezes à apresentação de um produto na televisão, as pessoas são impelidas a ir às lojas para conhecer *in loco* o produto, sendo finalmente convencidas pelos vendedores a comprá-lo.

Para entender como surge a vontade de comprar, importa distinguir desejo e necessidade. Todas as pessoas possuem necessidades, que podem ser fisiológicas como a fome e a sede, ou psicológicas, oriundas da necessidade de reconhecimento, estima ou integração. Quando uma necessidade alcança um grau de intensidade elevado, produz um motivo para induzir a pessoa a agir.

¹¹ O termo propaganda é usado quando a veiculação na mídia é paga, já publicidade refere-se à veiculação espontânea.

A motivação pode ser caracterizada pelo desejo de exercer o necessário esforço em prol de atingir determinados objetivos, organizacionais ou não, condicionados pela capacidade de satisfazer algumas necessidades individuais.

Segundo Maslow (apud KOTLER & KELLER, 2012, p. 183-184):

Por que uma pessoa emprega tempo e energia consideráveis em segurança pessoal e outra em conseguir uma opinião favorável dos outros? A resposta de Maslow é que as necessidades humanas são dispostas em uma hierarquia, da mais urgente para a menos urgente. Em ordem de importância, elas são necessidades fisiológicas, necessidades de segurança, necessidades sociais, necessidades de estima e necessidades de auto realização. As pessoas tentam satisfazer as mais importantes em primeiro lugar. Quando conseguem satisfazer uma necessidade importante, tentam satisfazer a próxima necessidade mais importante. Por exemplo, um homem passando fome (necessidade 1) não tem interesse pelos últimos acontecimentos do mundo da arte (necessidade 5), não quer saber como é visto pelos outros (necessidade 3 ou 4), tampouco está preocupado com a qualidade do ar que respira (necessidade 2). Mas, quando ele dispõe de comida suficiente, a próxima necessidade mais importante se torna relevante.

Consoante Maslow e partindo do pressuposto de que a propaganda é uma comunicação agressiva para influenciar pessoas, dominar e provocar uma reação desejada, de que a persuasão é do homem e não do grupo - o grupo muda porque o homem muda - a execução de ações de Comunicação Social dirigidas à sociedade brasileira e em prol das ações de mobilização, devem ser destinadas ao esclarecimento a respeito da Mobilização Nacional e à necessidade de estabelecer cooperações e obter acordo quanto ao esforço conjunto, pois atingem prioritariamente o primeiro, o segundo e o terceiro níveis de necessidades do homem.

Importa demonstrar que a mobilização é necessária, pois visa a:

- reorientar a produção, a comercialização, a distribuição e o consumo de bens e da utilização de serviços – manutenção dos níveis de produção de alimentos e energia elétrica, por exemplo (necessidades fisiológicas – primeiro nível);

- apoiar a execução de medidas de proteção contra ameaças, privações e perigo – sobrevivência física (necessidades de segurança – segundo nível); e

- promover a inclusão no grupo de pessoas que contribuirão para o sucesso da nação - necessidade de associação, de participação, de aceitação por parte dos companheiros (necessidades sociais – terceiro nível).

Neste sentido, a END já elenca que se “exige nova postura no campo da Defesa, a ser consolidada através do envolvimento do povo brasileiro”, e também a Política de Comunicação Social de Defesa (PCS)¹², que lista como um de seus objetivos a sensibilização e o esclarecimento da opinião pública com o intuito de desenvolver a percepção da importância da defesa para a sociedade brasileira e demais setores do Governo.

A PCS elenca, no art. 4º, as seguintes diretrizes para atingir o objetivo de sensibilização e esclarecimento da opinião pública com o intuito de desenvolver a percepção da importância da defesa para a sociedade brasileira e demais setores do Governo:

- a) sensibilizar a sociedade brasileira acerca da importância das questões que envolvam ameaças à soberania, aos interesses nacionais e à integridade territorial do país;
- b) buscar o constante entendimento da sociedade brasileira sobre o conceito de defesa nacional;
- c) desenvolver uma atitude favorável à defesa no âmbito dos poderes constituídos da República;
- d) manter os formadores de opinião atualizados e informados nos assuntos de defesa;
- e) transmitir a percepção à sociedade, da necessidade de meios e de recursos para que as Forças possam cumprir a sua missão constitucional;
- f) transmitir a percepção à sociedade, em especial, aos agentes dos setores mobilizáveis, de sua importância na mobilização nacional;
- g) sensibilizar a população brasileira da necessidade da defesa dos interesses do País nas águas jurisdicionais, na zona econômica exclusiva, na região amazônica, junto à faixa de fronteira e no espaço aéreo;
- h) divulgar, na sociedade brasileira, a participação das Forças Armadas nas operações de manutenção de paz, sob a égide da Organização das Nações Unidas ou da Organização dos Estados Americanos; e
- i) difundir, na sociedade brasileira, em especial, junto aos formadores de opinião, a importância do serviço militar obrigatório para o Estado Brasileiro.

Desta forma, a Comunicação Social, para agir em prol da Mobilização Nacional deve, inicialmente, responder aos seguintes questionamentos:

- a) que públicos-alvo se pretendem atingir?
- b) que objetivos de comunicação deveriam ser estabelecidos para cada público-alvo?
- c) quais os formatos de mensagem e canais de comunicação (pessoal ou não pessoal) mais apropriados para cada público-alvo?

12 Aprovada pela Portaria Normativa nº 1.359/MD, de 12 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005).

3 UMA PROPOSTA DE AÇÕES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL EM PROL DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL

O modelo básico representativo da comunicação contempla um emissor, um canal, uma mensagem e um receptor.

Como emissor da propaganda a ser realizada em prol da mobilização, entende-se que será um sistema composto pela comunicação social da Presidência da República, do Ministério da Defesa e das Forças Armadas e dos demais entes constitutivos do SINAMOB, que produzirão e difundirão as peças publicitárias em consonância com a diretriz e a política de comunicação estabelecida pela Presidência da República.

3.1 DELIMITAÇÃO DOS RECEPTORES

Ao se buscar uma proposta de ações de Comunicação Social em prol da Mobilização Nacional, o primeiro ato é a determinação dos públicos-alvo que se pretende atingir com a mensagem motivacional.

Público-alvo pode ser definido como pessoas ou grupos organizados de pessoas ao qual é destinada uma determinada mensagem, sem dependência de contatos físicos, encarando uma controvérsia, com ideias divididas quanto à solução ou medidas a serem tomadas frente a ela; com oportunidade para discuti-la, acompanhando e participando do debate por meio dos veículos de comunicação ou da interação pessoal (adaptação do conceito de MELLO apud INTERCOM, 2010). Podemos listar os seguintes públicos-alvo da Com Soc para a mobilização:

a) sociedade brasileira – todo cidadão brasileiro, maior de 18 anos, sem distinção de raça, credo e sexo, com capacidade laboral;

b) reservistas das Forças Armadas – subdivididos em cidadãos que prestaram o serviço militar até cinco anos antes da data de decretação da mobilização e cidadãos que prestaram o serviço militar com até 45 anos de idade; constituindo o recurso humano necessário não apenas ao recompletamento da tropa em combate, como também para a ampliação do efetivo das Forças Armadas empregado na guerra e nas ações de defesa interna;

c) membros dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário – realizando várias atividades de impacto direto no esforço de guerra, alocam integrantes no SINAMOB e também atuam para a manutenção da vida vegetativa do país;

d) empresários da indústria – detentores da máquina produtiva do país, sua atuação contribuirá para a manutenção da vida vegetativa do país e para a massiva produção dos MEM;

e) empresários e prestadores de serviços – abrange não só os profissionais liberais – médicos, advogados, pedreiros, carpinteiros, engenheiros, entre outros

– como as empresas de energia, telefonia, entre outras, que proporcionam atividades para a manutenção da estrutura social e que podem ser particularizados em chamados específicos para atender demandas pontuais da mobilização; e

f) produtores rurais – subdivididos em agricultores e pecuaristas, são de extrema importância para a produção de gêneros alimentícios que atendem às necessidades não só do país, como das tropas. Dentro da escala de Maslow, suprem a necessidade mais básica do homem que é a sobrevivência, que uma vez comprometida, desestimula a satisfação das necessidades nível 2 e 3.

3.2 OBJETIVOS DE COMUNICAÇÃO

Cada público-alvo detém características específicas e capacidades contributivas particulares, o que impõe mensagens apropriadas a cada um.

O momento de emissão da mensagem também implica em objetivos específicos, pois as atitudes desejadas são diversas.

3.2.1 Para a sociedade brasileira

Para a sociedade brasileira, propõem-se os seguintes objetivos de comunicação:

a) Durante a fase de preparação da mobilização

- sensibilizar a sociedade brasileira da importância das questões que envolvam ameaças à soberania, aos interesses nacionais e à integridade territorial do país;

- buscar o constante entendimento da sociedade brasileira sobre o conceito de defesa nacional;

- transmitir a percepção à sociedade da necessidade de meios e de recursos para que as Forças possam cumprir a sua missão constitucional;

- transmitir a percepção à sociedade de sua importância na mobilização nacional;

- sensibilizar a população brasileira da necessidade da defesa dos interesses do País nas águas jurisdicionais, na zona econômica exclusiva, na região amazônica, junto à faixa de fronteira e no espaço aéreo;

- difundir, na sociedade brasileira, a importância do serviço militar obrigatório para o Estado Brasileiro;

- sensibilizar a população brasileira da necessidade de se dotar o país de uma indústria de defesa; e

- sensibilizar a população brasileira da necessidade de se fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico.

b) Durante a fase de execução da mobilização

- transmitir à população brasileira as informações necessárias à compreensão do ato de agressão e das medidas de defesa necessárias; e
- sensibilizar a população brasileira da necessidade de atendimento das medidas impostas pelo decreto de mobilização nacional.

3.2.2 Para os reservistas das Forças Armadas

Para os reservistas das Forças Armadas, propõem-se os seguintes objetivos de comunicação:

a) Durante a fase de preparação da mobilização

- difundir a importância do serviço militar obrigatório para o Estado Brasileiro;

- difundir a informação de quais ações de defesa serão implementadas na zona de combate e na zona do interior¹³ com reflexos na mobilização de pessoal; e

- difundir a importância de o Estado Brasileiro estar preparado para a guerra.

b) Durante a fase de execução da mobilização

- transmitir as informações necessárias à compreensão do ato de agressão e das medidas de defesa necessárias; e

- sensibilizar da necessidade do pronto atendimento às medidas convocatórias de pessoal do decreto de mobilização nacional.

3.2.3 Para os membros dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário

Para os membros dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, propõem-se os seguintes objetivos de comunicação:

a) Durante a fase de preparação da mobilização

- desenvolver uma atitude favorável à defesa no âmbito dos poderes constituídos da República;

- sensibilizar sobre a necessidade da defesa dos interesses do País nas águas jurisdicionais, na zona econômica exclusiva, na região amazônica, junto à faixa de fronteira e no espaço aéreo;

- difundir, junto aos formadores de opinião, a importância do serviço militar obrigatório para o Estado Brasileiro.

- sensibilizar da necessidade de se dotar o país de uma indústria de defesa, contribuindo para a adoção de políticas de implementação; e

- sensibilizar da necessidade de se fomentar o desenvolvimento científico

¹³ Zona de combate é a porção do teatro de operações terrestre necessária à atuação dos elementos diretamente responsáveis pela conduta das operações. Zona do interior é a parte do território nacional, prevista na Estrutura Militar de Guerra, não incluída em determinado teatro de operações terrestres. (MD35-G-01) (BRASIL, 2016)

e tecnológico, contribuindo para a adoção de políticas de implementação;

b) Durante a fase de execução da mobilização

- sensibilizar da necessidade de atendimento das medidas impostas pelo decreto de mobilização nacional.

3.2.4 Para os empresários da indústria

Para os empresários da indústria, propõem-se os seguintes objetivos de comunicação:

a) Durante a fase de preparação da mobilização

- manter atualizados e informados nos assuntos de defesa;
- transmitir a percepção aos setores mobilizáveis de sua importância na mobilização nacional;

- sensibilizar da necessidade da defesa dos interesses do País nas águas jurisdicionais, na zona econômica exclusiva, na região amazônica, junto à faixa de fronteira e no espaço aéreo, pois a sua negação de uso influi na cadeia produtiva;

- difundir a importância do serviço militar obrigatório para o Estado Brasileiro, mesmo com o impacto no quadro de funcionários das empresas devido à convocação de reservistas;

- sensibilizar da necessidade de se dotar o país de uma indústria de defesa, contribuindo para a adoção de políticas de implementação; e

- sensibilizar da necessidade de se fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, contribuindo para a adoção de políticas de implementação.

b) Durante a fase de execução da mobilização

- sensibilizar da necessidade de atendimento das medidas impostas pelo decreto de mobilização nacional.

3.2.5 Para os empresários e prestadores de serviços

Para os empresários e prestadores de serviços, propõem-se os seguintes objetivos de comunicação:

a) Durante a fase de preparação da mobilização

- manter os formadores de opinião atualizados e informados nos assuntos de defesa;

- transmitir a percepção aos setores mobilizáveis de sua importância na mobilização nacional;

- sensibilizar da necessidade da defesa dos interesses do País nas águas jurisdicionais, na zona econômica exclusiva, na região amazônica, junto à faixa de fronteira e no espaço aéreo, pois a sua negação de uso influi na cadeia produtiva;

- difundir, junto aos formadores de opinião e empresários, a importância do serviço militar obrigatório para o Estado Brasileiro, mesmo com o impacto no

quadro de funcionários das empresas devido à convocação de reservistas;

- sensibilizar os formadores de opinião da necessidade de se dotar o país de uma indústria de defesa, contribuindo para a adoção de políticas de implementação; e

- sensibilizar os formadores de opinião da necessidade de se fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, contribuindo para a adoção de políticas de implementação.

b) Durante a fase de execução da mobilização

- sensibilizar da necessidade de atendimento das medidas impostas pelo decreto de mobilização nacional.

3.2.6 Para os produtores rurais

Para os produtores rurais, propõem-se os seguintes objetivos de comunicação:

a) Durante a fase de preparação da mobilização

- manter os formadores de opinião atualizados e informados nos assuntos de defesa;

- sensibilizar os agentes da necessidade da defesa dos interesses do País nas águas jurisdicionais, na zona econômica exclusiva, na região amazônica, junto à faixa de fronteira e no espaço aéreo, pois a sua negação de uso influí na cadeia produtiva;

- sensibilizar da necessidade de dotar o país de autossuficiência na produção de alimentos, por intermédio de uma política de metas de produção; e

- difundir, junto aos formadores de opinião, a importância do serviço militar obrigatório para o Estado Brasileiro, mesmo com o impacto no quadro de funcionários das empresas devido à convocação de reservistas.

b) Durante a fase de execução da mobilização

- sensibilizar da necessidade de atendimento das medidas impostas pelo decreto de mobilização nacional.

3.3 MENSAGENS E CANAIS

As mensagens serão difundidas com ações de relações públicas ou de informações públicas conforme o público-alvo e a mensagem a ser transmitida.

Durante a fase de preparação, a comunicação se dará, prioritariamente pela contratação de serviços de propaganda. Com a edição do decreto de mobilização, a sistemática de comunicação será regulada, sendo então definido se o serviço de

comunicação se dará por contratação, doação ou por requisição¹⁴.

3.3.1 Para a sociedade brasileira

A comunicação governamental com a sociedade brasileira ocorrerá principalmente pelo setor de Informações Públicas, com a difusão de notas informativas, participação em programas de entrevistas, sensibilização nas escolas, matérias em jornais impressos e sites na *internet*, reportagens nos canais de televisão aberta, participação em feiras e simpósios, além de outros eventos onde se verifique a oportunidade de difusão da comunicação governamental.

3.3.2 Para os reservistas das Forças Armadas

A comunicação com os reservistas terá dois segmentos: os futuros reservistas e os reservistas propriamente ditos.

Para os futuros reservistas, ou seja, os jovens que estão prestando o serviço militar, a comunicação ocorrerá durante a fase de instrução e adestramento, podendo ocorrer a cargo da equipe de instrução, dos elementos de relações públicas ou pelos comandantes das organizações militares (OM).

Após o serviço militar e durante os cinco anos que permanecem como reserva mobilizável, o momento de comunicação será no período do Exercício de Apresentação da Reserva, data em que todo reservista deve comparecer às OM para a atualização de seu cadastro, cabendo aos elementos de relações públicas das OM realizar palestras e distribuição de folders e informativos; e nos Exercícios de Mobilização realizados pelas Forças Armadas.

Ações de informação pública também deverão ser implementadas, visando à sensibilização dos reservistas para a participação no Exercício de Apresentação da Reserva, por meio de inserções na mídia impressa, televisiva e digital.

3.3.3 Para os membros dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário

A sensibilização dos membros dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário ocorrerá, basicamente, pela ação dos elementos de relações públicas dos respectivos poderes, por intermédio de palestras, distribuição de *folders* e informativos, mensagens diretas nos *e-mails* institucionais e *sites* corporativos.

3.3.4 Para os empresários da indústria

Os empresários da indústria, responsáveis diretos tanto pela implementação

14 Contratação de serviço: processo indenizável utilizado para a formalização da prestação de determinado serviço. Doação: concessão de recurso por parte do proprietário, de forma gratuita. Requisição: imposição do fornecimento de materiais, animais e serviços, mediante ordem escrita e assinada por autoridade competente, sendo o pagamento, normalmente, realizado posteriormente. Conforme o manual MD41-M-01 (BRASIL, 2015).

de uma base industrial de defesa, como pelo atendimento das necessidades em tempo de guerra, tem no trabalho de relações públicas governamental, por intermédio de congressos, simpósios, feiras, palestras, e comunicação impressa e digital, os canais de sensibilização ao esforço da mobilização nacional.

3.3.5 Para os empresários e prestadores de serviços

Com relação aos empresários e prestadores de serviços, a semelhança dos empresários da indústria, o setor de relações públicas governamental buscará a sensibilização ao esforço da mobilização nacional pela promoção de congressos, simpósios, feiras, palestras, e comunicação impressa e digital.

Cabe um destaque especial à comunicação governamental voltada aos meios de comunicação¹⁵, que como promotores naturais da opinião pública nacional, demandam um canal de informações públicas de dedicação exclusiva e de pronta resposta, além de ações de relações públicas implementadas em congressos e simpósios.

3.3.6 Para os produtores rurais

Aos produtores rurais cabe a importante atividade de atendimento das necessidades básicas do homem, que é a sobrevivência, pela produção de gêneros alimentícios, sem a qual todas as demais necessidades passam a segundo plano, o que explicita a importância do seu engajamento na mobilização.

A sua sensibilização deverá ocorrer nas feiras agropecuárias, palestras em cooperativas, além de comunicação impressa e digital produzida e distribuída pelo setor de relações públicas governamental.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar que não há no Brasil, atualmente, uma mentalidade de desenvolvimento voltada para a Mobilização Nacional e de envolvimento e comprometimento das pessoas ou grupos organizados de pessoas com as ações de mobilização, sendo necessário um trabalho da Comunicação Social para estimular a participação na sua implementação.

Embora a Estratégia Nacional de Defesa tenha apresentado ações para “fortalecer a Defesa Nacional”, buscando o envolvimento do povo brasileiro, as ações estratégicas de médio e longo prazo listadas para modernizar a estrutura nacional de defesa, para alçarem eficácia, têm um longo trajeto a percorrer até o pleno entendimento e assimilação de valor por todos os atores envolvidos.

A sociedade brasileira, os reservistas, os membros dos poderes

¹⁵ Empresas e profissionais da mídia impressa, digital, televisiva e radiofônica.

Executivo, Legislativo e Judiciário, os empresários, os prestadores de serviços e os produtores rurais, além de serem os principais atores neste processo, sintetizam o Poder Nacional do Brasil, poder este que somente uno poderá enfrentar as graves agressões que se apresentem à nação.

A informação é o elo que unirá todos em prol do bem-comum. As ações de relações públicas e informações públicas, a ferramenta motivacional.

Alcançar a todos em todos os rincões do país pede uma gama variada de formas: comunicação impressa, comunicação digital, entrevistas, reportagens, simpósios e congressos, propagandas e todos os demais meios que se apresentem para a transmissão efetiva do ideal de união contra o agressor e de execução das medidas necessárias a dotar a expressão militar dos meios para defender o Brasil, cuja honra, integridade e instituições serão defendidos com o sacrifício da própria vida.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, Clara S; MAFRA, Rennan L.M. Diagnóstico de comunicação do Projeto Manuelzão: a construção de um modelo de análise. Anais da I Semana de Relações Públicas de Santa Catarina. Itajaí : 2000.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília : 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em 2abr. 2016.
- _____. Lei nº 11.631, de 27 de agosto de 2007. Dispõe sobre a Mobilização Nacional e cria o Sistema Nacional de Mobilização - SINAMOB. Brasília : 2007. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111631.htm>. Acesso em 2abr. 2016.
- _____. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. Brasília : 2008.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 1.359/MINISTÉRIO DA DEFESA, de 12 de dezembro de 2005. Aprova a Política de Comunicação Social de Defesa, do Ministério da Defesa e dá outras providências. Brasília : 2005.
- _____. Portaria Normativa nº 2.330/MINISTÉRIO DA DEFESA, de 28 de outubro de 2015. Aprova a Doutrina de Mobilização Militar – MD41-M-01 (2a Edição/2015). Brasília : 2015.
- _____. Portaria Normativa nº 9/GAP/MINISTÉRIO DA DEFESA, de 13 de janeiro de 2016. Aprova o Glossário das Forças Armadas – MD35-G-01 (5ª Edição/2015). Brasília/DF, 2016.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. Portaria nº 026-EME, de 22 de abril de 2009. Aprova o Manual de Campanha C 45-1 – Comunicação Social, 1ª Edição, 2009.
- BRASIL. Estado-Maior do Exército. Manual de Campanha C 124-1 - Estratégia, 3ª Edição, 2001.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). Manual Básico :Elementos Fundamentais / Rev., atual. – Rio de Janeiro, 2014a.v. 1.
- _____. Manual Básico:Assuntos Específicos / Rev., atual. – Rio de Janeiro, 2014b.v. 2.
- DESGUALDO, Juliana Leandra Maria Nakamura Guillen. Dimensionamento do poder da mídia na sociedade da informação. Revista da Faculdade de Direito da Universidade São Judas Tadeu. São Paulo, n. 2,º semestre de 2014. ISSN 2358-6990. Disponível em <<http://www.usjt.br/revistadireito/numero-2/13-juliana-leandra.pdf>>. Acesso em 10 abr. 2016.
- Enciclopédia INTERCOM de comunicação. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010. Disponível em <<http://www.cienciasnuvens.com.br/site/wp-content/uploads/2013/07/Enciclopedia-Intercom-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em 10 abr. 2016.
- HESKETH, José Luis; COSTA, Maria T.P.M. Construção de um instrumento para medida de satisfação no trabalho. Revista de Administração de Empresas. Rio de Janeiro, jul./set. 1980.p. 59 a 67. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v20n3/v20n3a05>>. Acesso em 15 abr. 2016.
- KOTLER, Philip. & KELLER, Kevin Lane. Administração de Marketing. 12. ed. São Paulo : Prentice Hall,2012.
- PERLES, João Batista. Comunicação: conceitos, fundamentos e história. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/perles-joao-comunicacao-conceitos-fundamentos-historia.pdf>>. Acesso em 10 abr. 2016.
- UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA. Comunicação Social: Definição. 2008. Disponível em <<https://uvacomunica.wordpress.com/2008/04/11/comunicacao-social-definicao/>>. Acesso em 10 abr. 16.

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

Caso os diplomados queiram participar de nossa publicação, enviando artigos de opinião, resenhas ou mesmo artigos científicos, estes deverão ser encaminhados por via digital para os nossos endereços eletrônicos. www.eceme ensino.eb.br (padeceme@gmail.com)

Os Textos devem ser em "Times New Roman 12" espaço simples com termos estrangeiros em itálico. O tamanho sugerido do artigo deve ser de no máximo 4.000 palavras, podendo ter até 3 (três) ilustrações, com resolução de 300dpi (entre figuras, mapas, imagens, desenhos, fotografias, gravuras, tabelas e gráficos) referidas o mais próximo possível da localização no texto e acompanhadas das respectivas legendas e fontes.

As normas para Referências Bibliográficas e Citações deverão seguir as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/NBR 6023 e 10520 respectivamente). As citações deverão ser indicadas no texto pelo sistema de chamada autor-data, sendo sua correlação na lista de referências.

Os autores devem informar, se for o caso, local onde servem (nome da OM, cidade, estado e país) e a mais alta titulação.



ISSN 1677-1885

